



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA PSICANALÍTICA**

**A VOZ NO TRATAMENTO PSICANALÍTICO DAS PSICOSES:**  
**A homofonia em Schreber, Wolfson e Joyce**  
**e a cessão do gozo vocal no autismo**

**FERNANDA MARA DA SILVA LIMA**

**RIO DE JANEIRO**  
**FEVEREIRO, 2017**

**A VOZ NO TRATAMENTO PSICANALÍTICO DAS PSICOSES:  
A homofonia em Schreber, Wolfson e Joyce e a cessão do gozo vocal no autismo**

**Fernanda Mara da Silva Lima**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Teoria Psicanalítica.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Beatriz Freire

**RIO DE JANEIRO  
FEVEREIRO, 2017**

**A VOZ NO TRATAMENTO PSICANALÍTICO DAS PSICOSES:  
A homofonia em Schreber, Wolfson e Joyce e a cessão do gozo vocal no autismo**

**FERNANDA MARA DA SILVA LIMA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de doutor.

Aprovada por:

---

Ana Beatriz Freire - Orientadora  
Doutora em Psicologia Clínica – PUC-RJ

---

Angélica Bastos de Freitas Rachid Grimberg  
Doutora em Psicologia Clínica – PUC-SP

---

Inês Catão Henrique Ferreira  
Doutora em Psicologia Clínica – Universidade de Coimbra

---

Heloísa Fernandes Caldas Ribeiro  
Doutora em Psicologia – UFRJ

---

Rosa Alba Sarno Oliveira  
Doutora em Teoria Psicanalítica – UFRJ

**RIO DE JANEIRO  
FEVEREIRO, 2017**

**FICHA CATALOGRÁFICA**

Lima, Fernanda Mara da Silva.

A voz no tratamento psicanalítico das psicoses: A homofonia em Schreber, Wolfson e Joyce e a cessão do gozo vocal no autismo/ Fernanda Mara da Silva Lima. Rio de Janeiro: UFRJ/IP, 2017.

146f

Orientadora: Ana Beatriz Freire.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto de Psicologia/ Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, 2017.

Referências Bibliográficas: f. 136 - 145

1. Psicanálise 2. Psicose 3. Objeto 4. Voz 5. Tratamento

I. Freire, Ana Beatriz. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica. III. Título.

*Dedico esta tese a Manoel, Aparecida e Filipe,  
por sentimentos que não caberiam em palavras.*

## AGRADECIMENTOS

À Profa. Ana Beatriz Freire, por me orientar e acolher meu desejo de pesquisar sobre o tema da voz na psicose.

À Angélica Bastos, pelas preciosas considerações na banca de qualificação.

À Inês Catão, pelas valiosas contribuições para o avanço da pesquisa no tema da voz na psicose, na banca de qualificação.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, que, no decorrer das aulas, muito contribuíram para esta pesquisa.

A todos os integrantes da equipe de pesquisa “Circulando” e, em especial, a Mateus e Aline.

Aos órgãos/instituições de fomento, ao CNPq e a CAPES, que, em momentos diferentes, viabilizaram esta pesquisa através da bolsa de estudos.

Aos amigos, sempre fundamentais: Dógmar, Siene, Tom, Luciane, Márcia, Paulo, Rosângela, Patrícia, Tânia, Marisa, Karla, Rosa, Francine, Bianca, Lina, Marina, Tati. E Renata! Amigos que sempre estão por perto!

À tia Mara, sempre tão presente!

A meu pai, minha mãe e meu irmão, por tudo!!!

## RESUMO

### A VOZ NO TRATAMENTO PSICANALÍTICO DAS PSICOSES:

A homofonia em Schreber, Wolfson e Joyce e a cessão do gozo vocal no autismo

Autora: Fernanda Mara da Silva Lima

Orientadora: Ana Beatriz Freire

A presente tese tem por objetivo investigar a relação entre o sujeito psicótico e a voz. Para tanto, faremos um percurso promovendo um laço entre teoria e clínica, e conduziremos nossa pesquisa a partir das coordenadas de Sigmund Freud e Jacques Lacan.

Foi a partir da noção de *Verwerfung* de Freud que Lacan desenvolveu o conceito de forclusão para definir a estrutura psicótica enquanto tal. Apresentaremos o conceito de Nome-do-Pai, enquanto significante universal, e os avanços teóricos que culminaram em sua pluralização.

Se, na década de 50, a psicose era definida por apresentar um furo no simbólico, no final do ensino de Lacan, o furo se apresenta na própria estrutura de linguagem; de modo que o fundamental é a resposta de cada um, neurótico ou psicótico, frente à inconsistência do Outro.

Se toda formação humana tem por essência barrar o gozo, então todo trabalho do sujeito tem sempre um único objetivo, qual seja, o de produzir uma regulação do gozo.

Para investigarmos a relação do sujeito com a voz, será apresentado o testemunho do trabalho de três escritores: Daniel Paul Schreber, Louis Wolfson e James Joyce. Destacaremos aí o trabalho com a homofonia, em sua vertente material e também imaterial da voz.

Também nos debruçaremos sobre o trabalho com a pequena Leci, que pôde ceder do gozo vocal e submeter a voz à palavra de tal modo que saiu do quadro de mutismo.

É preciso esclarecer que o trabalho com a homofonia comparece no trabalho dos escritores, mas não está presente no trabalho com Leci. No entanto, pensar a maneira como cada um trabalha arduamente para tentar manter a voz afastada é o que nos interessa.

Apresentaremos a definição do objeto em psicanálise para dar destaque ao objeto voz porque este objeto apresenta uma radical particularidade. A voz é causa e efeito do sujeito; sendo, portanto, fundamental situar a voz como um objeto que resta, como um efeito das operações lógicas de causação do sujeito. Também nos reportaremos às primeiras marcas de gozo no corpo do *infans*. Referimo-nos a *lalangue*, que, não por acaso, é dita materna.

A especificidade da relação do psicótico com a voz incide no fato de que este objeto não foi extraído. Verifica-se um impasse na entrada do psicótico na linguagem, na medida em que a separação não se efetiva e o objeto não cai. Deste modo, o objeto permanece demasiadamente próximo do sujeito, o que faz com que psicótico trabalhe arduamente para mantê-lo afastado. E como seria o trabalho do sujeito? Formulamos a hipótese de que um certo saber-fazer com *lalangue* possibilitaria ao sujeito a modulação do objeto voz, não extraída na psicose.

Palavras-chave: psicanálise, psicose, objeto, voz, tratamento.

## ABSTRACT

The voice in the psychoanalytic treatment of psychoses:  
homophony in Schreber, Wolfson and Joyce and yielding to vocal jouissance in autism

Author: Fernanda Mara da Silva Lima

Advisor: Ana Beatriz Freire

The present thesis aims to investigate the relationship between the psychotic subject and the voice. To do so, we will pursue a link between theory and clinical practice, conducting our research from the coordinates of Sigmund Freud and Jacques Lacan.

It was from Freud's notion of *Verwerfung* that Lacan developed the concept of foreclosure to define the psychotic structure as such. We will present the concept of Father's Name, as universal signifier, and the theoretical advances that culminated in its pluralization.

If in the 50's, psychosis was defined by presenting a hole in the symbolic, at the end of Lacan's teaching the hole presents itself in the language structure itself. So, the fundamental is the response of each one, neurotic or psychotic, to the inconsistency of the Other. If all human formation is essentially barred from jouissance, then every work of the subject always has a single goal, that is, of producing a regulation of jouissance.

To investigate the relationship of the subject with the voice the testimony of the work of three writers will be presented: Daniel Paul Schreber, Louis Wolfson and James Joyce. We will emphasize here the work with the homophony, in its material and immaterial aspect of the voice.

We will also look at the work with the little Leci who could yield to vocal jouissance and submit the voice to the word in such a way that it left the picture of mutism. It is necessary to clarify that the work with the homophony appears in the work of the writers but is not present in the work with Leci. However, thinking the way each one works hard to try to keep the voice away is what interests us.

We will present the definition of the object in psychoanalysis to give emphasis to the voice object for this presents a radical particularity. The voice is cause and effect of the subject. Therefore, it is fundamental to situate the voice as a remaining object, as an effect of the logical operations of causation of the subject. We will also refer to the first marks of jouissance in the body of the *infans*. We refer to *lalangue*, which is not by chance said maternal.

The specificity of the relationship between the psychotic and the voice focuses on the fact that this object has not been extracted. There is an impasse in the entrance of the psychotic in the language to the extent that the separation is not effective and the object does not fall. In this way, the object remains too close to the subject. Which causes psychotics to work hard to keep it away. And how would the work of the subject be like? We hypothesized that a certain know-how with *lalangue* would enable the subject to modulate the voice object, not extracted in psychosis.

Key words: psychoanalysis, psychosis, object, voice, treatment.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1 – AS PSICOSES.....</b>	<b>15</b>
1.1 – Algumas proposições acerca da psicose.....	16
1.2 – A psicose e a forclusão do Nome-do-Pai.....	22
1.3 – O Grafo do Desejo e a inconsistência do Outro.....	31
1.4 – A pluralização dos Nomes-do-Pai e a topologia do nó borromeano.....	33
1.5 – O psicótico e o Outro.....	44
<b>CAPÍTULO 2 – O OBJETO VOZ .....</b>	<b>52</b>
<b>PARTE I – Do objeto perdido do desejo à pluralidade de objetos da pulsão.....</b>	<b>53</b>
2.1 – O objeto na primeira experiência de satisfação.....	53
2.2 – Os objetos da pulsão em Freud.....	60
<b>PARTE II – O objeto <i>a</i> .....</b>	<b>64</b>
2.3 – Objeto <i>a</i> no ensino de Lacan: um panorama histórico.....	64
2.4 – O objeto dos objetos.....	71
2.5 – As formas de incidência do objeto <i>a</i> .....	79
2.6 – Objeto <i>a</i> : o campo do sujeito e o campo do Outro.....	90
2.7 – A voz na constituição do sujeito.....	95
2.8 – <i>Lalangue</i> , linguagem e letra.....	103
<b>CAPÍTULO 3 – A VOZ NA PSICOSE.....</b>	<b>108</b>
3.1 – O psicótico tem a voz em seu bolso.....	109
3.2 – A homofonia em Daniel Paul Schreber, Louis Wolfson e James Joyce.....	113
3.3 – Uma direção de tratamento psicanalítico.....	121
3.4 – Fragmentos de um caso clínico.....	124
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>131</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>136</b>

“Uma fala só é fala na medida exata  
em que alguém nela crê”.

*Jacques Lacan*

## INTRODUÇÃO

Foi em 1999 o meu primeiro encontro com o real da clínica da psicose, no Núcleo de Atenção Intensiva à Criança Autista e Psicótica<sup>1</sup>, numa configuração de estágio. Desde então, meu percurso tem sido construído pela sustentação de um desejo de trabalho clínico com sujeitos psicóticos.

O Serviço de Internação de Longa Permanência do Hospital Psiquiátrico de Jurujuba, o Instituto de Psiquiatria da UFRJ, o Hospital-Dia Casa Verde e o Centro Municipal de Saúde Manoel José Ferreira também possibilitaram meus primeiros contatos com a clínica da psicose no decorrer de minha graduação em psicologia.

Para dar continuidade à minha formação, ingressei no curso de especialização em saúde mental (com formato de residência) no Instituto Municipal Philippe Pinel.

Depois de formada, trabalhei (desde a implantação) no primeiro e único serviço dedicado a crianças e adolescentes psicóticos no município de Niterói, e que foi nomeado, pela equipe, de Centro de Atenção Psicossocial infanto-juvenil Monteiro Lobato.

E foi o trabalho no CAPSi Monteiro Lobato que me levou ao tema de minha dissertação: *Sobre um tratamento psicanalítico da psicose na clínica institucional*. Naquela ocasião, coloquei-me a tarefa de circunscrever teoricamente quais as balizas que norteiam o trabalho num dispositivo clínico institucional de acolhimento para os sujeitos psicóticos. Minha proposta consistiu em produzir um laço entre teoria clínica de modo a cumprir a orientação freudiana (1912/1996) de que, em psicanálise, a atividade de pesquisa e tratamento coincidem. Em sintonia com esta ideia, Lacan é categórico ao afirmar que o analista deve ser ao menos dois: produzir efeitos e, a partir deles, teorizar. (Lacan, 1974-5/Lição de 10/12/1974).

Seguir as coordenadas teóricas de Sigmund Freud e de Jacques Lacan, deixando-me guiar pelos impasses que se colocam na clínica, é o caminho que circunscreve meu desejo.

---

<sup>1</sup> Naquela ocasião, em 1999, era um dos dispositivos do Instituto Municipal Philippe Pinel. Hoje, após uma reformulação estrutural significativa, passa a ser chamado de Centro de Atenção Psicossocial infanto-juvenil Maurício de Souza. Um breve panorama histórico deste serviço é apresentado por Katia Monteiro em seu livro *O autista e seus objetos* (2015).

Gostaria de destacar que o tema escolhido para a tese foi algo que se decantou da dissertação. Naquela ocasião, debruçei-me sobre as coordenadas teóricas que balizam um trabalho institucional orientado pela psicanálise. Foi quando me dediquei a circunscrever o trabalho analítico com Leci que incluía a escuta de sua mãe, Vera. Leci é uma menina que, no decorrer de seu tratamento, veio a ceder de seu gozo vocal e, com isso, submeteu a voz à palavra. É importante apontar o reposicionamento de Vera diante da filha e, com isso, enfatizo que os efeitos do trabalho com Leci não são sem relação com o trabalho de escuta de sua mãe, Vera.

Nessa ocasião, o que restou de minha dissertação foi a particularidade do objeto voz em psicanálise.

Por isso retomarei o caso! Aqui vale destacar a assertiva freudiana já mencionada de que, em psicanálise, pesquisa e tratamento coincidem. Será que é possível propor que esta coincidência não seja necessariamente temporal? Será que mesmo que o tratamento e a pesquisa ocorram em momentos diferentes, ainda assim é possível daí engendrar um laço? Pela aposta de que haveria sim esta possibilidade, agora, no doutorado, proponho retomar o trabalho clínico com Leci para trabalhar sobre a especificidade do objeto voz.

Depois de uma breve apresentação de meu percurso, vou agora me dedicar a apresentar o tema desta tese.

Temos por objetivo investigar a relação entre o sujeito psicótico e a voz. Para tanto, faremos um percurso promovendo um laço entre teoria e clínica, e conduziremos nossa pesquisa a partir das coordenadas de Sigmund Freud e Jacques Lacan.

Para delinear minha pesquisa, dividirei o trabalho em três capítulos no formato que apresento a seguir.

Iniciaremos com o tema da psicose, **no capítulo 1**. Lacan desenvolveu o conceito de foraclusão para definir a estrutura psicótica enquanto tal a partir da noção de *Verwerfung* de Freud, afirmando que a “*Verwerfung* será tida por nós, portanto, como foraclusão do significante” (LACAN, 1955-1956b/1998, p. 564). Faremos, neste capítulo, uma apresentação do conceito de Nome-do-Pai, enquanto significante universal, e dos avanços teóricos que culminaram em sua pluralização.

Na década de 50, a psicose era definida por apresentar um furo no simbólico; no final do ensino de Lacan, o furo se apresenta na própria estrutura de linguagem. Com o advento do objeto *a*, o conceito de Nome-do-Pai sofre uma reformulação e passa por

uma pluralização (MILLER, 1992), uma vez que “a inconsistência do Outro já não permite conceber o Pai como universal” (MALEVAL, 2002, p. 97).

A questão que ganha relevo é aquela com a qual todo falante terá que se haver e diz respeito à inconsistência do campo do Outro. A resposta que cada um dará à inconsistência estrutural do campo do Outro marcará a diferença neurose e psicose

Se a ênfase recai sobre o trabalho do sujeito de produzir uma regulação e uma localização do gozo, então devemos nos reportar a Lacan (1968/1980 & 1967/2003), que afirma que toda formação humana tem por essência barrar o gozo. Com isso, podemos entender que as ricas fenomenologias que encontramos na clínica da psicose referem-se às tentativas de criar mediações e balizamentos para ordenar a existência.

Estamos nos referindo ao trabalho – um trabalho árduo, incansável e diário do psicótico – de refrear, localizar, regular o gozo.

No que se refere ao trabalho específico do autista, Strauss (1993) dirá que, sem os recursos à norma fálica, como o neurótico, ou mesmo à metáfora delirante, própria à paranoia, os autistas se empenham em se fazerem a si mesmos ordenadores do mundo. Por isso, testemunhamos na clínica a relação singular com o corpo, a ausência de fala, a ecolalia, a verborragia, o não endereçamento do olhar, os chamados distúrbios alimentares, a necessidade de regular sequencialmente algumas tarefas, entre outros.

Recalcati (2003) e Maleval (2002) enfatizam que, na psicose, não se trata de um defeito no simbólico, mas antes da carência de uma operação que resulte numa regulação de gozo. Esta formulação abre para o sujeito um campo de possibilidades cunhado pela suplência.

Desta forma, afirmamos que cada um inventa uma solução, uma suplência ou mesmo um *sinthoma*. Nossa proposta é valorizar as construções singulares inventadas pelo sujeito, levando em conta o seu trabalho em tratar o gozo de modo a cifrá-lo.

O **capítulo 2** será dedicado à voz e, portanto, trataremos do tema do objeto em psicanálise. Na primeira parte deste capítulo, delinearemos um percurso do objeto perdido do desejo aos objetos da pulsão em Sigmund Freud. Na segunda parte, abordaremos o objeto *a* incluindo seu panorama histórico no ensino de Lacan, sua definição e suas formas de incidência. Também trataremos da constituição do sujeito (LACAN, 1964/1998) para localizar o objeto *a* como resto desta operação.

Seguiremos as coordenadas propostas por Vivès (2012a), que enfatiza o papel da voz do Outro materno na constituição do sujeito enquanto transmissor da linguagem,

sendo por esta via que ocorre o processo de subjetivação. É desta forma que podemos entender a célebre afirmativa lacaniana de que a pulsão invocante é “a mais próxima da experiência do inconsciente” (LACAN, 1964/1988, p. 102).

Para apresentar a proposição de que a voz é causa e efeito do sujeito, na medida em que “o sujeito não é somente produtor da voz, ele é igualmente produto dela” (VIVÈS, 2012b, p. 70), situaremos a voz na constituição do sujeito e também nos reportaremos às primeiras marcas de gozo no corpo do *infans*. Referimo-nos a *lalangue*, que é, não por acaso, dita materna (LACAN, 1972-1973/1998).

A especificidade da relação do psicótico com a voz incide no fato de que este objeto não foi extraído. Verifica-se que alguns impasses se colocam para o psicótico frente ao campo da linguagem na medida em que a separação não se efetiva e o objeto não cai. Disso resulta uma demasiada aproximação do objeto, o que faz com que o psicótico trabalhe arduamente para mantê-lo afastado.

O **capítulo 3** se intitula “A voz na psicose”. Para investigarmos o trabalho do sujeito com a voz, pretendemos abordar a homofonia nos trabalhos de Daniel Paul Schreber, Louis Wolfson e James Joyce.

Por que destacamos a homofonia? Foi a partir da leitura de David Bernard (2013) e de sua produção teórica em coautoria com Joseph Delaplace (2014) que nos orientamos para sustentar a formulação de que a homofonia é o modo pelo qual, através do fonema, articulam-se letra e voz com a destituição do sentido.

Se a homofonia implica sonoridade e a voz é afônica, seria possível pensar sobre a voz a partir do trabalho que cada um realiza com a homofonia? Qual a relação entre voz e homofonia? Há voz na homofonia? Desde já é possível situar para o leitor que a homofonia tem algo a nos ensinar sobre a voz. E é por isso que os trabalhos de Schreber, de Wolfson e de Joyce com a homofonia serão, aqui, de grande valia. Importante enfatizar que delinearemos a homofonia na dupla vertente material e imaterial da voz.

Além do testemunho dos escritores, também vamos nos dedicar ao trabalho que foi conduzido pela autora num serviço público de saúde mental infantil. Fragmentos do trabalho analítico com Leci que inclui a escuta de sua mãe, Vera, serão também apresentados. No entanto, aí incide uma radical particularidade no que concerne à voz, na medida em que este sujeito a retém, o que comparece sob a configuração de mutismo

em sua apresentação clínica. O que ocorre no decorrer do tratamento psicanalítico é a cessão do gozo vocal até então retido.

O trabalho clínico com Leci não apresenta qualquer relação com a homofonia, mas é um trabalho significativo que produziu a cessão do gozo vocal.

A partir destes quatro trabalhos, queremos delinear a hipótese de que um certo saber-fazer com *lalangue* possibilita ao sujeito a modulação do objeto voz, não extraída na psicose. A partir disso, uma questão surgiu: será que esta hipótese ofereceria algumas coordenadas para pensarmos uma direção de tratamento psicanalítico da psicose? Assim chegamos ao título desta tese: A voz no tratamento psicanalítico das psicoses.

## CAPÍTULO 1 – AS PSICOSES

Lacan desenvolveu o conceito de forclusão para definir a estrutura psicótica enquanto tal a partir da noção de *Verwerfung* de Freud, afirmando que a “*Verwerfung* será tida por nós, portanto, como forclusão do significante” (LACAN, 1955-1956b/1998, p. 564). Retomaremos o conceito freudiano para, em seguida, apresentar o conceito de Nome-do-Pai, enquanto significante universal, e os avanços teóricos que culminaram em sua pluralização.

Acompanharemos suas modificações circunscrevendo em três tempos o ensino de Lacan, enquadre este proposto por Jacques Alain-Miller (2003a), que situa o ensino de Lacan em três momentos. O primeiro ensino, como foi então nomeado, se delineia no período que vai da década de 50 ao início da década de 60, cuja ênfase recai sobre o estruturalismo. O panorama da década de 50 caracteriza-se pelo paradigma do significante. No segundo ensino, verificaremos os desdobramentos da formalização do Grafo de Desejo com a incidência da barra sobre o Outro, cuja consequência é a formulação do conceito de objeto *a*. Já o terceiro ensino, também designado como último ensino, tem início a partir das contribuições de *O Seminário 20: Mais, ainda* (1972-3/1998) e deste período destaca-se a leitura da obra de James Joyce com a formalização da pluralização dos Nomes-do-Pai e a topologia do nó borromeano. “O último ensino de Lacan é um ensino da psicanálise sem o Nome-do-Pai, no qual o Nome-do-Pai é reabsorvido no múltiplo” (MILLER, 2003a, p. 18). A partir da topologia do nó borromeano, o quarto termo que trançará os três registros será o sinthoma. E assim o Nome-do-Pai foi reduzido a um “sintoma”, um mero “utensílio” (MILLER, 2005a, p. 8).

Se na década de 50 a psicose era definida por apresentar um furo no simbólico, no final do ensino de Lacan o furo se apresenta na própria estrutura de linguagem. De modo que a inconsistência do Outro se coloca para todos, neuróticos, psicóticos e perversos. Deste modo, a ênfase recai sobre a resposta de cada um frente à inconsistência do Outro. Com o advento do objeto *a*, o conceito de Nome-do-Pai sofre reformulação e passa por uma pluralização, já que “a inconsistência do Outro já não permite conceber o Pai como universal” (MALEVAL, 2002, p. 97).



A questão que ganha relevo é aquela com a qual todo falante terá que se haver e diz respeito à inconsistência do campo do Outro. A resposta que cada um dará à inconsistência estrutural do campo do Outro marcará a diferença entre neurose e psicose.

Se a ênfase recai sobre o trabalho do sujeito de produzir uma regulação e uma localização do gozo, então devemos nos reportar a Lacan (1968/1980 & 1967/2003), que afirma que toda formação humana tem por essência barrar o gozo. Com isso, podemos entender que as ricas fenomenologias que encontramos na clínica da psicose referem-se às tentativas de criar mediações e balizamentos para ordenar a existência.

Recalcati (2003) e Maleval (2002) enfatizam que, na psicose, não se trata de um defeito no simbólico, mas antes da carência de uma operação que resulte numa regulação de gozo. Esta formulação abre para o sujeito um campo de possibilidades cunhado pela suplência.

Desta forma, afirmamos que cada um inventa uma solução, uma suplência ou mesmo um *sinthoma*. Nossa proposta é valorizar as construções singulares inventadas pelo sujeito, levando em conta seu trabalho em tratar o gozo de modo a cifrá-lo.

Na seção intitulada “o psicótico e o Outro”, retomaremos a proposição de que a forma como cada um irá responder à inconsistência do Outro é o que marcará a diferença entre neurose e psicose. Abordaremos as operações lógicas de constituição do sujeito para localizar a especificidade inerente à psicose, já que o objeto não sofre extração. Disso resulta uma configuração de um Outro pleno e gozador. Seria, portanto, um paradoxo apresentar a tese de um Outro pleno e gozador ao mesmo tempo em que defendemos a proposição da inconsistência estrutural do Outro? A questão que se coloca é quanto à possibilidade de se inscrever ou não a simbolização primordial. A não extração do objeto é correlata à não simbolização primordial, de modo que, “se não há simbolização primordial, o Outro se apresenta como um Outro maciço” (RIBEIRO, 2005, p. 40).

### **1.1 – Algumas proposições acerca da psicose**

No encontro com os sujeitos psicóticos, testemunhamos uma forma particular de estar no mundo. João se machuca quando uma pessoa dele se aproxima e lhe dirige uma

fala. Marcus se morde de tal modo que chega a sangrar quando percebe meu olhar dirigido a ele. Vinicius mantém com a alimentação uma posição de radicalidade em que nada aceita, chegando a ficar sem se alimentar ou ingerindo apenas alimentos líquidos e nada mais. Pode acontecer de se constiparem sem que isso lhes cause dor ou podem manusear as fezes de forma considerada socialmente inaceitável.

Estes são alguns dos fragmentos do testemunho que estes sujeitos nos dão de sua peculiar relação com os objetos (a voz, o olhar, os alimentos e os excrementos), com o próprio corpo e com a linguagem (BAÏO, 1993).

Os sujeitos psicóticos podem apresentar algumas características tais como um rechaço ou alheamento em relação ao outro na medida em que não suportam a voz e o olhar do Outro; ausência ou exagero na alimentação; insensibilidade à dor e ausência de doenças; repetição da fala do outro exatamente como foi proferida, mantendo a entonação e inclusive o sotaque; a inversão da mensagem não opera e falam de si na terceira pessoa; verifica-se também uma ausência de enunciação.

Estas situações foram apresentadas a partir da experiência clínica da autora desta tese com psicóticos. Buscamos destacar a particular relação dos sujeitos psicóticos com os objetos (a voz, o olhar, os alimentos e os excrementos), com o próprio corpo e com a linguagem, seguindo as coordenadas de Virgínio Baïo (1993). O que aqui nos interessa é, desde já, apontar para a particular relação do sujeito psicótico com a voz, lembrando que nos dedicaremos ao tema da voz no capítulo 2.

Queremos enfatizar que há uma particularidade inerente ao funcionamento psicótico e que, a partir da psicanálise, é possível apontar para o que há de enigmático nestes sujeitos. Tomar a psicose como enigma é uma direção ética da psicanálise que afasta qualquer atribuição de déficit ou incapacidade para estes sujeitos.

Podemos, a partir do ensino de Lacan, afirmar que toda manifestação humana é uma posição de sujeito frente ao Outro. “Toda formação humana tem, por essência, e não por acaso, de refrear o gozo” (LACAN, 1967/2003, p. 32). É a partir da constituição do sujeito que nos deparamos com o estatuto do Outro. E, assim, somos levados à interrogação acerca do estatuto do Outro na psicose, enfatizando que estamos no campo da causação do sujeito. É com Freud e Lacan que aprendemos que o sujeito não está dado. O sujeito se constitui a partir de um Outro. Mas a particularidade inerente à psicose leva Jacques-Alain Miller a afirmar que “a psicose é questão de sujeito – pois

ela assim mesmo nos conduz aos confins de onde a questão do sujeito se coloca” (MILLER, 1996a, p. 156).

“No Projeto para uma psicologia científica”, Freud (1895/1996) explica que o recém-nascido, diante de uma situação de urgência, como a fome, por exemplo, buscaria o alívio da tensão por meio de uma descarga que consistiria no grito ou no choro. Para Freud, o bebê necessita de uma “ajuda alheia” (p. 370) para sobreviver. É preciso que uma “pessoa experiente” (p. 370) realize uma “ação específica” (p. 370) que produza modificações no ambiente, o que, sozinho, o bebê não consegue realizar. O bebê humano, diferente dos animais, vive uma situação de desamparo original. O grito seria, portanto, uma forma de expressão deste desamparo.

O desamparo com o qual o bebê se depara não é apenas quanto a sua sobrevivência física. Na medida em que o grito é tomado como apelo, para além do registro da necessidade, entra em jogo o circuito da demanda, cujo contraponto é a localização de um lugar para o sujeito no campo do Outro. Além da oferta do alimento, também se oferecem significantes. Por isso é o Outro que introduz o *infans* no campo simbólico.

Quando a mãe responde aos gritos do bebê, ela os reconhece, constituindo-os como demanda, mas o que é mais importante é que os interpreta no plano do desejo da criança de estar perto dela, desejo de tomar-lhe algo, desejo de agredi-la, pouco importa. O que é certo é que, por sua resposta, o Outro dar a dimensão de desejo ao grito da necessidade, ao investir na criança, é de início resultado de uma interpretação subjetiva, função do desejo materno, de seu próprio fantasma (LACAN, 1961-62, inédito).

A função do Desejo do Outro é exercida pelo movimento interpretativo que inscreve o grito no circuito da demanda, localizando o bebê num determinado lugar no campo do Outro. Dito de outro modo, para que o Outro primordial, muitas vezes encarnado pela mãe, transforme o grito em apelo, é preciso que esteja “atento ao estado de aflição da criança” (p. 370), conforme nos diz Freud (1895/1996). Esta atenção específica endereçada ao bebê aponta para seu lugar na economia libidinal dos pais.

Freud, em “Sobre o Narcisismo” (1914/1996), aborda o tema do lugar do bebê na economia libidinal dos pais como “sua majestade: o bebê” (p. 98), sendo, portanto, desse lugar que recebe todos os investimentos libidinais. E será esse lugar que trará consequências para a constituição psíquica. Encontraremos alguma aproximação dessa

ideia freudiana nos escritos de Lacan: “(...) A frase foi começada antes dele, foi começada por seus pais (...)”. (LACAN, 1957-1958, p. 192). O que quer dizer que o bebê, mesmo antes de nascer, já é falado por seus pais, ou seja, já é investido libidinalmente.

Segundo Lacan, o Outro é o “lugar da cadeia significante que comanda tudo o que vai poder presentificar-se do sujeito” (LACAN, 1964/1985, p. 193), o que significa nos reportarmos ao terreno do tesouro dos significantes. A história familiar, a cultura, as expectativas, as esperanças, as identificações, são marcas prévias ao próprio nascimento do bebê. É o mesmo que nos remetermos ao lugar de um bebê na fantasia e no desejo de seus pais.

Seguimos com Freud para afirmar que, para a mulher, o desejo de ter um bebê vem em substituição ao desejo pelo falo que lhe falta. “Se a mulher encontra na criança uma satisfação é, muito precisamente, na medida em que encontra nesta algo que atenua, mais ou menos bem, sua necessidade de falo, algo que o satura” (LACAN, 1956-57/1995, p. 71).

Na relação entre a criança e a mãe, Lacan (1956-57/1995) introduzirá um terceiro termo, o falo, para afirmar que se trata de uma tríade imaginária. O falo em sua função imaginária é designado como um objeto que viria a preencher a mulher, já que este lhe falta.

Se apontamos para o que se passa do lado da mulher no que concerne ao seu desejo de ter um filho, devemos também nos reportar à criança. E do lado da criança, o que se passa?

A questão para a criança é sempre dirigida ao Desejo da Mãe. Mas o que vem a ser o Desejo da Mãe? “Esta mãe insaciável, insatisfeita, em torno de quem se constrói toda a escalada da criança no caminho do narcisismo, é alguém real, ela está ali e, como todos os seres insaciados, ela procura o que *devorar, quaerens quem devoret (...)*” (LACAN, 1956-1957, p. 71).

Qual a posição para a criança diante do insaciável Desejo da Mãe? Para avançar na resposta a esta pergunta, devemos demonstrar como Lacan, na década de 50 (1956-1957, p. 359), situa a estruturação do sujeito em dois tempos.

No primeiro momento, a criança se vê assujeitada à lei da mãe, que é caprichosa e insana. A onipotência da mãe se coloca diante de um bebê desamparado e, portanto, dependente, ainda que possamos afirmar que a mãe está inscrita no campo simbólico. É

um momento em que tudo que o bebê precisa é mediado por outra pessoa. Num momento posterior, o significante Nome-do-Pai colocará barra no significante do Desejo da Mãe. Com a inscrição do Nome-do-Pai, significante da Lei, no campo do Outro, o sujeito não mais fica submetido à lei insana da mãe.

Se, em um primeiro tempo, a criança está totalmente entregue ao Outro sem lei, no segundo tempo opera a inscrição do Nome-do-Pai, que produz barra no gozo materno, instaurando uma ordenação na cadeia de significantes.

O pai fornece um sentido para o enigma do Desejo da Mãe. A metáfora paterna produz a significação fálica que assegura ao neurótico uma possível resposta ao enigmático Desejo do Outro. É assim que o neurótico constrói um fantasma que o situa frente ao Outro. Trata-se da localização, de um lugar no campo do Outro. O Nome-do-Pai nomeará e ordenará o Desejo da Mãe, rompendo com o infinito deslizamento metonímico, pois circunscreve um lugar para o sujeito no campo do Outro, e é por isso que o situa diante da enigmática questão sobre o Desejo do Outro.

(...) O complexo de Édipo quer dizer que a relação imaginária, conflituosa, incestuosa nela mesma está destinada ao conflito e à ruína. Para que o ser humano possa estabelecer a relação mais natural, aquela do macho com a fêmea, é preciso que intervenha um terceiro (...). Não é demais dizer – é preciso aí uma lei, uma cadeia, uma ordem simbólica, a intervenção da ordem da palavra, isto é, do pai. Não o pai natural, mas do que se chama o pai. A ordem que impede a colisão e o rebentar da situação no conjunto está fundada na existência desse nome do pai (LACAN, 1955-1956, p. 114).

Lacan insere o campo simbólico nesta relação imaginária edipiana. O Nome-do-Pai opera como uma “instância ‘pacificadora’ das armadilhas do imaginário” (MALEVAL, 2002, p. 76). É preciso fazer incidir um terceiro no conflito imaginário edipiano, e é assim que situamos a função do pai enquanto intervenção simbólica. Para Quinet, o complexo do Édipo consiste numa “ficção do nosso comprometimento simbólico” (QUINET, 2000, p. 9).

O pai, enquanto função, inscreve a lei com a metáfora paterna, a partir do Édipo. Trata-se “de uma **única e mesma coisa**. Não existe a questão do Édipo quando não existe o pai, e, inversamente, falar do Édipo é introduzir como essencial a função do Pai” (LACAN, 1957-1958, p. 171).

Aqui vale a pena destacar que Lacan retorna a Freud para extrair o que há de essencial e estruturante na teoria do Édipo, tendo em vista sua substituição pela metáfora paterna.

Lacan afirma que a função paterna é, para o sujeito, “da ordem de uma experiência metafórica” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 387). O Nome-do-Pai é o significante que vem substituir outro significante, o Desejo da Mãe, e o que resulta desta operação metafórica é a significação fálica. “(...) é na qualidade de significante capaz de dar sentido ao Desejo da Mãe que eu poderia situar o Nome-do-Pai” (LACAN, 1971b, inédito).

No período do ensino de Lacan situado na década de 50, o Nome-do-Pai encontra-se restrito na singularidade de um único significante cuja função “é fundamentalmente metafórica, a metáfora paterna é a interpretação que outorga significação fálica ao desejo materno” (GOLDENBERG, 2006, p. 59).

A inscrição do significante do Nome-do-Pai enquanto ordenador do mundo em sua dimensão significante oferece coordenadas simbólicas para o sujeito se posicionar na existência e na partilha entre os sexos. A missão paterna “permite ordenar um universo de sentido sobre o qual se ordena o mundo das coisas, instaurando-se assim vínculos entre significante e significado” (MALEVAL, 2002, p. 76).

O significante paterno assegura a ordem simbólica na medida em que promove a articulação entre significante e significado. Para tratar deste tema, Lacan (1955-1956a) se refere ao ponto de basta e, aqui, também vale a pena citar Calligaris (1989), que nos oferece a imagem de ponto de ancoragem. “A missão do pai é ensinar a comunicação, quer dizer, elucubrar uma linguagem, introduzir uma rotina que faça coincidir o significante e o significado” (MILLER, 2005b, p. 24).

A função do pai consiste em promover uma articulação de ordem simbólica de modo a circunscrever o gozo, impedindo seu transbordamento. “O Nome-do-Pai, no primeiro ensino de Lacan, é o significante por excelência que produz um efeito de sentido real. É o nome do significante que dá um sentido ao gozado” (MILLER, 2003a, p. 19). Neste período do ensino de Lacan, o gozo se inscreve submetido ao poder simbólico, que, aliás, o mortifica (SOLANO-SOAREZ, 2006, p. 67).

Podemos afirmar que a inscrição do Nome-do-Pai no campo do Outro é, portanto, uma instância pacificadora, na medida em que protegeria o sujeito neurótico de toda a sorte da rica fenomenologia que acossa os psicóticos. É neste momento teórico, na

década de 50, que Lacan formula com precisão a teoria da causalidade significativa da psicose. Trata-se da não simbolização de um significante primordial, o Nome-do-Pai.

## 1.2 – A psicose e a forclusão do Nome-do-Pai

Para tratar do que se passa na psicose, Lacan cunhou o termo forclusão, cuja filiação é do campo jurídico. Significa que algo prescreve, caduca, quer dizer, perde a validade, por não ocorrer dentro dos prazos legais. “O termo forclusão é de uso corrente no vocabulário jurídico procedimental e significa a caducidade de um direito não exercido nos prazos prescritos” (MALEVAL, 2002, p. 61). Trata-se, portanto, da perda de um prazo para exercer um direito num processo jurídico. Quinet (2000) afirmará que “a forclusão, portanto, remete à noção da lei e de sua abolição” (QUINET, 2000, p. 15).

Segundo Soler (1991), “a forclusão não é um fenômeno. A forclusão não faz parte do que se observa: é uma hipótese causal” (SOLER, 1991, p. 109). Da forclusão podemos apenas testemunhar seus efeitos, os quais comparecem no campo clínico da psicose.

Estamos de posse das coordenadas teóricas a partir das quais Lacan situa o campo específico da psicose. A psicose será definida, neste momento do ensino de Lacan, por apresentar uma falha simbólica, sendo esta marca o que a diferencia da neurose.

É num acidente desse registro e do que nele se realiza, a saber, na forclusão do Nome-do-Pai no lugar do Outro, e no fracasso da metáfora paterna, que apontamos a falha que confere à psicose sua condição essencial, com a estrutura que a separa da neurose (LACAN, 1955-1956b/1998, p. 582).

Lacan formaliza o conceito de forclusão do Nome-do-Pai como o que caracterizaria a estrutura psicótica a partir do conceito freudiano *Verwerfung*, como “aquilo que foi internamente abolido retorna desde fora” (FREUD, 1975 [1911], p. 95). Para esta afirmativa freudiana, encontramos correspondência em Lacan na seguinte formulação: “O que é rejeitado na ordem simbólica retorna no real” (LACAN, 1955-56/1985, p. 22).

A *Verwerfung* será tida por nós, portanto, como *foraclusão* do significante. No ponto em que, veremos de que maneira, é chamado o Nome-do-Pai, pode pois responder no Outro um puro e simples furo, o qual, pela carência do efeito metafórico, provocará um furo correspondente no lugar da significação fálica (LACAN, 1955-1956b/1998, p. 564).

A missão do pai em promover a articulação simbólica não se efetiva de modo a não assegurar a vinculação entre significante e significado devido a não inscrição da metáfora paterna. Estamos nos remetendo ao campo simbólico, o Nome-do-Pai foracluído “designa uma carência do significante que assegura a consistência do discurso do sujeito” (MALEVAL, 2002, p. 18). Pela ausência da significação fálica, estabelece um furo<sup>2</sup> no significado cujo efeito se faz sentir com gozo desenfreado. Com o início da emergência do significante no real e uma desintegração do imaginário, tem-se toda a sorte de fenômenos que acoçam os psicóticos devido à foraclusão do significante que promoveria o ponto de ancoragem na existência do sujeito. “É a falta do Nome-do-Pai nesse lugar que, pelo furo que abre no significado, dá início à cascata de remanejamentos do significante de onde provém o desastre crescente do imaginário” (Lacan, 1955-6b/1998, p. 584).

A *Verwerfung* freudiana foi cunhada a partir da análise do “Homem dos Lobos” (1969 [1918[1914]]) quando da apresentação de um episódio de alucinação. Freud, no seu texto “História de uma neurose infantil”, cita na íntegra o relato do próprio paciente.

Quando eu tinha cinco anos, estava brincando no jardim perto da babá, fazendo cortes com meu canivete na casca de uma das noqueiras que aparecem em meu sonho também. De repente, para meu inexprimível terror, notei ter cortado fora o dedo mínimo da mão (direita ou esquerda?), de modo que ele se achava dependurado, preso apenas pela pele. Não senti dor, mas um grande medo. Não me atrevi a dizer nada à babá, que se encontrava a apenas alguns passos de distância, mas deixei-me cair sobre o assento mais próximo e lá fiquei sentado, incapaz de dirigir outro olhar ao meu dedo. Por fim, me acalmei, olhei para ele e vi que estava inteiramente ileso (*Apud* FREUD, 1969 [1918 [1914]] p. 93).

Foi na infância que o paciente teve a alucinação de seu dedo decepado com um canivete. Diante deste acontecimento, ficou paralisado, sentou-se no banco e nada conseguiu falar a respeito, nem olhar para o dedo. Nada foi dito no momento do fato

---

<sup>2</sup> Na década de 50, a noção de furo remete ao desencadeamento da psicose. No entanto, na década de 70, este termo, furo, estará atrelado à condição estrutural do simbólico.



nem depois dele. Houve uma impossibilidade de qualquer coisa dizer em uma condição de absoluta perplexidade e estranheza. Foi, então, que Freud formulou a tese de que ali operou uma rejeição da própria castração. “Rejeitava a castração (...) ele não teria nada a ver com a castração, no sentido de havê-la recalcado. Isso não implicava, na verdade, em julgamento sobre a questão da sua existência, pois era como se não existisse” (FREUD, (1976 [1918 [1914]], p. 92).

Vejam os a retomada de Lacan aos termos freudianos (1925a/1996), *Bejahung* (afirmação) e *Ausstosung* (expulsão), para tratar do tema da constituição do psiquismo. Faremos este caminho para, em seguida, articularmos estes dois termos com o conceito de *Verwerfung*.

A afirmação de uma inscrição no psiquismo tem como contrapartida a expulsão de outra, por isso que *Ausstosung* confirma a *Bejahung*. Estas são operações que implicam em uma atribuição da função de juízo. Freud se refere a duas funções de julgamento, o juízo atributivo e o juízo de existência, donde situa a origem do pensamento na medida em que viabiliza a ordem de um discurso.

O juízo de atribuição é a capacidade de diferenciar o dentro e o fora e o bom e o mau, na medida em que será introjetado o que for prazeroso, pertencente ao eu, e expulso o que for desprazeroso, constituindo o não-eu. A segunda função de julgamento, a de existência, refere-se à relação entre representação e realidade. Trata-se de verificar ou não a existência de algo que tenha representatividade. Se a primeira função delimita o que deve ou não ser incluído no eu, a segunda aponta para o fato de que, em psicanálise, não há harmonia entre a realidade psíquica e a realidade factual.

A *Bejahung* possibilita o acesso ao simbólico; já a *Ausstosung*, enquanto expulsão para fora do eu, vai constituir o que Lacan designou como o campo do real, “na medida em que ele é o domínio do que subsiste fora da simbolização” (LACAN, 1954b/1998, p. 390).

Para Lacan, o que é submetido à *Bejahung* pode ter diferentes destinos, tais como o recalque (neurose) ou o desmentido (perversão). Já o que cai sob o golpe da *Verwerfung* terá outro caminho. Temos, portanto, duas possíveis consequências. Ou a efetivação da inscrição da afirmação primordial (que pode vir a ser recalcada ou desmentida), ou a rejeição, *Verwerfung*.

Uma parte da simbolização primordial não se efetiva na psicose. Uma representação primordial não encontra significação. “Trata-se de uma defesa tão eficaz,

que nega a realidade mesma da percepção ligada à representação incompatível” (GUERRA, 2010, p. 24). Para Lacan, o que não se inscreve na simbolização é a castração, sendo esta a marca que caracterizaria a psicose enquanto tal.

A respeito da *Verwerfung*, Freud diz que o sujeito não queria nada saber da castração, mesmo no sentido do recalque. Com efeito, no sentido do recalque, sabe-se ainda algo daquilo de que nem mesmo não se quer, de certa maneira, nada saber e cabe à análise nos ter demonstrado que se sabe muitíssimo bem (LACAN, 1955-6, p. 173).

Na clínica da neurose, é possível testemunhar o retorno do recalado nas formações do inconsciente, nos sintomas, atos falhos, chistes e sonhos. Na psicose, o que se verifica é de outra ordem. Pela não inscrição simbólica de um significante primordial, o que o sujeito recusa retorna no real, como atestam as alucinações e os distúrbios de linguagem, por exemplo. Sobre isso, Lacan afirma que “a *Verwerfung*, portanto, corta pela raiz qualquer manifestação da ordem simbólica” (LACAN, 1954b/1998, p. 389).

O Nome-do-Pai é, portanto, o significante que circunscreve o simbólico aos seus próprios limites e, com isso, impede que os significantes venham a comparecer no real. Por isso que uma formação do inconsciente, sendo o retorno do recalado, é algo radicalmente diferente daquilo que, em vez de retornar no simbólico, faz seu retorno fora do simbólico, no real.

Maleval esclarece que Freud “indica a existência de um material inconsciente excluído de uma forma tal que, ao contrário do que ocorre no recalque, torna impossível sua reapropriação” (MALEVAL, 2002, p. 51). Sem inscrição simbólica não há representação e é por isso que não pode ser reapropriado. De modo que aquilo que não pôde ser articulado simbolicamente retorna fora da cadeia, no real.

Assim é que Recalcati (2003) afirma que, para Lacan, na década de 50, a psicose será definida por uma impossibilidade de operar corretamente a “significantização” do real.

Não seria por isso que Lacan afirma que o psicótico apresenta um testemunho do inconsciente a céu aberto, enquanto o neurótico oferece um testemunho encoberto do inconsciente?

O psicótico é o mártir do inconsciente, dando ao termo mártir seu sentido, que é o de testemunhar. Trata-se de um testemunho aberto. O neurótico também é uma testemunha da existência do inconsciente, ele dá um testemunho encoberto que é preciso decifrar. O psicótico, no sentido em que ele é, numa primeira aproximação, testemunha aberta, parece fixado, imobilizado, numa posição que o coloca sem condições de restaurar autenticamente o sentido do que ele testemunha, e de partilhá-lo no discurso dos outros (LACAN, 1955-6/1988, p. 153).

De posse deste arcabouço teórico apresentado, é interessante voltarmos ao exemplo do ‘Homem dos lobos’ para apresentarmos a leitura lacaniana do caso:

Vejamos o homem dos lobos. Não houve para ele *Bejahung* (...). Não há traço que dele tenhamos, é a emergência, de modo algum na sua história, mas verdadeiramente no mundo exterior, de uma pequena alucinação. A castração, que é precisamente o que para ele não existiu, manifesta-se sob a forma do que ele imagina – ter-se cortado o dedinho, tão profundamente que só se segura por um pedacinho de pele. Fica então submerso pelo sentimento de uma catástrofe tão inexprimível que não ousa nem mesmo falar disso para uma pessoa ao seu lado (LACAN, 1953-4/1986, p. 73).

Trata-se de um estado de percepção que não encontra representação, o que impossibilita o sujeito de falar sobre o que se passa, configurando assim o “sentimento de uma catástrofe”. Este fenômeno alucinatório atesta o retorno no real, o que também podemos testemunhar com os distúrbios de linguagem. Assim temos notícias dos efeitos decorrentes da não inscrição do Nome-do-Pai no campo do Outro: “(...) uma desordem provocada na junção mais íntima do sentimento de vida no sujeito” (LACAN, 1955-1956, p. 565), e que, na formulação freudiana de 1911, foi designada enquanto desligamento da libido com a consequente perda da realidade.

É com Lacan que afirmamos que esta hiância, este buraco, na relação entre o sujeito e a realidade está relacionada ao acidente na cadeia simbólica. Assim é que Lacan, ao reler Freud, verifica: “É, no fim das contas, vocês verão isso de acordo com o contexto, a uma deficiência, a um buraco do simbólico que ele [Freud] se refere, mesmo se no texto alemão é o termo *realidade* que é empregado” (LACAN, 1955-6a/1988, p. 180).

O Nome-do-pai tem como função ordenar a cadeia, fazendo a articulação entre significantes e significados, e com isso circunscrever o gozo para que não transborde. Por isso afirmamos que os efeitos da forclusão apontam para a relação do sujeito com a cadeia de significantes e com o gozo. Não é à toa que uma das tentativas possíveis de

estabilizar a relação entre significante e significado é a articulação significante própria do delírio. Estamos nos referindo à especificidade da posição do sujeito psicótico frente à linguagem.

Maleval afirma que “a consequência da forclusão do Nome-do-Pai, razão do desencadeamento do significante, constitui o fenômeno que está na base dos transtornos de linguagem dos psicóticos” (MALEVAL, 2002, p. 265). Sem recurso à função paterna, o psicótico vai padecer dos fenômenos de linguagem que atestam a relação precária deste sujeito com o simbólico. “A promoção, a valorização na psicose dos fenômenos de linguagem é para nós o mais fecundo dos ensinamentos” (LACAN, 1955-6a/1988, p. 167). Lacan propõe que avancemos na questão clínica das psicoses a partir das “modalidades originais que nela mostra a linguagem” (LACAN, 1946/1998, p. 168), ou seja, através dos chamados distúrbios de linguagem, tais como: “os híbridos do vocabulário, o câncer verbal do neologismo, o envicamento da sintaxe, a duplicidade da enunciação” (LACAN, 1946/1988, p. 168).

Nos chamados distúrbios de linguagem, devemos acrescentar a alucinação verbal. Enquanto a fenomenologia concebe a alucinação verbal como um fenômeno de alteração da sensopercepção, Lacan circunscreve a alucinação como um fenômeno da linguagem. Isso significa que a psicanálise rompe com os paradigmas da fenomenologia, conforme Lacan apresenta no texto “De uma questão preliminar” (1955-6a/1998). Vejamos de que forma este corte incide. Para a fenomenologia o *percepiens* é o indivíduo que percebe, o *perceptum* refere-se ao objeto percebido, e o *sensorium* corresponde ao órgão sensorial do corpo do indivíduo, *percepiens*, que percebe o objeto, *perceptum*.

Para a fenomenologia, o *percepiens* é unificado e o *perceptum* unívoco. No entanto, para a psicanálise, o *percepiens* se refere ao sujeito dividido e o *perceptum* está imerso na dimensão do equívoco. Portanto, para Lacan, a alucinação verbal não se reduz “nem a um *sensorium* particular, nem, sobretudo, a um *percepiens*, como aquele que daria sua unidade” (LACAN, 1955-6b/1988, p. 538).

Mas o que significa toda esta rica fenomenologia que se apresenta na clínica com psicóticos? Já apresentamos que o Nome-do-Pai consiste numa instância pacificadora das armadilhas do imaginário na medida em que, por sua função simbólica, este significante produz uma ordenação na cadeia. O que decorre do fato de que, na psicose, este significante vem a faltar? Sem baliza ou ponto de ancoragem que o situe no mundo,

o sujeito se vê à mercê de um gozo desenfreado decorrente da cascata de significantes e do desastre do imaginário. (Lacan, 1955-6b/1998, p. 584).

Da foraclusão, temos notícias por seus efeitos que comparecem numa psicose desencadeada ou não. Devemos, no entanto, assinalar que, no desencadeamento, os efeitos da foraclusão se mostram com toda força.

O termo “desencadeamento” já havia aparecido na tese de doutoramento de Lacan em 1932, no entanto foi somente na sua análise sobre o caso Schreber, no seminário dedicado às psicoses (1955-56a), que o termo “desencadeamento” ganhou estatuto de conceito. Nesta ocasião, Lacan (1955-56a) formalizou as três condições clínicas do desencadeamento, quais sejam: a primeira consiste em uma condição estrutural que se refere ao acidente no registro da linguagem, a foraclusão do Nome-do-Pai; a segunda seria a quebra da identificação imaginária; a terceira é uma condição específica da história de vida do sujeito, o encontro com Um-pai.

A primeira é uma condição que se refere ao campo da linguagem, a foraclusão do Nome-do-Pai. Se Nome-do-Pai é “o significante que, no Outro como lugar do significante, é o significante do Outro como lugar da lei” (LACAN, 1955-1956b/1998, p. 590), então o operador – que oferecia coordenadas simbólicas para o sujeito se situar na existência – encontra-se foracluído.

A segunda, o abalo da identificação imaginária na qual o sujeito se apoiava antes de ocorrer o desencadeamento. O sujeito tenta fazer a assunção do desejo materno já que não dispõe da metáfora paterna, que possibilitaria ao significante Nome-do-Pai substituir o Desejo da Mãe. “Seja qual for a identificação pela qual o sujeito assumiu o Desejo da Mãe, ela desencadeia, por ser abalada, a dissolução do tripé imaginário” (LACAN, 1957-8a/1998, p. 572). É por meio deste tipo de identificação, na qual o sujeito assumiu o Desejo da Mãe, que realiza compensações imaginárias que permitem uma vivência equilibrada em três pés, conforme nos indica Lacan (1956-57/1988).

E a terceira é uma condição específica da história particular do sujeito, o encontro com Um-pai. Trata-se de uma situação em que o Nome-do-Pai foracluído é chamado em oposição simbólica ao sujeito. Mas se o Nome-do-Pai nunca adveio no lugar do Outro, como pode este apelo comparecer? É assim que Lacan coloca uma questão: “mas como pode o Nome-do-Pai ser chamado pelo sujeito no único lugar de onde poderia ter-lhe advindo e onde nunca esteve?” (LACAN, 1957-8a/1998, p. 584). O apelo ao Nome-do-Pai se coloca quando o sujeito se depara com um pai real, que não é propriamente o seu

pai, mas Um-pai. O desencadeamento ocorrerá apenas se tocar no ponto no qual falta “nada mais nada menos que um pai real, não forçosamente, em absoluto, o pai do sujeito, mas Um-pai” (LACAN, 1957-8a/1998, p. 584).

Lacan exemplifica algumas situações em que o sujeito se vê confrontado com Um-pai. Citemos uma delas: por exemplo, a situação em que uma moça se encontra com o pai do seu namorado. Uma situação deste tipo abala o par imaginário e complementar a-a', isto é, eu-objeto ou ideal-realidade, pois a figura que encarna Um-pai se opõe ao sujeito em um lugar terceiro.

É preciso ainda que esse Um-pai venha no lugar em que o sujeito não pôde chamá-lo antes. Basta que esse Um-pai se situe na posição terceira em alguma relação que tenha por base o par imaginário a-a', isto é, eu-objeto ou ideal-realidade, concernindo ao sujeito no campo da agressão erotizado que ele induz (LACAN, 1957-8a/1998, p. 584).

Podemos ainda articular o apelo ao Nome-do-Pai à formulação sobre “a entrada na psicose”, em que um significante não pôde ser acolhido por se encontrar foracluído. “Observem esse momento crucial com atenção e vocês poderão delinear essa passagem em toda a entrada na psicose – é o momento em que do outro como tal, do campo do outro, vem o apelo de um significante essencial que não pode ser acolhido” (LACAN, 1955-6/1988, p. 344).

Lacan esclarece que a “conjuntura dramática” envolvida na cena do desencadeamento das psicoses refere-se ao encontro contingencial de três aspectos, a saber: a exclusão de um determinado significante, fatos da vida do sujeito e o abalo identificatório.

Todo trabalho do sujeito tem como direção tentar apaziguar as agruras decorrentes da foraclusão, seja após o desencadeamento ou mesmo quando ele não vem a ocorrer.

O desencadeamento psicótico decorre do fato de que o sujeito não dispõe de sustentação simbólica para responder a um determinado apelo ao qual foi chamado.

Alguns exemplos de uma situação deste tipo decorrem quando da paternidade, da maternidade, da aprovação num concurso, de prova de vestibular, promoção profissional, perda de um ente querido (GUERRA, 2010, p. 35).

(...) seria assim concebível como contornando o furo cavado no campo do significante pela foraclusão do Nome-do-pai. É em torno desse buraco em que falta ao sujeito o suporte da cadeia significante (...) que

se trava toda a luta em que o sujeito se reconstrói. (LACAN, 1955-1956, p. 570).

Como o sujeito viabiliza esta reconstrução? O delírio se constituiu enquanto uma tentativa de “autorecuperação”, afirma Freud (1911); enquanto Lacan (1957-1958) defenderá a formulação de que a metáfora delirante vem substituir a metáfora paterna que não se inscreveu. O Presidente Schreber, um magistrado alemão, desestabiliza-se ao ser nomeado em seu país para o cargo de juiz presidente da Corte Superior de apelos, um cargo semelhante ao de nosso ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Trata-se de um lugar da Lei máxima, o qual não pôde sustentar por não possuir matriz simbólica em suas representações.

O delírio entendido pela psicanálise como tentativa de cura circunscreve, para o sujeito, um lugar no campo do Outro. O neurótico produz uma significação fálica, a partir da metáfora paterna, construindo um fantasma que o situa diante do enigma do Desejo do Outro. Já o psicótico lança mão do recurso à suplência ao Nome-do-Pai foracluído, a partir da construção delirante, para se localizar no Outro (Maleval, 2002).

O delírio é um trabalho de reconstrução do mundo. Nas palavras de Freud (1911), o sujeito “constrói-o de novo o mundo, não mais esplêndido, é verdade, mas pelo menos de maneira a poder viver nele mais uma vez. Constrói-o com o trabalho de seus delírios” (FREUD, 1911/1996, p. 78). Trata-se, portanto, da reconstrução do campo da realidade. Destacamos aqui o verbo reconstruir para apontar para a incidência de uma diferença entre neurose e psicose, uma vez que Lacan (1955-56) diz que será através da fantasia que o campo da realidade da neurose vai se estruturar, a partir de duas referências: a inscrição do Nome-do-Pai, no campo simbólico; a significação fálica, no campo imaginário. Deste modo é que a metáfora delirante comparece no lugar da metáfora paterna ausente.

Foi no texto “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” que Lacan (1955-1956b), a partir da apresentação do caso Schreber, aponta para o fato de que a metáfora delirante vem no lugar da metáfora paterna que não se efetivou.

Neste período da década de 50, o Nome-do-Pai se configura como o “significante que, no Outro como lugar do significante, é o significante do Outro como lugar da lei” (LACAN, 1957-8a/1998). Assim, nos deparamos com a primazia do simbólico, que, neste momento, é uma pedra angular do ensino de Lacan. Trata-se do “poder do simbólico, que, ao mortificar o gozo, o faz passar ao significante, sem resto”

(SOLANO-SOAREZ, 2006, p. 67). Mas do que se trata este resto? É o que veremos na próxima parte!

### 1.3 – O Grafo do Desejo e a inconsistência do Outro

Um ponto de virada no ensino de Lacan refere-se à formulação do Grafo do Desejo construído no seu seminário sobre as formações do inconsciente (1957-8/1999) e comentado num outro escrito: “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano” (1960a/1998). Segundo Maleval, com o Grafo do Desejo, Lacan reformula o conceito de Nome-do-Pai, uma vez que aponta para o “descobrimento de uma hiância no campo do Outro” (MALEVAL, 2002, p. 87). Trata-se de uma topologia que antecipa elaborações posteriores e formaliza “a introdução do objeto *a* no ensino de Lacan” (EIDELSZTEIN, 1995, p. 16).

A virada conceitual se coloca na medida em que a barra recai sobre o Outro no matema S ( $\bar{A}$ ), introduzindo assim um furo no Outro. Estamos nos referindo a um significante que vem em resposta ao “esvaziamento simbolizado pela barra que atinge o Outro” (MILLER, 2003a, p. 11).

O Outro passa a ter nova acepção por ser barrado, o que se contrapõe à formulação anterior do Outro enquanto tesouro de significantes. Assim, o Outro “a partir do final dos anos cinquenta é definido como ‘o lugar da falta’. Deixa de ser uma instância de garantia da boa fé do sujeito e portadora de uma verdade inteiramente formulável” (MALEVAL, 2002, p. 87).

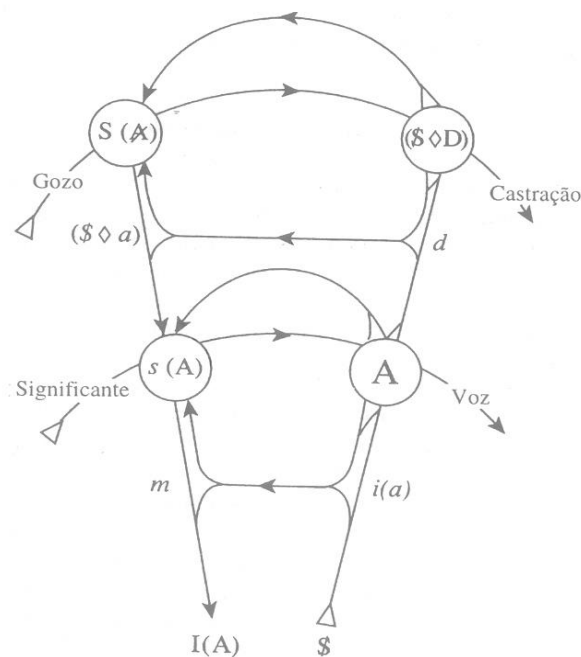
O grande giro conceitual está em apresentar uma nova concepção de Outro. “Longe de ser uma plenitude compacta, portadora de significações verdadeiras, a sincronia significante, inscrita no lugar do Outro, contém rupturas” (MALEVAL, 2002, p. 87).

Verificamos, na figura abaixo, que o grafo é constituído de dois pisos. Temos duas modalidades de Outro no grafo. No primeiro piso, o Outro aparece não barrado, podendo “erigir-se como garantia da verdade da mensagem. Trata-se do Outro prévio, constituído por uma bateria significante” (MALEVAL, 2002, p. 90). Podemos nos remeter ao Nome-do-Pai enquanto “segue sendo concebido como o significante do



Outro da lei inserido no Outro do significante, [e por isso] é possível situar a metáfora paterna no piso inferior do grafo de desejo” (MALEVAL, 2002, p. 89).

Também podemos situar a psicose paranoica no primeiro piso “cuja certeza delirante revela um achatamento do grafo sobre o Outro prévio” (MALEVAL, 2002, p. 91).



*O Grafo do Desejo*

Já no andar de cima do grafo, o Outro comparece barrado, comporta uma falta. Há uma subtração no campo do Outro que resulta em um furo, em sua inconsistência.

O furo no campo do Outro indica que “nenhuma linguagem permite articular toda a verdade” (MALEVAL, 2002, p. 91). A linguagem por estrutura comporta a falta, na medida em que não é possível tudo simbolizar. E o que decorre disso é a formulação de que o Outro comporta uma falta estrutural, sendo, portanto, inconsistente.

O furo no simbólico é transestrutural. Todos, sejam neuróticos, psicóticos ou perversos, terão que lidar com a inconsistência do Outro. “Tratar-se-ia antes de um furo (trans)estrutural que de uma falta contingencial à psicose. A resposta ou a solução a esse furo traçaria o que, de singular, cada sujeito constrói para sobreviver ao encontro traumático com o real que faz inscrição no corpo.” (GUERRA, 2008, p. 385).

Deste modo é que a experiência do desencadeamento na psicose ganha nova acepção. Antes, em “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose”, Lacan (1957-8a/1988) formulara que o apelo a assumir uma posição simbólica à qual o sujeito não podia responder era o que deflagrava a crise. O chamado ao Nome-do-Pai, ao qual o sujeito psicótico se via confrontado com a falha no simbólico devido à forclusão deste significante, tinha consequências devastadoras. A falha simbólica, então situada do lado da estruturação especificamente psicótica, era a causadora da desorganização subjetiva do sujeito. Mas agora a formulação acerca do desencadeamento se modifica, na medida em que é preciso reconhecer que a própria estrutura de linguagem comporta uma falha. Algo do real escapa ao simbólico que não é capaz de simbolizar todo real. Há um resto inassimilável pela linguagem.

Verificamos assim que a ideia de furo ganha nova acepção e deixa de estar atrelada à experiência psicótica. Agora o furo concerne ao simbólico e, portanto, o furo é transestrutural.

#### **1. 4 – A pluralização dos Nomes-do-Pai e a topologia do nó borromeano**

Lacan enfatiza que pluralizar o Nome-do-Pai só foi possível a partir do que já vinha sendo abordado em seminários anteriores sobre a metáfora paterna e a função do nome próprio. Nesta trajetória, o ponto chave é o que Lacan considera como sendo a sua única invenção conceitual, o objeto *a*, formalizado no seminário dedicado à angústia. Podemos, portanto, dizer que a pluralização do Nome-do-Pai é tributária do conceito de objeto *a*.

Segundo Miller (1992), o que decorre da conceitualização de objeto *a* é que Lacan irá pluralizar os Nomes-do-Pai. Em sintonia com esta formulação é que Maleval afirma que a pluralização do Nome-do-Pai “corresponde a uma necessidade: a inconsistência do Outro já não permite conceber o Pai como universal” (MALEVAL, 2002, p. 97).

O Outro, concebido como estruturalmente inconsistente, produz uma virada significativa na abordagem do conceito do Nome-do-Pai. De modo que o Nome-do-Pai deixa de ser um *a priori* que assegura para o neurótico a ordenação integral da cadeia de significantes. A função paterna passa a se referir ao furo transestrutural no simbólico, constituindo-se como uma suplência à falta significante. “Essa é a novidade. Lacan não

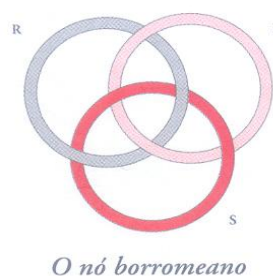
fala de um complemento ao que não operou, mas de suplemento ao que, para todos, falha.” (GUERRA, 2010, p. 71).

Para Recalcati (2003), o Nome-do-Pai que já não pode mais ficar unicamente atrelado ao Édipo passará por uma pluralização e será identificado à função de suplência; função esta que pode vir a ser exercida por inúmeros operadores.

Foi na década de 70, com a pluralização dos Nomes-do-Pai e a formalização teórica de nó borromeano, que o significante Nome-do-Pai ganha um caráter suplementar, um quarto elo, que trançará os três registros: Real, Simbólico e Imaginário. “A função do Pai e a suplência são, portanto, associadas de maneira íntima na topologia borromeana, na medida em que dizem da invenção de um quarto termo que dá estabilidade e operacionaliza a relação com a realidade, o *sinthoma*” (GUERRA, 2008, p. 382).

Assim justificamos a importância de uma apresentação da topologia do nó borromeano, para, em seguida, desenvolvermos o conceito de *sinthoma*.

O nó borromeano (apresentado na figura abaixo) é apresentado por Lacan pela primeira vez na lição de 09/02/1972, no *Seminário Ou pior...* (1971-2), sendo retomado na penúltima aula de seu *Seminário 20*, quando apresentou uma articulação entre nó e escrita, definida como “aquilo que deixa de traço a linguagem” (LACAN, 1972-3/1988, p. 167).



(...) quando soube desses negócios, do nó borromeano [...] Uma coisa é certa, foi que eu tive a certeza de ser aquilo algo precioso, precioso para mim, para o que tinha a explicar [...] algo provido de uma consistência particular, que faltava ainda ser sustentada, mas que era para mim reconhecível no que eu enunciava desde o início de meu ensino. (LACAN, 1974-75, aula de 18/03/1975).

Lacan é categórico em afirmar que, durante todo o seu ensino, trabalhou em torno da formalização conceitual dos três registros. E nos esclarece que foi acima de tudo a sua experiência analítica que o conduziu a esta “trindade infernal, chamemo-la pelo nome, essa trindade infernal do simbólico, do imaginário e do real” (LACAN, 1974-5/ Lição de 18/02/1975).

Foi necessário lançar mão da topologia do nó borromeano como auxílio ao entendimento conceitual destes três registros extraídos de sua própria experiência analítica e de seu retorno a Freud. Citemos Lacan:

Freud não tinha ideia do simbólico, do imaginário e do real, mas tinha, todavia uma desconfiança, fato é que pude extrair isso para vocês, com tempo, sem dúvida, e com paciência, que eu tenha começado e pelo imaginário e, em seguida, precisado um bocado mastigar essa história de simbólico com toda essa referência linguística sobre a qual efetivamente não encontrei tudo aquilo que me teria facilitado. E depois, esse famoso real, que acabei por lhes apresentar sob a forma mesma do nó. (LACAN, 1974-5/ Lição de 14/01/1975).

Aqui vale destacar que o próprio Lacan afirma que, embora esta topologia tenha sido apresentada apenas na década de 70, era possível deduzi-la do seu escrito: “A significação do falo” (1958/1988) a partir do conceito de castração. Assim é que, já na década de 50, havia indícios do que mais tarde pôde receber a formulação de nó borromeano.

Ora, tendo tido a oportunidade de reler minha “Significação do falo”, tive boa surpresa de encontrar ali, desde a primeira linha, em uma data em que eu estava bem longe de me interessar pelo nó borromeano, a evocação do nó como sendo, no caso, da alçada da castração. (LACAN, 1975-6a/2007, p. 113-4).

Não é sem reconhecer a dificuldade em inscrever o que é da alçada do mental na topologia que Lacan avança em suas elaborações teóricas (LACAN, 1974/5 – Lição de 08/04/1975). Para formalizar a topologia do nó borromeano, Lacan extraiu consequências do nó inscrito Brasão dos Borromeus, o qual lhe chamou a atenção pelo fato de que uma cadeia era formada por três elos enlaçados, de modo que o rompimento de apenas um deles faria com que todos se soltassem (LACAN, 1975-6a/2007, p. 20).

Para Maleval (2002, p. 127), o nó borromeano consiste numa topologia “forjada” e inventada para escrever o real. “Mas eu escrevo esse real sob a forma do nó

borromeano, que não é um nó, mas uma cadeia, tendo algumas propriedades. Na forma mínima, sob a qual tracei essa cadeia, é preciso pelo menos três elementos. O real consiste em chamar um desses três de real” (LACAN, 1975-6a/2007, p. 125-6). O nó borromeano pode ser escrito; estamos, portanto, nos referindo a uma escritura. “Uma escritura que suporta um Real. Só isso, já designa que não somente o Real pode suportar-se em uma escritura, mas, também, que não há outra ideia sensível do Real” (LACAN, 1974-5/ Lição de 17/12/1974).

Podemos situar o simbólico enquanto furo estrutural – aqui a concepção de furo difere daquela que decorre da década de 50, em que situava a falha no simbólico do psicótico. Esta ideia foi suplantada pela formalização de que o furo estrutural no simbólico concerne a todos. Ao imaginário atribui-se a consistência, e ao real, a *existência*.

Eles são constituídos por alguma coisa que se reproduz nos três. [...] é o resultado de uma certa concentração, que seja no Imaginário que eu coloque o suporte do que é da consistência, que, do mesmo modo, seja do furo que eu faça o essencial do que é do Simbólico, e que eu suporte especialmente do Real o que eu chamo de *existência*. (LACAN, 1974-75, aula de 18/03/1975).

No *Seminário 20*, o nó borromeano foi apresentado com apenas três elos que se apresentam como consistências homogêneas e equivalentes. Aqui, neste momento teórico, já se apontava para a necessidade de um quarto elo que promovesse um encadeamento que diferenciasse os demais. Lacan coloca como possibilidade incluir outros elos sem que com isso se percam as propriedades borromeanas. “Com quatro, assim como com três, basta cortar um dos elos para que todos os outros estejam livres. Vocês podem colocar um número absolutamente infinito, isto será sempre verdadeiro” (LACAN, 1972-3/1998, p. 169).

Lacan verifica que a configuração da amarração borromeana calcada em três elos é insuficiente a partir da constatação de que há uma “disjunção concebida como originária do Simbólico, do Imaginário e do Real” (LACAN, 1974-5/ Lição de 11/02/1975).

Deste modo, a necessidade de um quarto termo que viesse articular os demais se apresentou, já que os três registros “são deixados independentes, estão à deriva” (LACAN, 1974-5/Lição de 14/01/1975). Era, portanto, importante introduzir um quarto

termo cuja função consistiria em enodar os demais, possibilitando a distinção entre eles. A amarração ternária, agora concebida como insuficiente por deixar os registros disjuntos e à deriva, colocou como exigência a intervenção de um quarto termo suplementar que encadeasse todos os outros três.

Lacan afirma: “quanto àquilo de que se trata, a saber, o atamento do Imaginário, do Simbólico e do Real, é preciso essa ação suplementar em suma de um toro a mais, aquele cuja consistência seria de referir-se à função dita do Pai” (LACAN, 1974-5, p. 31). Neste momento, no *Seminário R.S.I.* (1974-5), a função do quarto elo foi formalizada; inclusive, “convém dizer que devemos considerar as instâncias como realmente separadas. Imaginário, simbólico e real não se confundem”. (LACAN, 1975-6a/2007, p. 71). Lacan enfatiza a separação e independência entre os registros de modo que incide aí a importância de um quarto termo que venha a enlaçar estes três elos. “O pai é esse quarto elemento (...) esse quarto elemento sem o qual nada é possível no nó do simbólico, do imaginário e do real” (LACAN, 1975b/2007, p. 163).

O nó borromeano consiste no trançamento destes três registros, Real, Simbólico e Imaginário. São registros equivalentes, sem prevalência de nenhum sobre os demais, de modo que a cada dois deles, um terceiro vem para encadeá-los. E o quarto elo do nó seria o Nome-do-Pai, que manteria a conjunção dos três registros. E bastaria retirar um dos elos para que a cadeia se rompesse.

Somente pelo viés do Nome-do-Pai é que será possível unir os três registros independentes, quais sejam, real, simbólico e imaginário. Por isso Lacan chega a identificar o Nome-do-Pai ao próprio nó: “o Nome-do-Pai nada mais é que esse nó” (LACAN, 1974-5/Lição de 11/03/1975).

Diante de tantas reformulações do conceito do Nome-do-Pai, vale a pena destacar que não aconteceram radicais revoluções a cada década que se passava. Apontamos para uma construção teórica que se delineou no ensino de Lacan: na própria década de 50, podemos encontrar indícios do que, mais tarde, na década de 70, viria a ganhar maior consistência. Para explicar que as diversas abordagens lacanianas das psicoses na verdade vão se encaixando entre si, Maleval chegou a citar a metáfora das “bonecas russas” (MALEVAL, 2002, p. 27).

Pudemos constatar que, no primeiro ensino de Lacan, situado na década de 50, a função paterna não era apenas equivalente à metáfora paterna. Isso é possível verificar pela elaboração da metáfora delirante.

Após o encontro, a colisão, com o significante inassimilável, trata-se de reconstituí-lo, já que esse pai não pode ser um pai bem simples, um pai redondinho, o anel de ainda há pouco, pai que é pai para todo mundo. E o presidente Schreber o reconstituiu com efeito. (LACAN, 1955-6a/1988, p. 360).

Fazer as vezes de um pai, aquele que não pôde ser via metáfora paterna, a construção de uma alternativa, um caminho outro que não a estrada principal, eis aí como Lacan situa a metáfora delirante, lá mesmo na década de 50. É assim que, mesmo no primeiro ensino de Lacan, a função paterna não foi reduzida a um operador da lei no campo do Outro, a saber, o Édipo.

Outro ponto fundamental para ser destacado é a função do Nome-do-Pai de fazer amarração. Encontramos no seminário sobre *As Psicoses*, elaboração da década de 50, uma formulação acerca do nó.

(...) tentamos situar num esquema o que faz manter-se de pé a concepção freudiana de complexo de Édipo, não é de um triângulo pai-mãe-criança de que se trata, é de um triângulo (pai) – falo – mãe – criança. Onde estará o pai ali dentro? Ele está no anel que faz manter tudo junto. (LACAN, 1955-56, p. 358).

Mesmo com indícios presentes no ensino de Lacan na década de 50, de fato apenas na década de 70, com o conceito de nó borromeano e com a pluralização dos Nomes-do-Pai, é que será evidenciada a ampliação da função dita do pai que pode vir a ser operacionalizada por outros significantes que não apenas o edípico. “Esta pluralização faz com que o Nome-do-Pai se confunda com outros significantes mestres capazes de cumprir sua função” (TENDLARZ, 2006, p. 31). De forma que o significante paterno não é mais o único significante capaz de cumprir sua função, que agora foi ampliada para que outros operadores possam exercê-la. “O Nome-do-Pai não é mais o significante da lei no lugar da linguagem, mas se reduz a não ser mais do que um nome entre outros e pelos quais se substitui, tal como uma tampa” (SOLANO-SOAREZ, 2006, p. 67). Lacan é categórico ao afirmar que, quando se trata de cumprir a função do Nome-do-Pai, existe um “número indefinido” de possibilidades de significantes que podem vir a exercê-la.

(...) ano em que quis falar dos Nomes do pai, eu teria falado de um pouco mais que dois ou três, e que bagunça isso teria causado entre os analistas, se tivessem tido toda a série de Nomes do Pai; vocês bem veem que eu não podia enunciar um número indefinido. (LACAN, 1974-5/lição de 15/04/1975).

Com a pluralização, enfatizam-se as funções de amarração e nomeação do Pai. Desta forma, a função paterna ganha as configurações de amarração e de nomeação, apontadas no *Seminário, livro 22*. Cito Lacan:

(...) quando comecei a fazer o seminário dos “Nomes do Pai” e que pus, como alguns sabem, pelo menos aqueles que estavam lá, pus um termo, eu certamente tinha – não é por nada que chamara isso de “Os Nomes do Pai” e não o Nome do Pai, eu tinha algumas ideias da suplência que o campo toma, o discurso analítico que faz com que esta estreia, por Freud, dos Nomes do Pai, é porque esta suplência é absolutamente indispensável que ela tem vez: nosso Imaginário, nosso Simbólico e nosso Real estão talvez para cada um de nós ainda num estado de suficiente dissociação para que só o Nome do Pai faça nó borromeano e mantenha tudo isso junto, faça nó a partir do Simbólico, do Imaginário e do Real. (LACAN, 1974-1975, p. 32).

Vejam outra citação um pouco mais adiante no mesmo seminário: “(...) reduzo o Nome-do-Pai à sua função mais radical que é a de dar um nome às coisas com todas as consequências que isto importa” (LACAN, 1974-1975, p. 46).

Para a psicanálise lacaniana, “dar um nome” tem valor de amarração, funcionando como ponto de ancoragem do sujeito na existência.

É interessante nos reportarmos ao trabalho desenvolvido por Bispo do Rosário e por ele denominado de reconstrução do mundo. Consistia na confecção de miniaturas que tinham seu respectivo nome bordado ao lado. Assim foi possível para o Bispo construir um lugar para si no mundo. Bispo explicava que estas palavras lhe eram necessárias e que precisava delas, dessas “palavras escritas”. (HIDALGO, 1996, p. 151).

No *Seminário O Sinthoma* (1975-1976a/2007), Lacan aponta para o trabalho de suplência que ocorreu por conta da ausência de um quarto termo que enlaçaria os demais. O que coloca a necessidade de uma reparação de um “nó de quatro inédito” (GUERRA, 2008, p. 397). A esta reparação, suplência, Lacan nomeia de *sinthoma*. “O que eu proponho aqui é considerar o caso de Joyce como respondendo a uma maneira de suplenciar um desenodamento do nó”. (LACAN, 1975-1976a/2005, p. 88). A



produção literária de Joyce é concebida como uma obra. A escrita joyciana veio reparar a falha no enodamento borromeano e por isso foi designada como *sinthoma*.

A riqueza da topologia consiste em apresentar possibilidades infinitas para que o sujeito possa vir a suplenciar a falha de um enodamento. “Se, por algum motivo, estrutural ou contingencial, essa amarração vacila, o quarto elemento pode suplenciar esse ponto, inventando um outro caminho para o sujeito.” (GUERRA *et al*, 2008, p. 290).

Lacan introduz um quarto termo na cadeia borromeana no seu *Seminário R.S.I.* (1974-1975) e avança no desenvolvimento da topologia no seminário seguinte (1975-6a), quando, então, o *sinthoma* passa a ser o quarto termo do nó.

Lacan apresentou o conceito de “sinthoma” enquanto uma suplência para a falha no enodamento dos três registros. Aqui a dupla função de nomeação e amarração do Pai se articula e possibilita a ancoragem do sujeito na existência. Segundo Lacan (1975-6a, p. 136), Joyce se serviu do Pai, prescindindo dele, a partir de sua escrita literária. Deste modo é que a obra teve a função de *sinthoma* para Joyce.

Digo que é preciso supor tetrádico o que faz o laço borromeano – perversão quer dizer versão em direção ao pai –, em suma, o pai é um sintoma, ou um *sinthoma*, se quiserem. Estabelecer o laço enigmático do imaginário, do simbólico e do real implica ou supõe a *ex-sistência* do sintoma. (LACAN, 1975-6a/2007, p. 21).

O Nome-do-Pai, enquanto nó que enlaça os três registros, ganha estatuto de *sinthoma*, um entre outros. De modo que é preciso destacar o caráter singular do *sinthoma*, na medida em que, para cada sujeito, um *sinthoma*.

A última tese sobre o Nome do pai, segundo a qual este é solidário do sintoma. Tal tese demonstra ser correlativa de uma construção em quatro elementos da cadeia borromeana que faz surgir o enodamento não já mediante a conjunção do imaginário, do simbólico e do real, mas mediante a conjunção de um quarto termo: o *sinthoma* (MALEVAL, 2002, p. 129).

Lacan retoma o conceito de realidade psíquica em Freud e o situa como sendo o quarto termo que vem enlaçar os três elos. “É preciso uma realidade psíquica que ate essas três consistências” (Lacan, 1974-5/Lição de 14/01/1975). Assim é que a realidade psíquica como um quarto termo que articularia o real, o simbólico e o imaginário será

colocada por Lacan como correspondente ao Nome-do-Pai. “O que Freud instaura com o seu Nome-do-Pai, idêntico à realidade psíquica, ao que ele chama realidade psíquica” (LACAN, 1974- 5/Lição de 11/02/1975).

Skriabine (2006) esclarecerá que, a partir do último ensino de Lacan, podemos afirmar que a experiência humana se organiza tendo como referência os três registros: o real, o simbólico e o imaginário. A realidade humana se constitui a partir do trabalho do sujeito em manter estes três elos articulados.

O sujeito responde ao real ao tecer o simbólico com véu imaginário. É disso que se trata no estatuto de realidade psíquica. A partir da psicanálise lacaniana, afirmamos que o sujeito é uma resposta ao real.

A amarração dos três registros não está assegurada *a priori*, sendo o Nome-do-Pai o agente responsável por fazer consistir uma realidade para o sujeito. É, portanto, necessário se servir do Pai, mesmo na condição de dele prescindir, para que se realize o trabalho de circunscrição de gozo.

A partir da incidência da barra sobre o Outro e do advento do objeto *a*, o Pai não mais pode ser concebido como universal. “Pela via da angústia, Lacan elabora a função do objeto pequeno *a*, e cerne o gozo singular ao sujeito, que escapa à operação universalizante do Pai” (SOLANO-SOAREZ, 2006, p. 67). Assim é que o Pai ganha nova acepção e passa a nomear o gozo, que, ao introduzir uma perda de gozo, deixa um resto correspondente ao gozo singular do sujeito, o qual será nomeado de objeto *a*.

O significante Nome-do-Pai tinha como missão fazer coincidir significante com o significado, de modo que, com a primazia do poder simbólico, se mortificava o gozo (SOLANO-SOAREZ, 2006, p. 67). Após o advento do objeto *a*, a função do pai “consiste em fazer possível uma coordenação entre linguagem e o gozo que permita um ciframento deste último” (MALEVAL, 2002, p. 102). É neste sentido que Maleval afirmará que “todos os nomes do pai são mitos da perda de gozo, (...) cujo principal objetivo é nomear o gozo” (MALEVAL, 2002, p. 146).

A função do Nome-do-Pai, outrora designada como o que viabilizaria a articulação entre significante e significado, fundamentada pela primazia do simbólico, passa a ser reformulada com a inclusão da dimensão do gozo na linguagem. Verificamos, então, que, após o advento do objeto *a*, o Nome-do-Pai passa a estar atrelado à função de localização de gozo que se produz, para cada um, a partir da amarração dos três registros.

Para Maleval (2002), a articulação entre Nomes-do-Pai e objeto *a* introduz “as bases de uma nova abordagem da psicose. Produz-se um giro decisivo: o esquema do desencadeamento significativo se verá suplantado cada vez mais pelo da não localização do gozo” (MALEVAL, 2002, p. 104).

A redefinição do Nome-do-Pai possibilita que a teoria anterior que definia a psicose por uma falha na simbolização seja suplantada pela formulação de que a psicose diz respeito a uma carência de uma operação que viabilize a localização de gozo.

Em sintonia com esta perspectiva é que Recalcati (2003) enfatiza que, na psicose, não se trata de um defeito no simbólico, mas antes de uma carência de uma operação que resulte numa regulação de gozo. Esta formulação abre para o sujeito um campo de possibilidades cunhado pela suplência.

A crise na psicose é desencadeada por um confronto com a inconsistência do Outro e não por uma falha no simbólico. De modo que a crise resulta da falência do que até então operou como regulação de gozo (Maleval, 2002).

Para cada sujeito o que está em jogo é a maneira como responderá à inconsistência estrutural do campo do Outro. Esta resposta marcará a diferença entre neurose e psicose. É assim que, ao final do ensino de Lacan, a formulação teórica dos nós aponta para o trabalho do sujeito diante da inconsistência estrutural do Outro, inclusive indicando a possibilidade de construir uma suplência.

Esta clínica pautada na resposta de cada um frente à inconsistência do Outro foi nomeada por Zenoni (2000) de “clínica das modalidades de gozo”; afinal de contas, a maneira como cada um vai lidar com o impasse estrutural do gozo que escapa à linguagem é o que condiciona a formulação acerca das estruturas clínicas.

Deste modo, afirmamos que a ênfase se coloca sobre o trabalho do sujeito em produzir uma localização de gozo e, com isso, cito Lacan (1967a & 1968), que afirma que toda formação humana tem por essência barrar o gozo. Estamos nos referindo ao trabalho, um trabalho árduo, incansável e diário do psicótico que tem como objetivo refrear, localizar, regular o gozo.

No que se refere ao trabalho específico do autista, Strauss (1993) dirá que, sem o recurso à norma fálica, como o neurótico, ou mesmo à metáfora delirante, própria à paranoia, os autistas se empenham em se fazerem a si mesmos ordenadores do mundo. Por isso testemunhamos, na clínica, a relação singular com o corpo, a ausência de fala, a

ecolalia, a verborragia, o não endereçamento do olhar, os chamados distúrbios alimentares, a necessidade de regular sequencialmente algumas tarefas, entre outros.

É importante enfatizar, mais uma vez, que Lacan, em seu último ensino, “abre um novo campo de pesquisa vetorizado pela invenção, pela suplência, permitindo abordar casos de psicose e autismo que, com base no ensino dos anos 1950, permaneciam sob o peso da redução a zero do Nome-do-Pai e do falo” (BASTOS, 2008, p. 356).

A suplência e a invenção, aqui citadas, referem-se à tentativa de amarração dos três registros. Vejamos, agora, melhor cada terminologia.

Miller (2006a) é assertivo ao afirmar que é necessário um sintoma, ou seja, uma invenção, algo que mantenha enlaçados os registros. A invenção psicótica é um trabalho de bricolagem do sujeito. Segundo Jacques-Alain Miller: “O sentido do termo ‘invenção’ é (...) o de uma criação a partir de materiais existentes. Eu atribuiria de boa vontade à invenção o valor de bricolagem.” (MILLER, 2003b, p. 6).

Angélica Bastos nos oferece subsídios para entendermos melhor a terminologia:

O termo é retirado do francês, *bricoler*, *bricolage*, e designa uma atividade construtiva de caráter artesanal e privado. O *bricoleur* é aquele que, ao invés de recorrer ao serviço especializado de terceiros para instalar, construir ou consertar algo em sua casa, engaja-se no trabalho sem possuir formação técnica ou profissional.

(...) o *bricoleur* recorre a restos, partes de objetos, cacarecos, coisas sem utilidade que são aproveitadas, recicladas num novo objeto, onde cada peça adquire um novo uso.

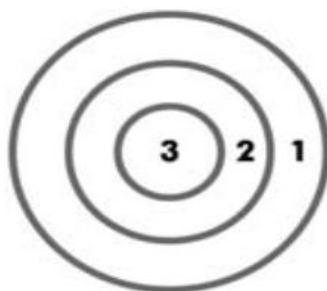
(...) O sintoma também é uma questão de invenção. Também é fabricado com elementos da cultura, mas com seus fragmentos heterogêneos, numa montagem particular, que traz a marca do sujeito. Nessa acepção do termo sintoma, não estamos limitados à estrutura clínica da neurose. Ele não é necessariamente uma formação do inconsciente recalçado, mas uma formação do falante que ata (...), poder-se-ia dizer, amarrando os registros do real, do simbólico e do imaginário. É uma bricolagem com assinatura que dá forma à fórmula da contingência: que isso cesse de não se escrever, ou seja, que dá um tratamento ao real do gozo. (BASTOS, 2004, p. 262)

Andrea Guerra *et al* (2008) nos esclarecem sobre a diferenciação entre os termos solução, suplência e *sinthoma* no que se refere às saídas na psicose. Solução ou estabilização são termos gerais que se referem a qualquer forma de apaziguamento que pode ocorrer por um dos três registros, a saber, imaginário, simbólico ou real. Supomos aí uma fragilidade, na medida em que não opera uma amarração dos três registros, podendo vir a se desfazer diante de certo embate.

(...) pelo viés da identificação imaginária que forja um eu imaginário para o psicótico. Pode também incluir um trabalho de construção simbólica, como proposto pelas leituras freudiana e lacaniana acerca da metáfora delirante do presidente Schreber. Além disso, pode ser o efeito recolhido no registro do Real por uma passagem ao ato, por exemplo. (GUERRA *et al*, 2008, p. 290).

Enquanto na suplência aparece uma invenção, uma nova articulação entre os três registros, sem, no entanto, fazer incidir um quarto termo que enodaria os demais, no *sinthoma* se apresenta a invenção de um quarto elemento, “elemento a mais, introduzido artificialmente” (p. 290), que faria suplência ao desenodamento e manteria a amarração dos três registros.

Andréa Guerra *et al* (2008) propõem uma ilustração para representar logicamente sua terminologia. Logo abaixo, a figura que localiza, de fora para dentro: 1) soluções (ou estabilizações); 2) suplência (ou amarrações); 3) *sinthoma*.



Com Lacan, afirmamos que toda formação humana tem por efeito refrear o gozo. Desta forma, afirmamos que cada um inventa uma solução, uma suplência ou mesmo um *sinthoma*. Nossa proposta é valorizar as construções singulares inventadas pelo sujeito para pensar uma direção de tratamento psicanalítico da psicose, levando em conta o trabalho do sujeito em tratar o gozo de modo a cifrá-lo.

### 1.5 – O psicótico e o Outro

No início deste capítulo, pudemos abordar a constituição do sujeito a partir do “Projeto para uma psicologia científica” de Freud (1895/1996). Pensar a relação do bebê

com quem se ocupa de seus cuidados é fundamental. Muitas vezes, quem assume esta função é a mãe e por isso é ela quem encarna o Outro primordial.

Enfatizamos a importância da função da mãe de interpretar o grito do bebê. Supor sentido, dar uma significação ao grito do bebê é uma “loucura necessária às mães”. Laznit-Penot (1997, p. 11) cita Winnicott para se referir a uma função encarnada pela mãe de supor sentido onde parece não haver sentido algum. É num som, num gemido, num movimento do bebê que a mãe vai inferir alguma significação. “Loucura” refere-se ao fato de que esta significação não é compartilhada socialmente, de modo que a mãe a sustenta sozinha.

Tomar qualquer manifestação do bebê como mensagem é supor aí um sujeito demandante. É desse modo que a mãe inscreve o bebê no circuito da demanda, articulando-o ao da necessidade.

Se a mãe interpreta a mensagem dando-lhe um lugar, o bebê sai do anonimato e cava para si um lugar no campo do Outro. Por isso Lacan é categórico em defender que se trata “de outra ordem que não a vida segundo as satisfações das necessidades, mas é de uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo que não seja anônimo” (LACAN, 1969/2003, p. 369).

No que se refere a esta função da mãe de intérprete do filho, é preciso localizar uma especificidade na clínica com psicóticos. Testemunhamos, na clínica, a partir do trabalho de escuta das mães, uma posição radical em que tudo sabe ou nada sabe sobre o filho. São dois extremos de uma mesma posição frente ao saber em que não há lugar para dúvidas ou inquietações. São dois lados de uma mesma moeda, digamos assim.

Vejamus uma situação em relação a Leci e sua mãe Vera. Inclusive, é importante explicar que sobre este trabalho clínico nos dedicaremos com afinco no último capítulo. Vera me diz: “Ela faz barulho o tempo todo, grita, geme e nunca tem silêncio em casa e não há um momento de paz em casa. Ela é só isso aí o tempo todo, não muda!” Quando interrogada sobre quando o barulho, gemido e grito começaram, ou sobre o que significam, Vera dizia de forma enfática: “Ela é uma esquizofrenicazinha. Nada do que ela faz tem sentido!”

Outra situação se refere a Eric e sua mãe, no primeiro dia de entrevista. Quando me dirijo a Eric para me apresentar, sua mãe diz: “Não adianta falar com ele. Ele não entende nada!” Em seguida, a mãe de Eric explica que não fala com ele, mas que cuida

dele muito bem. Dá alimentação, leva para a escola ou para o pediatra. Só não perde tempo explicando algo do que está acontecendo, pois “ele não entende mesmo”.

Também pudemos testemunhar a posição de tudo saber sobre o filho. Maurício chegou para atendimento no serviço de saúde mental, e sua mãe ficou na sala de espera aguardando seu filho ser atendido. Algum tempo depois, a mãe de Maurício me chamou pedindo para dar água a seu filho, que estaria com sede devido ao calor. Fiz uma intervenção: “Entendo sua preocupação, pois hoje está um dia quente. Eu perguntarei a ele se ele está com sede.” Irritada, ela respondeu que eu não precisava perguntar nada a ele e que bastaria apenas lhe dar água.

A posição de tudo saber ou nada saber não atribui sentido ao que se passa com aquela criança na sua particularidade. Esta posição da mãe frente ao saber sobre o filho parece manter o sujeito no anonimato. Se “a fala só é fala na medida em que alguém nela crê” (LACAN, 1953-1954/1986, p. 272), é fundamental dirigir à criança uma mensagem particularizada. E se isso vem a faltar? Sem uma demanda endereçada de forma singular, o sujeito fica num lugar de anonimato? “Isso fala dele, antes que isso se enderece a ele, e é lá que ele se apreende” (LACAN, 1960b/1998, p. 849). Sem qualquer endereçamento, o que ocorre? Se não há interpretações sobre o movimento, o som ou o grito do bebê, podemos afirmar que não se inscreve a articulação entre necessidade e demanda?

Trataremos no último capítulo, de forma mais detalhada, do manejo clínico do trabalho de escuta de uma mãe, Vera, levando em consideração os apontamentos aqui descritos. É muito importante analisar qual a direção de trabalho de escuta da mãe a partir desta relação frente ao saber sobre seu filho. É preciso, pois, que o analista esteja avisado do lugar que a criança vem a ocupar no desejo de sua mãe.

Já abordamos a posição da mãe; vamos agora nos dedicar à posição da criança. Lacan, em “Nota sobre a criança”, diz: “[Se julga a função da mãe] na medida em que seus cuidados trazem a marca de um interesse particularizado, nem que seja por intermédio de suas próprias faltas” (LACAN, 1969/2003, p. 369).

Diante da falta materna, Lacan (1969/2003) pontua que há duas respostas possíveis para a criança: uma neurótica e outra psicótica. Numa, a criança reconhece a falta e tenta tamponá-la. Na outra posição, a criança impede a falta de aparecer, rejeitando-a.

A criança neurótica revela a verdade do casal parental com seu sintoma. É interessante esclarecer que revelar a verdade do casal é o mesmo que fazer aparecer o que está velado. Aqui, a verdade não se opõe à mentira, pois se trata da verdade do inconsciente. Algo que não foi inscrito na cadeia de significantes e, neste vazio da não simbolização, é o que faz a verdade. Nesta situação, a criança tem o falo como referência e, portanto, como mediador.

Mas, quando não há referência fálica por conta da ausência da metáfora paterna, temos outra resposta da criança frente ao desejo da mãe. É assim que a criança psicótica responde saturando a falta materna. A criança realiza, no sentido de tornar real, o desejo da mãe. A criança encarna, oferece seu próprio corpo para tamponar a falta materna e, com isso, fica no lugar de objeto de gozo do Outro.

Aqui, é diretamente como correlativo de um fantasma que a criança está implicada. (...) Ela se torna o “objeto” da mãe, e só tem como função revelar a verdade desse objeto. A criança realiza a presença do que Jacques Lacan designa como objeto *a*, no fantasma.<sup>3</sup> (LACAN, 1969/1987, p. 369).

Se de um lado temos uma resposta em que a criança se posiciona como causa de desejo, de outro lado temos a sua encarnação como objeto real da fantasia materna.

É importante enfatizar que a resposta da criança frente à falta materna independe da estrutura clínica da mãe, pois o lugar de cada filho é único para uma mãe e a coloca diante de sua história e de seu desejo diante daquele filho. Além disso, não podemos nos esquecer da posição de cada um frente à falta do Outro.

A falta no campo do Outro é transestrutural e se trata de pensar como cada um lida com a inconsistência do Outro. Então qual será a resposta ou a solução particular dada por psicóticos? Citemos Maleval, que nos dirá que a hiância no campo do Outro

(...) em si mesma não é desestabilizadora, mas pelo contrário, porque a falta a ser do sujeito recobre a falta do Outro quando se produz o processo estruturante de alienação e separação. Se ao psicótico lhe resulta insuportável a proximidade da hiância do Outro, é porque não dispõe da resposta fálica. Quando se confronta com esse enigma angustiante, se vê obrigado a realizar um trabalho para obturá-lo, geralmente elaborando um delírio. (MALEVAL, 2002, p. 94-5).

---

<sup>3</sup> A versão francesa é transcrita a seguir: “(...) Ici, c’est directement comme corrélatif d’un fantasme que l’enfant est intéressé. (...) Il devient l’objet de la mère, et n’a plus de fonction que de révéler la vérité de cet objet. L’enfant réalise la présence de ce que Jacques Lacan désigne comme l’objet *a* le fantasme.”



O problema que se coloca para todo sujeito é como responder a esta falta estrutural do campo do Outro. A questão com a qual todo sujeito se confronta é: “O que o Outro quer de mim?” Para respondê-la, o neurótico dispõe da significação fálica. E o psicótico? O psicótico pode vir, quem sabe, a responder com o delírio, uma metáfora delirante. Então o neurótico dispõe de uma resposta fálica, enquanto o psicótico, de uma resposta delirante (Maleval, 2002).

Se o enigmático Desejo do Outro é questão para todo sujeito, como responder a ela? Esta pergunta coloca em cena uma questão sobre o ser do sujeito. Assim somos levados aos confins de sua constituição. O campo da linguagem é prévio ao sujeito que, para advir, precisa por ela se deixar representar. Decorre daí a morte e a petrificação do sujeito que, ao ser representado na cadeia de significantes, se assujeita à linguagem. Perda do ser do sujeito é o contraponto para a entrada na linguagem. Assim é que a alienação aponta para a primazia da linguagem em detrimento do sujeito. (LACAN, 1964a/1998).

A alienação (1964a/1998) é condicionada por outra operação lógica de constituição do sujeito, a separação. Com Lacan (1964a & 1964b), podemos recorrer a vários significados do termo separação, quais sejam: defender-se, vestir-se, munir-se, engendrar-se.

Portanto, para a conclusão das operações de constituição do sujeito, é preciso que o mesmo se proteja e se ampare com os significantes do campo do Outro, sob os quais ele próprio irá sucumbir. No entanto, algo escapa desta cadeia de significantes; há um fora do sentido, não representável. Afirmamos, portanto, que o processo de constituição do sujeito produz um resíduo.

A formulação dos processos de constituição do sujeito, alienação e separação (1964a/1998), é posterior à topologia do Grafo do Desejo. Tanto nas operações lógicas quanto no Grafo do Desejo, Lacan aponta para um resíduo, um resto inassimilável, então nomeado objeto *a*. Resto que impulsiona o deslizamento da cadeia em busca de um sentido. Aquilo que resta inassimilável clama por significação. Resto que é também causa e põe a cadeia em movimento.

“Esse ponto de falta percebido na cadeia significante coloca em cena o enigma do desejo do Outro. E o sujeito responde a essa dimensão enigmática, localizando sua falta-a-ser na falta do Outro” (OLIVEIRA, 2008, p. 70). O sujeito perde-se de si mesmo e

busca uma representação no campo do Outro condicionado pelo desejo materno que veicula o Nome-do-Pai. Assim situamos o campo das neuroses.

Se, no campo da neurose, o que resulta das operações lógicas de constituição do sujeito é o objeto lacaniano, nomeado de *a*, o mesmo não ocorre quando da estruturação de uma psicose. Na psicose não opera a queda do objeto.

Sobre os efeitos da não extração de objeto, remetemos a Lacan que, na “Conferência em Genebra sobre o sintoma” (1975a), é categórico ao afirmar que “[t]rata-se de saber por que há algo no autista ou no chamado esquizofrênico, que se congela (...)” (LACAN, 1975a, p. 134). De que congelamento (gelamento) se trata? Lacan se refere ao fato de que um significante não remete a outro, quer dizer, que um significante não representa o sujeito para outro significante. O primeiro significante, S1, não envia a um segundo significante, S2. E, portanto, não há a instauração da cadeia de significantes. O S1 isolado opera sem se articular ao S2, sem que o sujeito seja aí representado. “[Q]uando não há intervalo entre S1 e S2, a primeira dupla de significantes se solidifica, se holofraseia.” (LACAN, 1964/1988, p. 225). Devemos esclarecer que, para Miller, a holófrase será relida como Um, S1, sozinho, a partir do Seminário XI (LAURENT, 1991).

Quando S1 não envia a S2, quando algo se congela e não se produz um resto, temos aí uma configuração diferente da neurótica. Se não há escansão entre os significantes que por isso não se encadeiam, temos como contraponto uma configuração de Outro que se apresenta maciço. O paradoxo se coloca quando apresentamos a formulação teórica lacaniana que defende a tese do Outro enquanto estruturalmente inconsistente e, ao mesmo tempo, apresentamos outra formulação, também lacaniana, de um Outro que comparece como pleno. A questão parece confusa, mas não é. É preciso que se realize uma operação primordial, aquela que ocorre na neurose, quando se inscreve a simbolização primordial, o que não ocorre na psicose. O sujeito psicótico, por sua própria estruturação, não inscreve a simbolização primordial e, portanto, não inscreve a falta. O que decorre disso é o estatuto de um Outro gozador e pleno.

Se não há simbolização primordial, o Outro se apresenta como um Outro maciço, completo, que não comporta a escansão presença/ausência, nem a concomitante extração do objeto que o descompletaria. Um Outro que é pura presença e, portanto, intrusivo, ou pura ausência, o que também deixa a criança à mercê do excesso (...). (RIBEIRO, 2005, p. 40).

Estamos de posse de argumentos a favor da inclusão do autismo no campo das psicoses, pela aproximação do autismo ao campo da esquizofrenia. Além das formulações teóricas de Lacan, outros trabalhos que podemos citar a esse respeito são os de Baio (1993), de Bruno (1999) e de Soler (2002).

Ao abordarmos o tema do autismo, somos impelidos a apresentar sua posição frente à linguagem. Há dois textos fundamentais de Lacan em que o autor se debruça sobre a temática do autismo, a saber: “Alocução sobre as psicoses da criança” (1967) e “Conferência em Genebra sobre o sintoma” (1975a). Destacamos duas formulações, uma de cada texto. Em “Alocução...”, Lacan afirma que a criança autista que “(...) fecha seus ouvidos a alguma coisa que está sendo falada [...] não está no pré-verbal, pois é do verbo que ela se protege (LACAN, 1967, p. 365). E, no texto da Conferência, Lacan enfatiza que os autistas escutam a si mesmos, e que não se pode dizer que não falam. “Que [você] tenha dificuldade em escutá-los, para dar seu entendimento ao que dizem, não impede que sejam, finalmente, personagens bastante verbosos” (LACAN, 1975a, p. 134-135).

O que significa afirmar que o autista está no verbo, sendo, portanto, um personagem verboso? Poderíamos inferir que, se o autista é verboso, então participa do campo da linguagem? Para avançar nesta questão, encontramos em Maleval a seguinte formulação: “o autista não está exilado da linguagem” (MALEVAL, 2015, p. 18). No mesmo texto, mais adiante, o autor diz que “(...) o autista não é totalmente incólume às repercussões do significante em seu ser. Ele não permaneceu na borda da alienação; ele está na alienação, mas a recusa. A alienação significante não é assumida pelo autista” (MALEVAL, 2015, p. 21).

Em sintonia com estas proposições, Angélica Bastos (2003, p. 148) defende que o autista não estaria aquém nem da alienação nem do significante, mas do “par significante diferenciado” que é relativo à primeira simbolização, em que S1 reenvia a S2.

Então a questão que se coloca é sobre a particular posição do autista frente à linguagem. O autista não está aquém da alienação, na medida em que a linguagem o afeta; ele se aliena ao campo do Outro, ainda que isso ocorra com grandes impasses.

Retomando os processos constitutivos do sujeito, alienação e separação, é preciso então apontar que, no campo das psicoses, o que opera é uma não extração de objeto.

Por isso Maleval afirma que “[é] certo que a retenção do objeto *a* é comum ao autista e ao psicótico: ambos o levam em seu bolso” (MALEVAL, 2015, p. 18).

Apresentamos uma defesa a favor da entrada do autismo no campo das psicoses levando em conta a especificidade deste tipo clínico. Sendo assim, podemos elencar quatro tipos clínicos para o campo das psicoses, a saber: esquizofrenia, autismo, paranoia, melancolia. A não extração de objeto é correlata à constituição de um Outro maciço e pleno cujo efeito é um transbordamento de gozo que sempre retorna. “Por conta da não extração do objeto *a* na psicose, o gozo, não articulado e contido pela linguagem, retorna como real em excesso” (GUERRA, 2010, p. 45). Este retorno apresentará particularidades dependendo de cada tipo clínico do campo das psicoses. Na paranoia, o retorno é no Outro, na figura do perseguidor; na melancolia, há uma perda de gozo através do eu; na esquizofrenia, o retorno é no corpo (GUERRA, 2010, p. 21). Nesta mesma linha de abordagem é que afirmamos, a partir da leitura de Eric Laurent (1992), que, no caso do autismo, o retorno do gozo irá incidir sobre bordas corporais (LAURENT, 1992, *apud* MALEVAL, 2007 & 2009).

## CAPÍTULO 2 – O OBJETO VOZ

Este capítulo será dedicado à voz e, portanto, trataremos do tema do objeto em psicanálise. Para apresentar o conceito de objeto em psicanálise, circunscreveremos o capítulo em duas partes.

Na primeira parte deste capítulo, delinearemos um percurso do objeto perdido do desejo aos objetos da pulsão em Sigmund Freud. Para tanto, trabalharemos os seguintes textos de Freud: “Projeto para uma psicologia científica” (1895/1996), “A Interpretação dos Sonhos” (1900/1996), “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade” (1905/1996), “As pulsões e suas vicissitudes” (1915a/1996) e também “Além do princípio do prazer” (1920/1996).

Na segunda parte, abordaremos o objeto *a*, incluindo seu panorama histórico no ensino de Lacan, sua definição e suas formas de incidência. Também trataremos da constituição do sujeito (LACAN, 1964/1998), a fim de localizar o objeto *a* como resto desta operação.

É fundamental destacar que, a partir do *Seminário, livro 22: RSI* (1974), Lacan localiza o objeto *a* na região de interseção entre o real, o simbólico e o imaginário, de maneira que o objeto *a*, ao mesmo tempo que participa dos três registros, mantém um lugar êxtimo em relação à cadeia. Por sua topologia, o objeto *a* é simultaneamente exterior e íntimo. Se estamos no campo do sujeito, devemos articular a sua posição. “Trabalhar os objetos *a* nos interessa porque eles orientam o desejo, situando-nos em relação ao desejo do sujeito, aos seus modos de gozo, aos modos de gozo do falasser” (BROUSSE, 2008, p. 26-27). A posição topológica do objeto *a* enquanto êxtimo ao sujeito circunscreve sua função de orientar o desejo de modo a fazer operar os modos de gozo de cada um.

Lacan destaca cinco formas de objeto *a* no *Seminário 10: A angústia* (1962-3/2005), incluindo o olhar e a voz à lista de objetos pulsionais de Freud, formada por seio, fezes e falo. No entanto, devemos esclarecer que no *Seminário 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964a/1998), Lacan retira o falo da lista dos objetos pulsionais.

No *Seminário O objeto da psicanálise*, estes quatro objetos (seio, fezes, olhar e voz) são situados em duas vertentes, a do desejo e a da demanda. “O seio é objeto da

demanda ao Outro, o excremento é o objeto da demanda do Outro; o olhar é objeto do desejo ao Outro; e a voz é objeto do desejo do Outro” (QUINET, 2002, p. 69). A especificidade da voz se realiza em se escorar no nível do desejo do Outro. “Quando se trata da voz, o objeto *a* está diretamente implicado, e isso no nível do desejo. Se o desejo do sujeito se funda como desejo do Outro, este desejo enquanto tal se manifesta no nível da voz”. (LACAN, 1965-66b, Lição 20 de 01/06/1966). Eis aí a justificativa pela escolha deste objeto dentre os demais da lista dos pulsionais.

Lacan é categórico em afirmar que “Tudo o que o sujeito recebe do Outro pela linguagem, diz a experiência comum que ele o recebe como forma vocal” (LACAN, 2005/1962-1963, p. 298-9). Esta formulação lacaniana nos autoriza a seguir as coordenadas propostas por Vivès (2012a), que enfatizam o papel da voz do Outro materno na constituição do sujeito enquanto transmissor da linguagem, sendo por esta via que ocorre o processo de subjetivação. É desta forma que podemos entender a célebre afirmativa lacaniana de que a pulsão invocante é “a mais próxima da experiência do inconsciente” (LACAN, 1964/1988, p. 102).

Para apresentar a proposição de que a voz é causa e efeito do sujeito, na medida em que “o sujeito não é somente produtor da voz, ele é igualmente produto dela” (VIVÈS, 2012b, p. 70), situaremos a voz na constituição do sujeito e também nos reportaremos às primeiras marcas de gozo no corpo do *infans*. Referimo-nos a *lalangue*, que é não por acaso dita materna (LACAN, 1972-1973/1998).

## **PARTE I – Do objeto perdido do desejo à pluralidade de objetos da pulsão**

### **2.1 – O objeto na primeira experiência de satisfação**

Retomaremos a experiência de satisfação em Freud (1895) para delinear a relação do sujeito com o objeto. Já apresentamos, no capítulo anterior, a situação de desamparo original vivida pelo bebê, que o coloca numa posição de total dependência do outro. Por isso é necessário que uma pessoa humana se ocupe do bebê, conferindo-lhe cuidados, sem os quais o bebê não é capaz de sobreviver. Assim é que o grito convertido em apelo localiza para este bebê um possível lugar no campo do Outro. Para Lacan (1957-

1958/1999), este Outro primordial, muitas vezes encarnado pela mãe, tem como função introduzir o *infans* no mundo simbólico. Devemos esclarecer que a dependência do bebê não se coloca apenas no campo da necessidade, na medida em que, para advir como sujeito, o *infans* precisa se fazer representar no campo do Outro.

O bebê, diante de um estado excessivo de tensão causado, por exemplo, pela fome, reage com uma descarga motora através de grito ou choro. O desamparo vivenciado pelo bebê se coloca na medida em que, sozinho, não é capaz de diminuir esta tensão, pois “(...) nenhuma descarga pode produzir resultado aliviante, visto que o estímulo endógeno continua a ser recebido e se reestabelece a tensão (...)” (FREUD, 1895/1996, p. 431). É necessário que uma “pessoa experiente” realize uma “ação específica” para produzir um alívio a este estado de urgência. O cuidado que o bebê recebe a partir de alguém que acolhe seu grito, dando-lhe uma significação, produz uma diminuição da tensão cuja consequência é a satisfação. Temos aí o circuito de um evento que, a partir dos traços mnêmicos, registra sua marca na estrutura.

Quando a pessoa que ajuda executa o trabalho da ação específica no mundo externo para o desamparado, este último fica em posição, por meio de dispositivos reflexos, de executar imediatamente no interior de seu corpo a atividade necessária para remover o estímulo endógeno. A totalidade do evento constitui então a experiência de satisfação, que tem as consequências mais radicais no desenvolvimento das funções do indivíduo. (FREUD, 1895/1996, p. 336).

As imagens-lembranças da percepção do objeto que promoveram a satisfação e o caminho que resultou no alívio desta tensão produzem uma inscrição no aparelho psíquico. Este evento foi por Freud nomeado de primeira experiência de satisfação, experiência originária e fundadora do aparelho psíquico. Diante de uma nova situação de urgência, estas marcas, inscritas no aparelho psíquico pela primeira experiência de satisfação, serão reativadas por um novo impulso, nomeado por Freud (1895/1996) de desejo. O aparelho psíquico, ao recatexizar os traços mnêmicos da percepção do objeto, produzirá a alucinação na busca de retornar ao estado de satisfação outrora obtido. A descarga de tensão é produzida pela alucinação do objeto e não pela percepção do mesmo.

Um componente essencial desta experiência de satisfação é uma percepção particular (a de nutrição, em nosso exemplo) cuja imagem mnemônica

permanece associada, daí por diante, ao traço de memória da excitação produzida pela necessidade. Em resultado do elo que é assim estabelecido, na vez seguinte em que essa necessidade desperta, surgirá imediatamente um impulso psíquico que procurará reinvestir a imagem mnemônica da percepção e re-evocar a própria percepção, isto é, restabelecer a situação de satisfação original (FREUD, 1900/1996, p. 602-3).

Os traços deixados pela primeira experiência de satisfação, através da marca mnêmica da percepção do objeto que promoveu satisfação e do caminho trilhado pela descarga, foram ativados quando da ausência do objeto, provendo a alucinação na busca do alívio da tensão. Para Freud, “o objetivo dessa primeira atividade psíquica era produzir uma ‘identidade perceptiva’ – uma repetição da percepção que se achava ligada com a satisfação” (FREUD, 1900/1996, p. 603).

Não tenho dúvida de que na primeira instância essa ativação do desejo produz algo idêntico a uma percepção — a saber, uma alucinação. Quando uma ação reflexa é introduzida em seguida a esta, a consequência inevitável é o desapontamento. (FREUD, 1895/1996, p. 337).

A busca pela satisfação reatualiza os traços mnêmicos de modo que a ausência de objeto põe em movimento o funcionamento psíquico que então alucina. Desta forma, tenta-se realizar a satisfação pela via de descarga mais rápida e mais fácil. Evoca-se a representação do objeto satisfatório de modo que o objeto ausente é percebido como se estivesse novamente presente. Assim, haveria uma indiferenciação entre o mundo interno e o mundo externo, entre subjetivo e objetivo, já que o objeto ganha existência independente do que se passa no mundo externo. Aqui, estamos nos referindo ao princípio do prazer, que é uma busca pela satisfação de forma autocrática.

A via alucinatória não satisfaz da forma esperada, causando desapontamento, o que leva à busca por um princípio mais seguro de satisfação. Trata-se do princípio de realidade que exige a presença do objeto no mundo externo para que o estado de tensão seja aplacado. A intervenção no mundo externo como exigência do aparelho psíquico na obtenção de satisfação será assim definida por Sonia Alberti: “[A] ação específica é desencadeada pelo princípio de realidade a serviço do princípio do prazer (...)” (ALBERTI, 1999, p. 54). Assim é que o teste de realidade impõe um limite à atividade do pensamento e leva à ação motora. Freud afirma que o juízo é uma atividade



intelectual que “coloca um fim à protelação do pensamento, e conduz do pensar ao agir” (FREUD, 1925a/1996, p. 268).

No entanto, a presença do objeto no mundo externo não é a garantia de satisfação plena, na medida em que o objeto lembrado nunca será equivalente ao objeto percebido. Esta hiância entre o objeto desejado e o objeto do mundo externo promove mecanismos alternativos e substitutivos de realização de desejos, como os sonhos, por exemplo. Independentemente da eficácia do princípio de realidade como mecanismo de realização da satisfação, é fundamental apontar para o fato de que a admissão da realidade possibilita uma complexa atividade do pensamento. O teste de realidade põe em funcionamento duas faculdades de julgamento – o atributivo e o de existência –, já citadas no capítulo anterior (BASTOS; ROTSTEIN, 2011).

A experiência demonstrou ao indivíduo que não é só importante uma coisa (um objeto de satisfação para ele) possuir o atributo ‘bom’, assim merecendo ser integrada ao seu ego, mas também que ela esteja no mundo externo, de modo a que ele possa se apossar dela sempre que dela necessitar. A fim de entender esse passo à frente, temos de lembrar que todas as representações se originam de percepções e são repetições dessas. Assim, originalmente a mera existência de uma representação constituía uma garantia de realidade daquilo que era representado. A antítese entre subjetivo e objetivo não existe desde o início. Surge apenas do fato de que o pensamento tem a capacidade de trazer diante da mente, mais uma vez, algo outrora percebido, reproduzindo-o como representação sem que o objetivo externo ainda tenha de estar lá. Portanto, o objetivo primeiro e imediato do teste de realidade não é encontrar na percepção real um objeto que corresponda ao representado, mas reencontrar tal objeto – convencer-se de que ele está lá [...] é evidente que uma condição para o estabelecimento do teste de realidade consiste em que os objetos, que outrora trouxeram satisfação real, tenham sido perdidos (FREUD, Vol. XIX, p. 267-268).

Para Bruce Fink, a tradução da versão inglesa apresenta o tempo verbal do futuro perfeito e passado do subjuntivo. Citemos o autor: “Uma condição essencial é que os objetos deverão ter sido perdidos” (FINK, 1998, p. 227). Para ele, a constituição do objeto enquanto perdido ocorre *ex post facto*. Este tempo verbal aponta para o fato de que “digo hoje que, em um tempo futuro em relação ao momento presente em que o digo, algo será passado. Crio, assim, um passado para o futuro, mas que só será passado quando o momento futuro chegar” (ELIA, 2007, p. 44).

Mas se o objeto é “desde sempre perdido”, o que equivale a dizer que é estruturalmente perdido, então o que busca o sujeito? É com Lacan que respondemos que o sujeito busca reencontrar as coordenadas de prazer.

(...) é claro que o que se trata de encontrar não pode ser reencontrado. É por sua natureza que o objeto é perdido como tal. Jamais ele será reencontrado. (...). Reencontramo-lo no máximo como saudade. Não é ele que reencontramos, mas suas coordenadas de prazer. (LACAN, 1959-60/1997, p. 69).

As marcas inscritas pelo primeiro trilhamento, nomeado de experiência originária de satisfação, serão reativadas numa segunda situação de urgência. Neste momento, a busca por satisfação terá dois caminhos: via alucinação (processo primário) ou por uma intervenção no mundo externo (processo secundário). Como pensar a relação entre os dois princípios de funcionamento mental? Qual a articulação possível entre o princípio do prazer e o da realidade? Aliás, haveria alguma articulação?

No pareamento do princípio do prazer com o princípio de realidade, o princípio de realidade poderia parecer como um prolongamento, uma aplicação do princípio do prazer. Mas, opostamente, essa posição dependente e reduzida parece fazer surgir mais além alguma coisa que governa, no sentido mais amplo, o conjunto de nossa relação com o mundo (LACAN, 1959-1960/1997, p. 31).

De que coisa se trata? É com Lacan, em seu retorno a Freud, que vamos avançar nesta questão a partir da noção de *das Ding* presente no texto do Projeto (1895/1996) e no artigo “A negativa” (*Die Verneinung*, 1925a/1996). Por que a escolha pela apresentação do conceito de *das Ding*?

(...) permite-nos conceber a função do prazer e a da realidade numa relação que precisamos sempre vincular mais intimamente. (...). O prazer não se articula na economia humana senão numa relação com esse ponto, certamente deixado vazio, enigmático, mas que apresenta uma certa relação com o que é para o homem a realidade. (LACAN, 1959-1960, p. 53-54).

O descompasso entre o objeto procurado e o encontrado aponta para a atividade do pensamento, a função do juízo, que realizará a diferenciação entre o objeto da

percepção e o objeto alucinado a partir de uma delimitação dos pontos de semelhanças e divergências entre a lembrança e a percepção do objeto. Para tanto, será preciso distinguir entre o complexo de imagens perceptivas e o complexo mnêmico de imagens-lembranças.

Freud descreverá o complexo mnêmico (representação-lembrança/catexia de desejo) como **a + b** e o complexo perceptivo (representação-percepção/catexia de percepção) como **a + c**. O componente denominado de neurônio **a** corresponde à parte invariável do complexo e consiste em *das Ding* (a Coisa). Já o elemento **b** é variável, pode inclusive vir a faltar, e se refere a um atributo, qualidade da Coisa. E o terceiro elemento, identificado pela letra **c**, aponta para a diferença e a não-coincidência, e movimenta o aparelho para se articular ao elemento **b**.

A atividade do julgamento estabelecerá as diferenças e semelhanças entre o objeto percebido e o objeto representado a partir de três componentes, sabendo-se que o componente **a** se refere à parte responsável pela semelhança, **b** atribui predicado e **c** estabelece a diferença.

A ligação entre **b** e **c** se dá através de rede de representações (*Vorstellung*), de conexões e associações entre representações. Nestes trilhamentos (*Bahnungen*, caminhos), há um componente que dele não participa. O elemento que permanece sempre constante, indicado pela letra **a**, fica fora desta rede e, no entanto, a engendra. Será em torno de *das Ding*, a Coisa, elemento indicado pela letra **a**, que toda a rede de conexões e associações se constituirá.

*Das Ding* é o que – no ponto inicial, logicamente e, da mesma feita cronologicamente, da organização do mundo no psiquismo – se apresenta, e se isola, como o termo de estranho, em torno do qual gira todo o movimento da *Vorstellung*. (...) É em torno desse *Das Ding* que roda todo esse processo adaptativo, tão particular no homem visto que o processo simbólico mostra-se aí inextricavelmente tramado. (LACAN, 1959-60/1997, p. 76)

*Das Ding* é um elemento alheio ao sistema de representações, que não se articula. No entanto, é o que possibilita a constituição da rede. A faculdade do julgamento só pode se realizar por conta do elemento **a** que impulsiona a cadeia por deixar um resto inapreensível pela função de juízo. Excluído da atividade do pensamento, este termo inassimilável é exatamente o que escapa à abordagem do julgamento e nos deixa sem

informações sobre os atributos ou predicados do objeto. Afinal, como disse Freud, “o que chamamos coisas são resíduos subtraídos ao juízo” (FREUD, 1895/1996, p. 351).

Freud (1895/1996) retoma *das Ding* para abordar a experiência do *Nebenmensch*, o complexo do próximo. Este próximo refere-se ao ser humano que primeiro cuidou do bebê na situação de desamparo. Para o bebê, este semelhante foi o “primeiro objeto satisfatório e, mais tarde, seu primeiro objeto hostil, além de sua única força auxiliar” (FREUD, 1895/1996, p. 348).

O complexo de semelhante apresenta dois componentes, sendo um passível de inscrição e o outro resta inassimilável. *Das Ding*, a Coisa, é a parte do complexo que não se articula e que, portanto, fica fora do sistema de representação. Citemos Freud: “(...) o complexo do ser humano semelhante se divide em dois componentes, dos quais um produz uma impressão por sua estrutura constante e permanece unido como uma Coisa, enquanto que o outro pode ser compreendido por meio da atividade de memória (FREUD, 1895/1996, p. 384).

Para Lacan (1959/60), o inassimilável é o motor de toda a rede de representação da cadeia. *Das Ding* fica alheia à cadeia de significações e justamente por esta posição de exterioridade viabiliza todo o encadeamento. É o centro vazio que possibilita toda a rede de associação e conexões. Lacan definirá *das Ding* como “um primeiro exterior, é em torno do que se orienta todo o encaminhamento do sujeito” (LACAN, 1959-60/1997, p. 69). É aquilo em torno do qual se organiza toda a orientação do sujeito, toda a sua subjetividade.

Para abordar este centro vazio, Lacan indica um exemplo citado por Heidegger que, ao desenvolver o conceito de Coisa, refere-se ao trabalho realizado pelo oleiro de modelar um pote a partir do vazio. A criação do objeto se dá a partir do nada, do furo.

Ora, se vocês considerarem o vaso, na perspectiva que inicialmente promovi, como um objeto feito para representar a existência do vazio no centro do real que se chama a Coisa, esse vazio, tal como ele se apresenta na representação, apresenta-se, efetivamente, como um *nihil*, como nada. E é por isso que o oleiro, assim como vocês para quem eu falo, cria o vaso em torno desse vazio com sua mão, o cria assim como o criador mítico, *ex nihilo*, a partir do furo (LACAN, 1959-60, p. 153).

Podemos pensar que o material de que foi construído o vaso são os significantes que constituem uma rede de representação ao redor deste vazio central que é a Coisa,

*das Ding*. “Trata-se desse interior excluído que, para retomarmos os próprios termos do *Entwurf*, é, deste modo, excluído no interior.” (LACAN, 1959-1960/1997, p. 128). Êxtimo é o neologismo criado por Lacan (1959-60) para designar isso que é, por um lado, íntimo e singular, e, por outro, alheio e estranho ao sujeito. Foi no *Seminário 7: A ética da psicanálise* que Lacan apresentou pela primeira vez esta formulação paradoxal sob a rubrica deste significante: êxtimo.

(...) colocando *das Ding* no centro, e em volta o mundo subjetivo do inconsciente organizado em relações significantes, para vocês verem a dificuldade de sua representação topológica. Pois esse *das Ding* está justamente no centro, no sentido de estar excluído. Quer dizer que, na realidade, ele deve ser estabelecido como exterior, esse *das Ding*, esse Outro pré-histórico impossível de esquecer, do qual Freud afirma a necessidade da posição primeira sob a forma de alguma coisa que é *entfremdet*, alheia a mim (...) (LACAN, 1959-60, p. 91-92).

O “complexo do semelhante” apresenta duas partes: um componente familiar e outro estrangeiro ao sujeito. Assim, o Outro apresenta, ao mesmo tempo, uma dimensão de semelhante, e também de alteridade absoluta. “*Ding* é o elemento que é, originalmente, isolado pelo sujeito em sua experiência do *Nebenmensch* como sendo, por sua natureza, estranho, *Fremde*” (LACAN, [1959-1960], p. 68). O “Outro pré-histórico”, “Outro absoluto”, aponta para o que há de inapreensível, impossível de simbolizar. Eis aí o “interior excluído” ou “excluído no interior”: êxtimo. Este objeto, a Coisa, *das Ding*, é o elemento êxtimo ao sujeito que, por sua posição, possibilita o movimento de toda a cadeia de significantes do sujeito.

## 2.2 – Os objetos da pulsão em Freud

Iniciamos o capítulo com a apresentação da experiência mítica de satisfação, por sua importância na constituição do desejo. No entanto, será na teoria da interpretação dos sonhos que Freud desenvolverá melhor a ideia de desejo, ao formular que, pela via alucinatória, o sujeito realiza seus desejos no sonho. Assim, a ideia de desejo remete à impossibilidade de sua satisfação, o que aponta para a dimensão da falta e da parcialidade. Pelo sonho é que Freud articulará o desejo à sexualidade infantil.

Nenhuma outra pulsão é submetida, desde a infância, a tanta supressão quanto a pulsão sexual, com seus numerosos componentes; de nenhuma outra pulsão restam tantos e tão poderosos desejos inconscientes, prontos a produzir sonhos no estado de sono. (FREUD, 1900/1996, p. 142).

Algo resta das pulsões suprimidas que retornam nos sonhos. Este resto apontaria para a impossibilidade de uma completa satisfação da pulsão? Para abordarmos o tema, vamos nos debruçar sobre o artigo freudiano “Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade” (1905/1996), onde se introduz o conceito de pulsão. É importante advertir o leitor de que este texto pode dar margens a uma leitura equivocada sobre a pulsão, na medida em que Freud articula “pulsão sexual” a um estado de necessidade, e também correlaciona a “pulsão de nutrição” à fome. Advertimos, portanto, que seria uma leitura nada correta supor uma aproximação entre pulsão e instinto. É num outro texto que encontraremos esclarecimentos sobre esta questão. Em “Os Instintos e suas Vicissitudes” (1915a/1996), Freud esclarece a diferença entre pulsão e necessidade, em que a primeira se configuraria como uma força constante e intermitente e a segunda se caracterizaria por uma força cujo impacto é momentâneo, na medida em que cessaria quando da satisfação dos respectivos estímulos. Para Garcia-Roza, a necessidade apenas se articula à pulsão para configurar “o caráter imperativo do impulso pulsional” (GARCIA-ROZA, 1995, p. 86).

Para avançar neste ponto problemático é que Freud circunscreve o conceito de pulsão, situando-o entre o anímico e o físico. Verificamos que, em “Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade”, esta definição já havia sido colocada. Garcia-Roza (1995, p. 82) aponta para o fato de que a pulsão articula duas instâncias, o que abre a questão quanto à natureza da pulsão. Afinal de contas, a natureza da pulsão seria somática ou psíquica? Encontramos a afirmação freudiana de que a pulsão seria o “representante psíquico de uma fonte endossomática que flui constantemente” (FREUD, 1905/1996, p. 159), e também verificamos a afirmação de que a pulsão seria estímulos oriundos do interior do corpo – o que remete ao “Projeto...” (1905/1996), quando Freud aponta para a existência de estímulos endógenos constantes dos quais o sistema psíquico não seria capaz de escapar. Deste modo, ora Freud aponta para uma natureza somática, ora ele indica uma natureza psíquica da pulsão.

Foi no artigo dedicado às pulsões (1915a/1996) que Freud então se reposicionou e enfatizou que a pulsão não se configura enquanto estímulo endógeno, nem enquanto estímulo psíquico. Trata-se, na verdade, de um “estímulo para o psíquico”. Esta formulação encontra respaldo nos “Três Ensaio...”, onde a pulsão é considerada como “uma medida de exigência de trabalho feita à vida anímica” (FREUD, 1905/1996, p. 159).

Freud (1915a/1996) elege quatro elementos para circunscrever o conceito de pulsão, a saber, pressão, alvo, fonte e objeto. Estes termos aparecem disjuntos, de modo que sua articulação promoveria uma “montagem particular” da pulsão que apareceria sem pé nem cabeça, “no sentido em que se fala de montagem numa colagem surrealista” (LACAN, 1964/1998, p. 161).

A pressão é o termo quantitativo cuja força é constante. Trata-se de um imperativo de trabalho ao psiquismo. Outro elemento da pulsão é a finalidade ou alvo, que será sempre a busca pela eliminação do estímulo para conseguir satisfação. No entanto, a satisfação será sempre parcial, na medida em que a força é constante e que o estímulo nunca cessa completamente. É a parcialidade da satisfação que permite a circulação do movimento pulsional e que aponta para a possibilidade de o sujeito realizar novos investimentos.

Vamos abordar os outros dois elementos da pulsão, a fonte e o objeto. Nos “Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade” (1905/1996), Freud localiza nas zonas erógenas a fonte da pulsão; por isso é possível afirmar seu caráter somático. E, no que se refere ao objeto, neste mesmo texto Freud não só afasta qualquer possível aproximação entre objeto e pulsão como também afirma a independência entre ambos. Encontramos esta proposição também presente em “Os Instintos e suas Vicissitudes”:

O objeto [*Objekt*] de um instinto é a coisa em relação à qual ou através da qual o instinto é capaz de atingir sua finalidade. É o que há de mais variável num instinto e, originalmente, não está ligado a ele, só lhe sendo destinado por ser peculiarmente adequado a tornar possível a satisfação. (FREUD, 1915a/1996, p. 128).

Não há um objeto específico para a pulsão; no entanto, a pulsão precisa de um objeto para se satisfazer. Portanto, qualquer objeto pode cumprir a função de tentar satisfazer a pulsão. Vale a pena citar Coutinho Jorge, que nos diz que “a falta que

constitui o objeto da pulsão é a mesma que constitui o núcleo real do inconsciente” (COUTINHO JORGE, 2000, p. 53).

A plasticidade do objeto da pulsão será tratada nos “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade” (Freud, 1905/1996), quando Freud aponta para o que então nomeou de “aberrações sexuais” ao se referir às inúmeras apresentações de perversões quanto à finalidade da pulsão sexual. Esta formulação corroborou uma mudança quanto ao conceito de normal e de patológico no que se refere à vida humana. Neste mesmo artigo, Freud formula que a sexualidade infantil apresenta uma “disposição perversa polimorfa”, na medida em que o corpo da criança é marcado por zonas erógenas que, ao serem investidas pelas pulsões parciais, buscam a obtenção de prazer.

A primeira manifestação deste tipo é o chuchar ou o sugar com deleite apresentado pelo bebê, que busca prazer em seu próprio corpo. Desta forma, o autoerotismo se configura como a busca pela satisfação pulsional cujo objeto é seu próprio corpo. Assim, o bebê tenta repetir a experiência de satisfação já vivenciada na amamentação no seio da mãe. O autoerotismo nos remete ao circuito pulsional, na medida em que a pulsão volta para o próprio corpo após primeiro ter investido no outro, algum objeto fora do corpo.

Freud afirma que a sexualidade infantil se organiza sob o primado da zona erógena, caracterizada pelo autoerotismo. Somente após o período de latência que o aparelho genital ganhará destaque na sexualidade.

A fase pré-genital da organização sexual apresenta a predominância de duas zonas erógenas: oral e anal. Na primeira fase da organização sexual, a zona erógena da boca é investida, sem qualquer diferenciação entre a nutrição e a atividade sexual. De modo que o prazer está ligado à boca na forma do sugar sensual. Já a segunda fase da organização sexual, a sádico-anal, será determinada pelo ânus. O prazer encontrado pela criança estará na atividade de retenção e expulsão de seus excrementos, que serão dignos de valor simbólico, pois estarão incluídos na relação entre a criança e quem dela cuida.

A satisfação autoerótica, sob a influência das pulsões parciais em suas respectivas zonas erógenas, é o que rege a vida sexual infantil. Apenas mais tarde, após o período de latência, as zonas erógenas se reunirão sob o primado da genitalidade.

Quando o sujeito percebe que existe um Outro envolvido na satisfação sexual, volta-se para si próprio na busca de uma forma de satisfação autoerótica, na fase de



latência. Vale destacar a importância do Outro cuidador na realização de uma “ação específica” para diminuir a carga de tensão, eliminando o estado de desamparo, o que implica numa satisfação sexual.

É no período de latência que a criança se prepara para suas futuras escolhas objetais, as quais serão pautadas no protótipo de amor já trilhado desde as primeiras marcas deixadas pelo Outro cuidador. Segundo Freud, “a criança aprende a amar outras pessoas que a ajudam em seu desamparo e satisfazem suas necessidades, e o faz segundo o modelo de sua relação de lactente com a ama e dando continuidade a ele” (FREUD, 1905/1996, p. 210).

A experiência de satisfação deixa traços e rastros que são uma trilha na qual o sujeito pauta sua relação com o Outro, na busca incessante pelo objeto desde sempre perdido e, portanto, nunca reencontrado. Assim se constitui o desejo que funda o aparelho psíquico. Apresentamos a formulação freudiana sobre a pluralidade de objetos a partir dos quais a pulsão busca satisfazer-se. Devemos enfatizar que o objeto da pulsão difere daquele da pura necessidade, pois o objeto da pulsão é variável e plástico, enquanto o objeto instintual é pré-fixado. A pulsão implica um Outro que interpreta e atribui um valor de mensagem, e que, deste modo, articula a necessidade à demanda.

## **PARTE II – O objeto *a***

### **2.3 - Objeto *a* no ensino de Lacan: um panorama histórico**

Miller (2000) apresenta o primeiro momento do ensino de Lacan como sendo marcado pelo paradigma da imaginarização do gozo. Não é por exercer sua soberania que o imaginário não se deixa capturar pelo simbólico. O simbólico mantém uma posição autônoma, e também êxtima em relação ao imaginário. Miller formula que “(...) de um lado, o imaginário é, certamente, o que permanece fora da apreensão simbólica, enquanto que, por outro lado, Lacan acrescenta sempre que esse imaginário é, ao mesmo tempo, dominado pelo simbólico (MILLER, 2000, p. 89).

Neste momento, o gozo não procede da linguagem, da palavra e da comunicação. Significante e gozo não se articulam (MILLER, 2000, p. 88). O gozo provém do

imaginário. “Se temos que procurar o lugar do gozo enquanto distinto da satisfação simbólica, nós o encontramos sobre o eixo imaginário a-a’ (...)” (MILLER, 2000, p. 88). O gozo procede da imagem do eu que será constituída a partir do estádio do espelho. A imagem é, portanto, tomada como o primeiro objeto apreensível pelo sujeito na sua relação com o semelhante.

A imagem do estádio do espelho é unificada, totalizante, sem resto. “A minha imagem, minha presença no Outro, não tem resto. Não consigo ver o que perco ali. É esse o sentido do estádio do espelho.” (LACAN, 1962-3/2005, p. 277).

A imagem, sem sua forma i(a), imagem especular, é o objeto característico do estádio do espelho. Ela tem mais de um aspecto sedutor, que não se liga apenas à estrutura de cada sujeito, mas também à função do conhecimento. Essa imagem é fechada, encerrada, gestáltica. (LACAN, 1962-3/ 2005, p. 277).

A imaginarização do gozo comparece na experiência clínica ligada à quebra na cadeia. “De maneira geral, é quando a cadeia simbólica se rompe que, a partir do imaginário, os objetos, os produtos, os efeitos de gozo proliferam.” (MILLER, 2000, p. 89). Lacan irá conceber alguns fenômenos clínicos como dizendo respeito à quebra no simbólico e sua emergência no imaginário. Tem-se, portanto, uma proliferação do imaginário devido à ruptura da cadeia simbólica.

Lacan (1962-3/ 2005) enfatiza a relação fundamental entre o estádio do espelho e a constituição do objeto, como veremos a seguir:

De início, existe o plano da primeira identificação com a imagem especular, desconhecimento original do sujeito em sua totalidade. Depois, vem a referência transicional que se estabelece em sua relação com o outro imaginário, seu semelhante. É isso que faz com que sua identidade seja sempre difícil de discernir da identidade do outro. Daí a introdução da mediação de um objeto comum, objeto de concorrência cujo status decorre da ideia de posse — ele é seu ou é meu. (LACAN, 1962-3/ 2005, p. 100).

Para Miller, no momento inicial do ensino de Lacan, o imaginário, ainda que com toda sua soberania, faz alusão ao simbólico, de modo que paulatinamente há uma transposição da soberania de um pelo outro. A autonomia do simbólico presente desde o início vai crescendo ainda mais no decorrer do ensino de Lacan. Há um entrecruzamento entre os dois paradigmas e, aos poucos, o simbólico vai tomando lugar,

de tal modo que ganha predominância. Assim chegamos ao segundo paradigma: a significantização do gozo.

Temos agora, com a soberania do simbólico, a mortificação do gozo como efeito da incidência do significante. “Trata-se, essencialmente, do apagamento do gozo pelo significante.” (MILLER, 2000, p. 90). “O significante anula o gozo e o restitui sob a forma de desejo significado.” (MILLER, 2000, p. 90).

Lacan segue na direção da significantização do gozo de forma tão radical que Miller chega a afirmar que ele “a demonstra equivalente ao significado de uma cadeia significante inconsciente, cujo vocabulário seria constituído pela pulsão. É o que Lacan chamou de desejo.” (MILLER, 2000, p. 90).

Miller (2000) localiza a mudança paradigmática com o deslocamento de alguns conceitos do registro do imaginário para o simbólico, no *Seminário, livro 05: as formações do inconsciente* (1957-8/1999). Tais conceitos são: transferência, falo, libido, por exemplo. Também neste paradigma temos a inclusão do pequeno *a* numa estrutura significante. Não nos dedicaremos a uma explicação detalhada sobre transferência, falo e libido, pois nosso interesse é apresentar a mudança paradigmática e suas implicações no que concerne ao objeto. E por isso enfatizamos que o conceito de objeto *a* será apresentado mais adiante.

Queremos agora enfatizar nossa já citada explicação de que a mudança de um paradigma para outro se deu paulatinamente, de modo que, mesmo antes do *Seminário, livro 05: As formações do inconsciente* (1957-8/1999), podemos localizar algumas passagens no ensino de Lacan em que o registro do simbólico tinha soberania em relação ao imaginário. Vejamos a explicação de Miller: “Ele não sucede somente ao primeiro cronologicamente. Mistura-se a ele, o completa e, depois, se impõe, progressivamente. Prevalece sobre o primeiro paradigma e, enfim, o domina inteiramente” (MILLER, 2000, p. 89).

Isto posto, colocamos a questão: como pensar o estatuto do objeto na lógica da significantização do gozo? Para tanto, lembremos a brincadeira do neto de Freud, descrita no texto “Além do princípio do Prazer” (1920/1996), por ele nomeada de *fort-da*.

O menino tinha um carretel de madeira com um pedaço de cordão amarrado em volta dele. (...) O que ele fazia era segurar o carretel pelo cordão e com muita perícia arremessá-lo por sobre a borda de sua

caminha encortinada, de maneira que aquele desaparecia por entre as cortinas, ao mesmo tempo que o menino proferia seu expressivo ‘o-o-ó’. Puxava então o carretel para fora da cama novamente, por meio do cordão, e saudava o seu reaparecimento com um alegre ‘da’ (‘ali’). Essa, então, era a brincadeira completa: desaparecimento e retorno. (FREUD, 1920/1996, p. 26).

O movimento de jogar o carretel para fora de seu campo visual é acompanhado da emissão da palavra ‘*fort*’ (‘o-o-ó’), que significa ‘ir embora’. E o reaparecer do carretel acontece ao som da pronúncia ‘*da*’, cujo sentido é ‘ali’.

Para Freud, o carretel representava a mãe e a brincadeira consistia numa tentativa de elaboração simbólica da alternância presença-ausência da mãe. Para Freud, a criança vive através do jogo uma posição ativa em que está em suas mãos o comando de fazer o objeto sumir e reaparecer ao seu bel-prazer. Posição muito diferente se coloca para a criança quando da ausência da mãe, pois é um momento no qual a criança vive a experiência de ser deixada, o que a coloca numa posição de passividade. Assim, o neto de Freud vive de forma ativa, através da brincadeira com o carretel, o que foi experimentado passivamente. Citaremos agora um comentário de Lacan sobre *fort-da* para trazer à luz uma passagem do ensino de Lacan em que fica evidente a primazia do simbólico em relação ao imaginário.

Começa a brincar com o objeto, mais exatamente, com o simples fato da sua presença e ausência. É, pois, um objeto transformado, um objeto de função simbólica, um objeto desvitalizado, já que é um signo. É quando o objeto está lá que ela [a criança] o manda embora, e quando não está lá que o chama. Por esses primeiros jogos, o objeto passa como que naturalmente para o plano da linguagem. O símbolo emerge, e torna-se mais importante que o objeto. (LACAN, 1953-4/1986, p. 206).

Nesta citação, fica evidente a primazia do símbolo sobre o objeto. Será que podemos dizer que, ao adquirir simbolização, o objeto se aproxima do significante?

Lacan pode abordar as diversas faces da relação de objeto a partir da distinção entre imaginário e simbólico na medida em que, “sem este princípio de ordenamento, a teoria dos objetos tenderia a deslizar na direção a uma descrição dos objetos naturais, ou a perder seu lugar na intersubjetividade” (BARANGER, 1994, p. 124).

Se os dois primeiros paradigmas de algum modo puderam conviver, o terceiro marcará uma ruptura radical com os anteriores. “A descontinuidade é muito mais

marcada nesse paradigma do que entre os dois primeiros que se encontram misturados nos textos de Lacan. Temos aí, verdadeiramente, uma ruptura. O gozo passa para o real.” (MILLER, 2000, p. 91).

É com o *Seminário, livro 7: A ética da psicanálise* (1959-1960/1997) que se institui o terceiro paradigma: o gozo impossível, ou seja, o gozo do real. O gozo fica reduzido a um lugar vazio que não se submete à imaginarização nem à significantização. O gozo é real. Já que o gozo se encontra fora do sistema, então não se tem acesso ao gozo a não ser por um forçamento, uma transgressão. Há, portanto, uma ruptura entre significante e gozo.

No *Seminário, livro 7: A ética da psicanálise* (1959-1960/1997), Lacan, em seu retorno a Freud, vai pinçar o termo *Das Ding*, a Coisa, do “Projeto” (1895/1996) e do artigo “A negativa” (1925a/1996). Neste seminário, Lacan afirma que *Das Ding* é “essa Coisa, o que do real primordial padece do significante” (LACAN, 1959-1960/1997, p. 149).

A importância do retorno a Freud se coloca tendo em vista que “*Das Ding* implica a representificação, na estrutura, do real **sem nome** originário e **sem imagem**” (COUTINHO JORGE, 2008, p. 140).

Inclusive, vale destacar que *Das Ding* é um antecedente lógico e teórico da formulação de objeto pequeno *a*. Sendo que a Coisa é apenas uma das vertentes do objeto *a*, de modo que um não se reduz ao outro (CATÃO, 2009a, p. 127).

Já o quarto paradigma é o do gozo normal, cuja referência é o *Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964a/1998). A radical mudança deste paradigma consiste em estabelecer “uma estreita articulação entre significante e o gozo” (MILLER, 2000, p. 93). O gozo torna-se acessível não por uma transgressão ou forçamento, mas pelo movimento circular da pulsão. “Não se tem acesso ao gozo pela transgressão heroica, mas pela pulsão repensada, por uma pulsão que realiza um ir e vir.” (MILLER, 2000, p. 93). O gozo aparece de forma fragmentada nos objetos *a* (voz, olhar, seio e fezes); deste modo, é possível ter acesso ao gozo pelo trajeto da pulsão que circularia ao redor destes objetos, sem, no entanto, alcançá-los diretamente.

A partir da formulação acerca das operações lógicas de constituição do sujeito, alienação e separação, a pulsão passa a ser definida como incluindo “uma hiância ou uma pequena cavidade” (MILLER, 2000, p. 94). Este buraco aparece como uma perda e se justifica como sendo uma perda natural. Por isso que “o gozo não aparece como um a

mais, e que ele se insere no funcionamento do significante sendo-lhe conexo” (MILLER, 2000, p. 93).

A elaboração dos quatro discursos de Lacan, Miller (2000) faz corresponder ao penúltimo paradigma, o gozo discursivo, que se localiza no *Seminário, livro 16: De um Outro ao outro* (1969/2008), no *Seminário, livro 17: O avesso da psicanálise* (1969-70/1992) e também em “Radiofonia” (1970/2003). A formulação sobre discurso circunscreve a relação entre significante e gozo como primitiva e originária, de modo que “o aparelho significante é o gozo” (MILLER, 2000, p. 98). Pela incidência do significante se produz desperdício, entropia que é a via de acesso ao gozo. Ao mesmo tempo que a entropia aponta para a perda de gozo, ela também assinala um mais-de-gozar a ser recuperado.

Foi a partir do conceito de mais-valia de Marx que Lacan formulou a ideia de objeto “mais-de-gozar”, no seu *Seminário De um Outro ao outro* (1968-9/2008). A mais-valia corresponde, no capitalismo, ao lucro do capitalista proveniente do trabalho dos empregados. O empregado nunca desfruta deste lucro excedente, que fica, então, apenas para o capitalista. Trata-se, portanto, de um ganho suplementar do capitalista diante de uma exploração de trabalho.

O mais-de-gozar é uma função da renúncia ao gozo sob o efeito do discurso. É isso que dá lugar ao objeto *a*. Desde o momento em que o mercado define como mercadoria um objeto qualquer do trabalho humano, esse objeto carrega em si algo da mais-valia. Assim, o mais-de-gozar é aquilo que permite isolar a função do objeto *a*. (Lacan, 1968-9/2008, p. 19).

Chegamos ao último paradigma, a não-relação, situada no *Seminário, livro 20: Mais, Ainda* (1972-3/1998). Miller explica que Lacan “coloca em questão o conceito mesmo de linguagem, que passa a ser considerada como um conceito derivado, e não originário, em relação à invenção lacaniana de lalíngua<sup>4</sup>” (MILLER, 2000, p. 101). Com a primazia do gozo sobre o simbólico, reformula-se o próprio conceito de inconsciente que continua a ser estruturado como uma linguagem, mas, agora, a partir das marcas prévias de *lalangue*<sup>5</sup>. “Se eu disse que a linguagem é aquilo com o que o inconsciente é

<sup>4</sup> Mantivemos a versão no português para o termo *lalangue*, pois se trata de uma citação.

<sup>5</sup> Manteremos o termo em francês para preservar o aspecto onomatopáico, a homofonia que a palavra francesa permite associar o termo *lalangue* ao lalalá, à lalação do bebê. Citemos Lacan: “Eu escrevo *lalangue* porque isso quer dizer lalalá, a lalação, a saber, é fato que muito cedo o ser humano faz lalações;

estruturado, é mesmo porque a linguagem, de começo, ela não existe. A linguagem é o que se tenta saber concernentemente à função de alíngua<sup>6</sup>”. (LACAN, 1972-3/1998, p. 189).

O termo nasce a partir de um lapsos, ou mesmo ato falho, quando Lacan, ao remeter ao *Vocabulário de psicanálise* de Laplanche e Pontalis, acaba dizendo *Vocabulário de filosofia* de Lalande, filósofo que escreveu um importante vocabulário de filosofia na França. Ocorreu uma fusão entre o artigo (*la*) e o substantivo (*langue*) que resultou em *lalangue*. Deste modo, na lição de 4 de novembro de 1971, no *Seminário O saber do psicanalista* (1971-2/2016) surge o conceito *lalangue*, que valoriza a homofonia e não tem qualquer compromisso com o valor gramatical, já que “serve para coisas inteiramente diferentes da comunicação” (LACAN, 1972-3/1998, p. 188).

Miller define *lalangue* da seguinte maneira: “É a fala antes de seu ordenamento gramatical e lexicográfico. Trata-se, certamente também, do questionamento do conceito da fala, concebida, agora, não como comunicação, mas como gozo.” (MILLER, 2000, p. 101). Deste modo é que *lalangue* não está comprometida nem com o significado nem com o sentido das palavras, mas sim com o gozo (MILLER, 1996-7/1998, p. 72).

Se, no primeiro paradigma, o gozo não procedia da palavra nem da comunicação, de modo que significante e gozo não se articulavam, agora a fala será concebida como gozo. *Lalangue* é o gozo da palavra, o que é o mesmo que dizer que palavra é gozo.

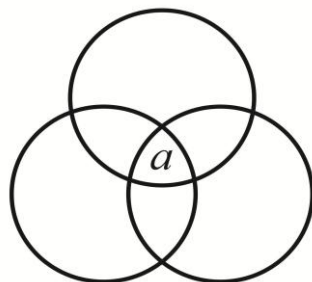
No *Seminário, livro 22: RSI* (1974), Lacan localiza o objeto *a* na região de interseção entre o real, o simbólico e o imaginário, de maneira que o objeto *a*, ao mesmo tempo que participa dos três registros, mantém um lugar êtimo em relação à cadeia. Esta posição de extimidade é o que põe a cadeia em movimento. Deste modo, “o objeto *a* funciona como um verdadeiro motor da estrutura, como causa da própria estrutura do desejo”. (COUTINHO-JORGE, 2008, p. 140).

Abaixo apresentamos uma ilustração da localização do objeto *a* no ponto de interseção entre os três registros da cadeia borromeana.

---

assim, ele só tem que ver um bebê (...)” (LACAN, 1974/1978, p. 104-147). Agora a citação em francês: “Je fais lalangue parce que ça veut dire lalala, la lallation, à savoir que c’est un fait que très tôt l’être humain fait des lallations, comme ça, il n’y a qu’à voir un bébé [...]”. In: *Italie Lacan*. Milan: La Salamandra. (LACAN, 1974/1978, p. 104-147.).

<sup>6</sup> Mantivemos a versão no português para o termo *lalangue*, pois se trata de uma citação.



Como o objeto *a* participa de cada um dos registros, podemos circunscrever as várias facetas deste objeto, a imaginária, a simbólica e a real. Isso só é possível pela posição de extimidade em relação à cadeia. No entanto, a dimensão do objeto *a* que ganha ênfase é a do real, que o situa enquanto objeto causa de desejo. Não por acaso se afirma que *Das Ding* é o antecedente lógico da teorização lacaniana acerca do objeto *a*.

Pudemos acompanhar as mudanças conceituais no ensino de Lacan girando ao redor da primazia dada a cada um dos três registros: imaginário, simbólico e real. Se, no início do ensino, a primazia foi do imaginário, depois ela passou para o simbólico, e já ao final do ensino de Lacan a ênfase recaiu sobre o real. (COUTINHO-JORGE, 2008, p. 95).

#### 2.4 – O objeto dos objetos

A posição do objeto *a* no lugar do próprio nó onde os três registros da realidade psíquica se entrelaçam permite sua participação em cada um dos registros. Deste modo, é possível afirmar que o “objeto *a* tem várias roupagens imaginárias tecidas para cada sujeito por intermédio dos significantes do Outro, tributários das inserções históricas de cada um” (CATÃO, 2009a, p. 129). Assim é que o sujeito faz consistir uma realidade psíquica pela construção de um véu que produz o enodamento entre o simbólico e o imaginário para recobrir o real.

Devemos, no entanto, enfatizar que a dimensão mais importante é a do estatuto real, que confere sua ex-sistência. Pelo pertencimento ao registro real, o objeto *a* não se



reduz à imaginarização nem à significantização. A especificidade do objeto *a* corresponde ao que Miller (2007) denominou de “topologia elementar de Lacan”:

A construção topológica elementar de Lacan é o resultado de construir um objeto chamado não especularizável. Assim como privilegiou o especular, Lacan inventa o não especularizável, partindo de que o objeto normal visto no espelho se inverte, sofre uma inversão de simetria – a esquerda se torna direita e vice-versa (...). Partindo disto, Lacan põe em jogo e chama não especular a um objeto inorientável (MILLER, 2007, p. 103-4).

“É a esse objeto inapreensível no espelho que a imagem especular dá sua vestimenta. Presa capturada na rede da sombra, e que, despojada de seu volume que enche a sombra torna a estender o engano cansado desta última com ar de presa.” (LACAN, 1960a/1998, p. 832). Este objeto inapreensível, inorientável, nomeado de pequeno *a*, pode vir a ser capturado numa imagem *i* (*a*). “No campo visual, assinala Lacan, o objeto *a* é o mais recoberto e normalmente o mais desapercibido de todos os campos que se enumeram em função dos objetos.” (MILLER, 2007, p. 104).

Em sua álgebra, Lacan escreve o objeto do desejo como *i* (*a*), em que “*i*” representa os atributos ou as qualidades do objeto, isto é, iscas para o desejo; os parênteses circunscrevem a margem do gozo que os furos do corpo situam e a sua “causa”, seu incorpóreo centro – de êxtase e horror. (VIEIRA, 2008, p. 57).

No entanto, ao mesmo tempo que este objeto se presta a se fazer de “presa capturada na rede” imaginária, constitui-se como um obstáculo à imagem especular. “O objeto que chamei de pequeno *a* é, com efeito, apenas um único e mesmo objeto. Eu lhe atribuí o nome de objeto em razão do seguinte: o objeto é *ob*, obstáculo à expansão do imaginário concêntrico, isto é, englobante” (LACAN, 1975-6a/2007, p. 83).

A origem do objeto *a* é localizada por Lacan no caos anterior à constituição da imagem especular, sendo, portanto, possível afirmar que o objeto *a* não se dobra a nenhuma imagem especular nem a qualquer representação. (BARANGER, 1994a, p. 130). “O *a*, que é o resto, o resíduo, o objeto cujo status escapa ao status do objeto derivado da imagem especular, isto é, às leis da estética transcendental. Seu status é tão difícil de articular, que foi por aí que entraram todas as confusões na teoria analítica.” (LACAN, 1962-3/2005, p. 50). Na operação de constituição de um corpo, quando um corpo fragmentado ganha unidade, algo resta, o que cai dessa operação é o objeto *a*.

O objeto *a* antecede também a instauração dos objetos comuns. Lacan destaca que as diversas formas de incidência do objeto *a*, que iremos apresentar mais à frente, são “objetos anteriores à constituição do status do objeto comum, comunicável, socializado. Eis do que se trata no *a*.” (LACAN, 1962-3/2005, p. 103).

Vimos que a constituição do objeto *a* antecede a formação da imagem especular e a constituição do objeto comum. Além disso, o objeto *a* também é anterior à constituição do sujeito. “A função do objeto cedível como objeto separável veicula, primitivamente, algo da identidade do corpo, antecedendo ao próprio corpo quanto à constituição do sujeito.” (LACAN, 1962- 3/2005, p. 341). O objeto *a* também antecede o sujeito; Lacan confere a ele o estatuto de suplente na posição de precedente.

O *a*, aqui, é o suplente do sujeito – e suplente na posição de precedente. O sujeito mítico primitivo, postulado no início como tendo que se constituir no confronto significante, nós nunca o apreendemos, por razões óbvias, porque o *a* o precedeu, e é como marcado, ele próprio, por essa substituição primitiva que ele tem que reemergir secundariamente, para além de seu desaparecimento. (LACAN, 1962-3/2005, p. 341).

Lacan afirma: “esse objeto *a*, em certo sentido, eu o inventei” (LACAN, 1968-9/2008, p. 45). Foi a partir da experiência do autor enquanto analista e da releitura do texto freudiano que o conceito foi formalizado. Lacan afirma que “o objeto *a* é efeito do discurso analítico e, nessas condições, o que digo dele é apenas esse próprio efeito” (1968-9/2008, p. 45). Além disso, Lacan retoma o conceito de objeto perdido de Freud para extrair consequências sendo possível afirmar que o objeto *a* consiste em um “objeto primordial do gozo, elaborado seguindo o rastro do objeto perdido freudiano” (MALEVAL, 2002, p. 98). Inclusive, devemos destacar que, o conceito de objeto *a* engloba a noção freudiana de objeto perdido, mas um não se reduz ao outro (MALEVAL, 1998, p. 70), sendo o objeto perdido freudiano apenas uma das facetas do objeto *a* lacaniano (CATÃO, 2009).

No *Seminário “A angústia”* (1962-3/2005), Lacan elabora o conceito de objeto *a*. A que se deve a escolha pela formulação do objeto *a* exatamente no seminário dedicado à angústia? “Se ele [objeto *a*] se inscreve no âmbito de um seminário que intitulei de “A angústia”, é por ser essencialmente por esse meio que se pode falar dele, o que também quer dizer que a angústia é sua única tradução subjetiva” (LACAN, 1962-3/2005, p. 113). A angústia configura-se, portanto, como via de acesso à dimensão do objeto *a* na

medida em que é sua tradução subjetiva. “Trata-se, por meio da angústia, de seu fenômeno, bem como do lugar que lhes ensinarei a designar como sendo o dela, trata-se de aprofundar a função de objeto na experiência analítica” (LACAN, 1962-3/2005, p. 53). Desta forma é que “toda vez que vocês estão angustiados (...) há um objeto *a* por trás” (BROUSSE, 2008, p. 67).

É preciso frisar que a concepção de angústia em Lacan difere daquela adotada por Freud. Em “Inibição sintoma e angústia” (1925b/1996), Freud formula que a angústia desempenha uma função de sinal em relação à perda de um objeto. Já para Lacan, a angústia “é um sinal relacionado com o que se passa em termos da relação do sujeito com o objeto *a*” (LACAN, 1962-3/2005, p. 98).

Com a formulação lacaniana sobre a angústia, introduz-se a função da falta de forma duplicada: “[A]ngústia não é sinal de uma falta, mas de algo que devemos conceber num nível duplicado, por ser a falta de apoio dada pela falta” (1962-3/2005, p. 64). Não se trata de algo que venha a faltar, mas sim do medo de que a falta falte. “[N]ão se trata de perda do objeto, mas de presença disto: de que os objetos não faltam.” (LACAN, 1962-3/2005, p. 64). A angústia está relacionada à falta da falta, o que leva Lacan a formular que a angústia *não é sem objeto*. (LACAN, 1962-3/2005, p. 101).

E, para abordar a relação do sujeito com o objeto, da qual a angústia é sinal, é preciso inscrever o apagamento do sujeito como condição.

Digo que é um sinal relacionado com o que se passa em termos da relação do sujeito com o objeto *a*, em toda a sua generalidade. O sujeito só pode entrar nessa relação na vacilação de um certo *fading*, vacilação que tem sua notação designada por um *S* barrado. A angústia é um sinal de certos momentos dessa relação (LACAN, 1962-3/2005, p. 98).

Lacan articula a experiência da angústia com o estranho (*unheimlich*), de modo que “a aurora de um sentimento de estranheza (...) é a porta aberta para a angústia” (LACAN, 1962-3/2005, p. 100). É preciso circunscrever que este termo alemão (*unheimlich*), que o autor buscou em Freud (1919/1996), evoca a ambiguidade em que algo pode ser íntimo e familiar e, simultaneamente, causar estranheza. Eis aí o paradoxo ao qual o termo *unheimlich* se refere, delineando o familiar e o estranho, ao mesmo tempo.

Já apresentamos que objeto *a* é o que resulta da operação de constituição de um corpo. Esta dimensão de resto aponta para o que se arranca do corpo. Trata-se do que é da ordem do *pathos* de um corte, de uma “separação” (*sépartition*) (LACAN, 1962-3/2005, p. 259). “Esse objeto *a*, como cortado, presentifica uma relação essencial com a separação como tal.” (LACAN, 1962-3/2005, p. 235).

Lacan retoma a formulação freudiana de que a anatomia é o destino para valorizar a função de corte. Com isso, recorre ao sentido etimológico da palavra anatomia:

se torna verdadeira se atribuirmos ao termo “anatomia” seu sentido estrito e, digamos, etimológico, que valoriza a ana-tomia, a função do corte. Tudo o que sabemos de anatomia está ligado, de fato, à dissecação. O destino, isto é, a relação do homem com essa função chamada desejo, só adquire toda a sua animação na medida em que é concebível o despedaçamento do corpo próprio, esse corpo que é o lugar dos momentos de eleição de seu funcionamento. (LACAN, 1962-3/2005, p. 259).

É a função do corte que imprime o caráter cedível ao objeto. Lacan enfatiza que “esse caráter de objeto cedível é uma característica tão importante do *a*” (Lacan, 1962-3/2005, p. 340), e nos oferece o exemplo da fotografia que torna a imagem do corpo cedível.

a possibilidade de desligar do corpo a imagem, isto é, sua imagem especular, a imagem do corpo, e de reduzi-la ao estado cedível, sob a forma de fotografias, ou mesmo de desenhos: conota o choque, a repugnância ou o horror provocados na sensibilidade pelo surgimento totalmente repentino desse objeto, e de uma forma a um tempo indefinidamente multiplicável e passível de ser espalhada por toda a parte – com a recusa a deixar que se retenha essa imagem. (LACAN, 1962-3/2005, p. 343).

Uma característica, senão a mais importante, deste objeto nomeado pequeno *a* consiste em ser produto de uma operação, “parte da nossa carne, um pedaço e, portanto, uma parte, jamais será um todo. Trata-se de um objeto escondido, separado, inerte.” (BROUSSE, 2008, p. 68). Este objeto que assume a função de resto e dejetivo é um pedaço carnal arrancado do corpo, o que leva Lacan a pôr em “destaque conceitualmente o incorpóreo do objeto” (VIEIRA, 2008, p. 54). Não estamos abordando um objeto corporal, e sim um objeto que é extraído do corpo.

Pelo lugar de resto é que o objeto *a* faz operar a função causa de desejo. É preciso, portanto, diferenciar esta função daquela chamada de intencionalidade. (LACAN, 1962-3/2005, p. 114-5).

não deve ser situado em coisa alguma que seja análoga à intencionalidade de uma *noese*. Na intencionalidade do desejo, que deve ser distinguida dele, esse objeto deve ser concebido como causa do desejo. Para retomar minha metáfora de há pouco, o objeto está atrás do desejo. (LACAN, 1962-3/2005, p. 114-5).

O objeto *visado* pelo desejo, à frente do desejo, seria o objeto da intencionalidade. O objeto *a* põe em causa o desejo por se situar atrás. (LACAN, 1962-3/2005, p. 114-5) O “objeto intenção” situaria seu valor no nível consciente enquanto o “objeto causa” estaria escondido e seria desconhecido pelo sujeito. (MILLER, 1996a, p. 34). A dimensão de causa de desejo rompe com qualquer intencionalidade do plano da consciência.

Como já vimos, o objeto *a* é um pressuposto anterior tanto à constituição do sujeito quanto à dos objetos comuns e também à imagem especular. É, portanto, “objeto dos objetos” (LACAN, 1962-3/2005, p. 236). Trata-se, pois, de uma exterioridade que precede qualquer interiorização. Aí reside sua função de causa de desejo. Assim, “é a ideia de um exterior de antes de uma certa interiorização, que se situa em *a*, antes que o sujeito, no lugar do Outro, capte-se na forma especular, em *x*, forma esta que introduz para ele a distinção entre o eu e o não-eu” (LACAN, 1962-3/2005, p. 115). “É a esse exterior, lugar do objeto, anterior a qualquer interiorização, que pertence a ideia de causa.” (LACAN, 1962-3/2005, p. 116).

Porque o objeto *a*, “objeto dos objetos”, foi denominado por uma letra? Para Lacan: “A notação algébrica tem por fim, justamente, dar-nos um posicionamento puro da identidade, já tendo sido afirmado por nós que o posicionamento por uma palavra é sempre metafórico.” (LACAN, 1962-1963/2005, p. 98). Brousse (2008) explica que, com a algébrica, Lacan busca romper com os sentidos, significações e metáforas que as palavras veiculam.

Eidelsztejn (1995), ao abordar a topologia do objeto *a*, chega a afirmar que este objeto ocupa um lugar semelhante ao da letra *x* na matemática, que indica uma incógnita. Por isso que denominar o objeto por uma letra consiste num manejo de

“índole algébrica”, que tem por objetivo nominar o que é inominável. (EIDELSZTEIN, 1995, p. 22).

O uso da letra é uma tentativa de não subsumir este objeto ao significante. Vieira afirma que Lacan busca reduzir o sentido de modo a “evitar que se dê excessivamente corpo a um ser de essência tão paradoxal, reserva[ndo] para ele apenas uma letra e o batiza[ndo], nesse seminário, objeto *a*” (VIEIRA, 2008, p. 54).

Para Lacan, a “notação algébrica” tem por função fazer com que um objeto tenha reconhecimento de identidade por uma escritura sem articulá-la a um significante. “O sujeito é causado por um objeto que só é notável por uma escritura, e é assim que um passo é dado na teoria.” (LACAN, 1974-5/Lição de 21/01/1975. Inédito).

A escritura do objeto *a* será articulada à topologia do nó borromeano no seminário sobre Joyce. O nó borromeano vem sustentar um osso, ou, mais precisamente, um *ossobjeto* (*osbjet*), nome dado ao objeto pequeno *a*.

É isso que caracteriza efetivamente a letra com que faço acompanhar esse *ossobjeto*, a saber, a letra pequeno *a*. Se reduzo esse *ossobjeto* a esse pequeno *a*, é precisamente para marcar que a letra, nesse caso, apenas testemunha a intrusão de uma escrita como outro [*autre*] com um pequeno *a*. (LACAN, 1975-6a/2007, p. 141).

Mais adiante, no mesmo seminário, Lacan destaca a diferença entre escrita e significante. “A escrita em questão vem de um lugar diferente daquele do significante” (LACAN, 1975-6a/2007, p. 141).

Estamos nos referindo à nomeação dada por Lacan a este “objeto dos objetos”, então chamado de objeto *a*. Para tanto, é importante lembrar que o objeto atrelado à letra indica o não articulável, a não inscrição no significante. No entanto, a palavra ‘objeto’ pode sugerir uma metonímia de significações. Eis então que Lacan distingue objetividade de objetividade, circunscrevendo de um lado os objetos comuns, compartilháveis, e de outro o “objeto dos objetos”, o objeto *a*. Afinal de contas, “aquilo de que temos que falar mediante o termo *a* é, justamente, um objeto externo a qualquer definição possível de objetividade” (LACAN, 1962-3, p. 99). É preciso definir “a objetividade como correlato de um *pathos* de corte” (RUEDA, 2008, p. 226).

Para apontar a especificidade deste objeto pequeno *a* que não entra numa relação de trocas, Lacan é categórico ao afirmar que “[t]odo objeto, exceto o objeto que chamo

de pequeno *a*, que é um absoluto, concerne a uma relação” (LACAN, 1975-6a/2007, p. 116).

Como incide a particularidade inerente ao objeto *a* em relação aos chamados objetos comuns? Podemos apontar para o fato de que este objeto participa da cena da angústia. “A fórmula retorcida, ‘não sem’, indica que o objeto de que se trata não é um objeto normal, um objeto que pertence ao mundo dos objetos comuns – não é homólogo a estes – mas sim um objeto de outro tipo” (MILLER, 2007, p. 120).

A partir da divisão estrutural do conjunto dos objetos em duas classes, formulada no *Seminário 10* (1962-3/2005), é que devemos então delinear cada uma das especificidades dos dois conjuntos. Há uma classe nomeada de objetos comuns, que são do “tipo especular (...) que não são forçosamente pacíficos, objetos de competência, mas também de troca, reconhecíveis e normais, especulares e simbolizáveis” (MILLER, 2007, p. 121). Há também os objetos de outro tipo, que são “anteriores a esta comunidade imaginária, que não estão regulados, mas sim carregados de *Triebregung*, que têm uma carga pulsional” (MILLER, 2007, p. 121).

Quando se propõe a tratar das diferentes formas de objetos, Lacan coloca uma questão: “[P]ois porventura não vemos que a característica ‘parcial’, justificadamente acentuada nos objetos, não é aplicável por eles serem parte de um objeto total, que seria o corpo, mas por só representarem parcialmente a função que os produz?”. E conclui:

Traço comum a esses objetos em nossa elaboração: eles não têm imagem especular, ou dito de outra maneira, alteridade. Isso é o que lhes permite serem o “estofa”, ou, melhor dizendo, o forro, sem no entanto serem o avesso, do próprio sujeito tomado por sujeito da consciência. Pois esse sujeito, que acredita poder ter acesso a si mesmo ao se designar no enunciado, não é outra coisa senão um objeto desse tipo. (LACAN, 1960a/1998, p. 832).

O objeto *a* não fica subsumido ao significante; o objeto *a* não é passível de significantização. Então, como pensar a relação entre o objeto *a* e a cadeia de significantes? Pela via da consistência lógica, verifica-se uma relação de dependência entre o objeto *a* e a cadeia de significantes.

O objeto *a* é um ser, um ser de ficção, que depende da articulação significante. (...) Se é um ser, é um ser que depende da cadeia significante e, precisamente, depende da consistência desta. Eis então

por que Lacan chama o objeto *a* de uma consistência lógica. (MILLER, 1996a, p. 195).

Lacan explica que a função algébrica do objeto *a* “aparece numa espécie de lacuna, de *gap*, de resíduo da função do significante” (Lacan, 1962-3/2005, p. 304). Laurent se apropria da ideia de *gap*, vazio, lacuna, para abordar a relação entre o objeto *a* e a cadeia de significantes. Vejamos a citação:

[O sujeito emerge] por debaixo da cadeia significante, sempre pronto para surgir, para fazer lapsos, para fazer buracos, esquecimentos, e as demais formações do inconsciente (...). [O objeto *a*] também é o vazio que corre sob a cadeia significante. É o vazio que articula os significantes entre si, é o que faz que se salte de um significante a outro; é a intenção de dizer e é o que sempre está contido em um significante. (LAURENT, 2000a, p. 70).

Laurent é categórico em apresentar a ligação entre a cadeia significante e o objeto *a*, ao afirmar que “o pequeno *a* é a forma que permite produzir a cadeia significante” (LAURENT, 2000a, p. 70). O objeto *a* possibilita o encadeamento dos significantes por conta de seu lugar êtimo à cadeia. Sua posição na cadeia lhe autoriza num só golpe a engendrar-la e a participar dos três registros.

Na interseção entre os registros da realidade psíquica, eis aí situado o objeto *a*. Por sua posição de extimidade, é distinto do sujeito, mas não alheio a ele. Por sua topologia, o objeto *a* é simultaneamente exterior e íntimo. Se estamos no campo do que concerne ao sujeito, devemos articular a sua posição. “Trabalhar os objetos *a* nos interessa porque eles orientam o desejo, situando-nos em relação ao desejo do sujeito, aos seus modos de gozo, aos modos de gozo do falasser.” (BROUSSE, 2008, p. 26-27). A posição topológica do objeto *a* enquanto êtimo ao sujeito circunscreve sua função de orientar o desejo fazendo operar os modos de gozo de cada um.

## 2.5 – As formas de incidência do objeto *a*

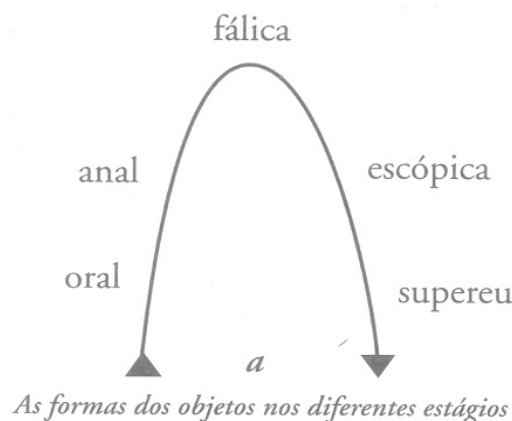
Lacan destaca cinco objetos da pulsão. À lista freudiana composta por seio, fezes e falo, Lacan acrescenta o olhar e a voz, ao formalizar a definição do objeto *a* no *Seminário 10: A angústia* (1962-3/2005). No entanto, no *Seminário 11: Os quatro*



*conceitos fundamentais da psicanálise* (1964a/1998), o falo não mais será apresentado à lista de objetos *a* (PORGE, 2014 & MELMAN, 2009).

Na lição de 19 de junho de 1963, Lacan apresenta um grafo em que os objetos oral, anal, fálico, escópico e invocante aparecem como as possíveis semânticas para os objetos *a*.

Abaixo, a ilustração do grafo.



O grafo tem início no objeto oral, em que o seio sustenta a função do desmame. Sem ser representado enquanto objeto do Outro, o seio é tomado pela criança como parte dela mesma. “O seio não é do Outro, não é o vínculo a ser rompido com o Outro, mas é, no máximo, o primeiro sinal desse vínculo.” (LACAN, 1962-3/2005, p. 356). No entanto, isso não nos autoriza a supor que o seio produziria uma relação absoluta e completa com o Outro, já que “falta ao objeto primário que chamamos de seio uma ligação plena com o Outro” (LACAN, 1962-3/2005, p. 356).

É preciso esclarecer que nem o nascimento nem o desmame permitiria ao sujeito aceder à condição de separação do Outro materno. No que se refere ao nascimento, o que está em jogo “não é a separação da mãe, mas a própria aspiração de um meio intrinsecamente Outro” (LACAN, 1962-3/2005, p. 535). E, em relação ao desmame, Lacan adverte que “não é verdade que a criança seja desmamada. Ela se desmama” (LACAN, 1962-3/2005, p. 355). Lacan dá ênfase a um desejo de desmame por parte da criança apontando para a sua posição ativa, que, inclusive, aparece na brincadeira de soltar e pegar o seio, podendo, inclusive, vir a recusá-lo.

O objeto anal institui uma dinâmica que põe em cena a demanda no campo do Outro. No que se refere ao objeto oral, é possível dizer que o sujeito “se desmama”, ele solta o objeto. Em relação ao objeto anal, trata-se de um objeto cujo abandono será comandado pela demanda do Outro.

A função do objeto *a* que o objeto anal nos permite fazer, na medida em que ele se revela o primeiro suporte da subjetivação na relação com o Outro, ou seja, aquilo em que ou através de que o sujeito é inicialmente solicitado pelo Outro a se manifestar como sujeito, sujeito de pleno direito. (LACAN, 1962-3/2005, p. 356).

Nesta dinâmica, o Outro é o agente que orienta o sujeito a ceder o objeto num determinado registro, seja ele cultural ou fenomenológico. O primeiro registro vai delinear as diversas formas e horários para a liberação das fezes dependendo da cultura. O segundo registro vai apontar para a torção produzida pelo sujeito, para quem, no momento mesmo em que se submete a uma ordem do Outro, as fezes passam a ser um objeto agalmático, transformado em dom. Aqui, Lacan retoma Freud para destacar a função de oblatividade, que consiste em um reviramento em que a ordem advinda do Outro, puro capricho do Outro, é transformada em função de dádiva, em função de dom.

Agora vamos apresentar o objeto falo e, de início, é preciso destacar que não há para este objeto qualquer suporte corporal. No entanto, no que se refere aos outros dois objetos, o seio e as fezes, é possível constatar uma nítida ligação com as zonas erógenas. Tem-se ainda outra questão sobre a especificidade do falo. Se, na teoria lacaniana, o falo consiste em um significante – um significante particular cuja missão é conferir significação à cadeia de significantes –, como designá-lo enquanto objeto *a* que, por definição, faz exceção ao significante?

Vale destacar um período do ensino de Lacan em que o falo estava restrito à função de significante, não sendo possível concebê-lo enquanto objeto. Devemos, no entanto, esclarecer que esta formulação é anterior ao advento do objeto *a*.

O falo é aqui esclarecido por sua função. Na doutrina freudiana, o falo não é uma fantasia, caso se deva entender por isso um efeito imaginário. Tampouco é, como tal, um objeto (parcial, interno, bom, mau etc.), na medida em que esse termo tende a prezar a realidade implicada numa relação. É menos ainda o órgão, pênis ou clitóris, que ele simboliza. (...) Pois o falo é um significante, um significante cuja função, na economia intra-subjetiva da análise, levanta, quem sabe, o véu daquela que ele mantinha envolta em mistérios. Pois ele é o

significante destinado a designar, em seu conjunto, os efeitos de significado, na medida em que o significante os condiciona por sua presença de significante. (LACAN, 1958/1998, p. 696-7).

O falo confere significação ao encadeamento significante de modo a ordenar os processos de deslocamento (metonímia) e condensação (metáfora) a partir de sua marca singular que traz a falta de objeto, falta de significante. “A chave da significância do falo é aquela da falta do objeto, e que esta sempre é redutível a uma falta de significante” (LEGUIL, 2008, p. 122). É fundamental articular a potência do falo e a falta. “O falo, ali onde é esperado como sexual, nunca aparece senão como falta, e é essa sua relação com a angústia. Tudo isso significa que o falo é chamado a funcionar como instrumento de potência.” (LACAN, 1962-3/2005, p.293). A condição de falta é justamente onde se inscreve a potência do falo.

O falo funciona em toda parte, numa função mediadora, exceto onde é esperado, ou seja, na fase fálica. É essa carência do falo, presente e identificável em todos os outros lugares, não raro para nossa grande surpresa, é o esvaecimento da função fálica no nível em que se espera que o falo funcione, que constitui o princípio da angústia de castração. Daí (-  $\phi$ ), a notação, que denota essa carência, digamos, positiva. (LACAN, 1962-3/2005, p. 283).

Neste período do ensino de Lacan, o falo ainda está incluído na série com os objetos *a*. Momento em que o falo “indica a falta em nível sexual, a falta de mediação genital entre o homem e a mulher. Ele é o que faz obstáculo à relação sexual.” (PORGE, 2014, p. 66).

Queremos lembrar que já apresentamos duas questões que afastam o objeto fálico da categoria objeto *a*. Voltamos a este ponto para destacar que, no *Seminário 11*, Lacan retira o falo dos objetos pulsionais. (PORGE, 2014 & MELMAN, 2009).

Inclusive vale a pena citar que Melman (2009) critica a lista lacaniana com cinco elementos:

A enumeração dessa lista estranha dos objetos ditos *a* por Lacan, que não nos permite de modo algum saber por que os chama assim, nem afinal como eles se instalam. Se prestarem atenção um pouco nos seus Seminários, nos seus Escritos, terão a surpresa de ver que há momentos em que ele hesitou um pouco a propósito do que ele chama de (-  $\phi$ ), isto é, o que é subtraído da forma humana sob a forma do pênis, disposição que nesse momento não desenvolvo, não é o

essencial, mas que, em todo caso, ele secundariamente descartou. (MELMAN, 2009, p. 85-86).

Passemos agora aos dois outros objetos que Lacan incluiu à lista freudiana: o olhar e a voz. É interessante destacar que foi a experiência clínica da psicose, a partir do delírio de observação e dos fenômenos de autismo mental (nomeado assim por Clérambault), que fez Lacan incluir os objetos olhar e voz à lista freudiana. É por isso que Porge (2015) diz que Lacan elevou as vozes da psicose ao estatuto de voz, enquanto pequeno *a*: “Lacan parte, portanto, das vozes na psicose para retornar com a voz como objeto *a*.” (PORGE, 2015, p. 26).

Foi exatamente no *Seminário, livro 06: O desejo e sua interpretação* (1958-1959), de 20/05/1959, que Lacan isolou a voz como objeto *a*. Enquanto o mesmo se deu em relação ao olhar no *Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* em 1964 (PORGE, 2015). Verificamos que a voz antecedeu o olhar na entrada para a lista de objetos *a*. Para Lacan, voz e olhar não são disjuntos e, como nos diz Brousse (2008), Lacan elabora um apoiando-se no outro.

Estes dois novos objetos só puderam ser incluídos na lista dos objetos freudianos porque marcaram um corte com a trajetória desenvolvimentista atrelada aos objetos da pulsão. Não há estágio escópico nem estágio vocal, de modo que foi a psicanálise estruturalista de Lacan que permitiu aos objetos voz e olhar serem designados como objetos *a* (MILLER, 1989). Inclusive, Porge nos oferece o esclarecimento importante de que, “se Lacan fala de ‘estágio’, é um modo de dizer que a estrutura tem uma dinâmica” (PORGE, 2014, p. 66).

Para entendermos de que dinâmica se trata, vamos nos reportar à formulação proposta por Lacan no *Seminário, livro 13: O objeto da psicanálise* (1965-6b), em que aponta para o que ele nomeou de “conexões” entre os objetos *a*, explicando que “nenhum elemento pode ter a função de objeto *a* se não é associável a outros objetos no que se chama uma estrutura de grupo” (LACAN, 1965-1966b, sessão de 1º de junho de 1966. Inédito).

É bem interessante lembrar que a linguagem, a clínica e a literatura nos presentearia com exemplos das conexões entre os objetos. Encontramos expressões do tipo: “comer com os olhos”, “beber as palavras de alguém”. É no sonho do homem dos ratos que no lugar dos olhos da filha de Freud aparecem as fezes. Quanto à literatura, tem-se a

*História do Olho* de Georges Bataille, com variações que incluem o olho que escuta ou mesmo a orelha que vê. (PORGE, 2014).

Voltemos a abordar a especificidade de cada objeto. A estrutura do grupo inclui quatro objetos: o seio, as fezes o olhar e a voz. Lembrando que, desde o *Seminário 11*, o falo não participa mais deste conjunto nomeado de objeto *a*. A estrutura de grupo, representada no grafo, aponta para a “constituição circular do objeto” (LACAN, 1962-3/2005) e rompe com qualquer lógica desenvolvimentista, já que aí incidem as intervenções da demanda e do desejo no campo do sujeito em relação ao Outro.

No *Seminário, livro 13: O objeto da psicanálise*, nas sessões de 27 de abril e de 1º de junho de 1966, estes objetos são situados em duas vertentes, a do desejo e a da demanda. O seio é demanda ao Outro; as fezes, demanda do Outro. Enquanto o olhar é desejo ao Outro e a voz é desejo do Outro. Esta categorização, em que se articula desejo e demanda ao/do Outro à particularidade de cada objeto, é o que caracteriza a estrutura de grupo. Isto posto, vale enfatizar o que Porge definiu como “a posição privilegiada da pulsão invocante” (PORGE, 2014, p. 67) na medida em que ela “é a mais próxima da experiência do inconsciente” (1964a/1998, p. 102). Além do que devemos ressaltar que em “nenhum outro ponto o sujeito está mais interessado no Outro que pela voz” (LACAN, 1968-9/2008).

No *Seminário Os quatro Conceitos fundamentais da psicanálise* (1964a/1998), para abordar a pulsão escópica Lacan faz referência à obra póstuma de Merleau-Ponty, nomeada *O visível e o invisível*. Para Lacan, o ponto fundamental desta obra é a “dependência do visível em relação àquilo que nos põe sob o olho do que vê” (1964a/1998, p. 73). A existência de algo anterior ao olho faz do olho uma metáfora do *empuxo* daquele que vê. De modo que está colocada a “preexistência de um olhar – eu só vejo um ponto, mas em minha existência sou olhado de toda parte” (1964a/1998, p. 73). De modo que há uma anterioridade que marca a “preexistência, ao visto, de um dado-a-ver” (1964a/1998, p. 75) que diferencia a função do olho e do olhar. Algo é dado a ver àquele que vê. “O olho e o olhar, esta é para nós a esquizo na qual se manifesta a pulsão ao nível do campo escópico.” (1964a/1998, p. 74). Eis aí uma cisão entre o que se vê e o olhar.

A pulsão escópica coloca em cena o se fazer olhar, de ser visto onde não se pode ver, uma vez que o olhar aponta para o fato de que o olho não consegue tudo abarcar no campo da visão, quer dizer, que o olho não pode tudo ver.

Uma vez que o sujeito tenta acomodar-se a esse olhar, ele se torna, esse olhar, esse objeto punctiforme, esse ponto de ser evanescente, com o qual o sujeito confunde seu próprio desfalecimento. [...] de todos os objetos, o olhar se especifica como inapreensível. É por isso que ele é desconhecido (...) e por essa razão que o sujeito consegue simbolizar (...) seu traço evanescente na ilusão da consciência de ver-se vendo-se, em que o olhar se elide (LACAN, 1964/1985, p. 83).

O olhar e a voz são incluídos por Lacan na lista freudiana de objetos da pulsão. Esta escolha se deve ao caráter específico destes dois objetos que, em articulação, são fundamentais para a constituição do sujeito. Ainda assim, neste processo, a voz ganha destaque. “No estádio do espelho, por exemplo, a voz da mãe é aquilo sobre o que se apoia o bebê para reconhecer a imagem refletida como sua. A voz é que ratifica o olhar.” (CATÃO, 2009b, p. 200).

Inês Catão (2009a, p. 173), ao citar Bentata, aponta para a particularidade da escuta da voz de uma mulher, pois a voz aponta para a castração. Em seguida, Catão aponta para a voz da mãe endereçada ao seu filho. Eis aí um tempo da constituição do sujeito. “O irresistível chamamento da voz da mãe seduz o bebê a encobrir a falta materna, no sentido de que ambos sejam um só e mesmo corpo, completo.” (CATÃO, 2009a, p. 173). E a resposta do bebê a esta voz é o que Lacan chamará de insondável decisão do ser.

Para abordar o tema da voz nos serviremos da mitologia, pois, para Lacan, em “Televisão”, “o mito é a tentativa de dar forma épica àquilo que opera na estrutura”. (LACAN, 1973/2003, p. 20) Referimo-nos à obra de Homero, mais especificamente ao canto XII de *Odisseia*, que contempla o célebre episódio do encontro de Ulisses com as sereias.

Segundo o relato de Homero, a feiticeira Circe lamenta por deixar seu amante, Ulisses, partir e o adverte sobre os perigos que encontraria na volta à sua terra natal, Ítaca, ao passar pelo rochedo das sereias. Orienta Ulisses de que seria preciso tapar os ouvidos de seus companheiros com cera para que eles não se perdessem e fossem capazes de levá-lo para casa. Além disso, seria necessário que o próprio Ulisses se acorrentasse ao mastro do navio. Só assim poderia escutar a voz das sereias sem se perder, sem morrer. Homero segue os conselhos e escuta a voz da sereia. Não foi o único a realizar tal façanha, sendo precedido por Orfeu.

É preciso explicar que as sereias eram demônios marinhos, cujo corpo era metade em forma de pássaro e metade em forma de mulher, que seduziam os marinheiros para o fundo do mar com suas vozes. Só mais tarde foram caracterizadas com um formato de corpo que seria metade de mulher e a outra metade de peixe.

Em 1946 e 1947, Pablo Picasso interpreta o mito em um quadro: “Ulysses et les sirènes”, em que o herói é representado preso ao barco com seus ouvidos parafusados. Na leitura proposta por Picasso, Ulisses não escutou a voz das sereias. (CATÃO, 2009a).

Vivès (2013) enfatiza que Homero, o autor de Odisseia, fala da voz da sereia e não do canto. Vivès, numa busca cuidadosa da tradução do grego antigo, verificou que Homero, para se referir à voz das sereias, utilizou o termo *phthologgos*, que se refere ao inarticulado, ao indistinto, ao grito. Isso é surpreendente, pois se crê que a voz da sereia seja algo maravilhoso, esplêndido, magnífico, bonito. Trata-se, portanto, da incondicionalidade de um apelo. “Venha a você o saber absoluto. E o saber absoluto para o psicanalista corresponde ao gozo.” (VIVÉS, 2013, p. 21).

Para sobreviver ao chamado da voz da sereia, era preciso tapar os ouvidos. Este ponto é bastante interessante, e a ele retornaremos quando abordarmos a voz na constituição do sujeito.

No *Seminário, livro 10: a angústia*, Lacan (1962-3) se apropria do desenvolvimento de Theodor Reik concernente ao ‘chofar’ para abordar o tema da voz. Chofar, ou shofar, é um objeto da cultura judaica; um chifre de carneiro usado como instrumento de sopro e que faz ouvir um som. O ritual de sua utilização ocorre em momentos específicos que se seguem ao Ano Novo Judaico (Rosh Hashana) e se encerram no dia do Perdão (Yom Kipur). Este período de oito dias é nomeado de Yamim Noraim: dias terríveis.

Jacques Lacan e Theodor Reik se surpreendem com o efeito produzido pelo som do chofar mesmo em ouvintes não judeus.

caráter (...) profundamente comovente e inquietante desses sons. Independentemente da atmosfera de recolhimento, de fé ou mesmo de arrependimento em que eles se manifestem e ressoam, uma emoção inusitada surge pelas vias misteriosas do afeto propriamente auditivo, a qual não podem deixar de comover, num grau realmente insólito, todos aqueles em condições de escutá-los. (LACAN, 1962-3/2005, p. 284).

Este caráter comovente é articulado à estrutura totêmica da religião. Lacan se apoia em estudos de outros analistas e deste modo afirma que o som do chofar corresponderia à voz de Deus, mas sob a forma antiga de animal totêmico. Por isso, trata-se de um gozo anterior à Lei.

Este ponto nos remete ao que Freud (1913) nomeou de origem da humanidade, que, organizada como horda, era reinada por um pai tirano, sendo ele o único a gozar de todas as mulheres. Esta figura assume o lugar de gozo absoluto e o que decorre disso é o lugar de objeto reservado aos demais. É assim que, em resposta a isso, os filhos se reúnem, matam o pai e o comem. É por este ato que os filhos se apropriam dos atributos do pai; assim ocorre a identificação por um mecanismo que Freud nomeou de incorporação. Eis o mecanismo que está na origem do supereu.

O assassinato do pai poderia abrir caminho para o gozo desenfreado; no entanto, o que opera é a instauração da Lei. Eis aí a inauguração do laço social.

O ritual religioso do chofar tem por objetivo a renovação da aliança com Deus, além de rememorar o momento do sacrifício de Abraão (quando, por intervenção de Deus, o objeto de sacrifício desloca do primogênito para o carneiro).

Dois pontos são destacados por Lacan, o som do toque do chofar fazendo equivalência à voz de Deus e o chifre do carneiro relacionado ao animal totêmico. Desta forma, podemos localizar duas dimensões para o som do chofar, a saber: o rugido do pai totêmico e o pacto com a Lei.

Vivès caracterizará o chofar como um “doma-voz”, uma voz que viria apaziguar as “ferozes injunções superegoicas” (VIVÈS, 2012a, p. 56). “Eles sabem, pelo som do chofar, acalmar a cólera de seu criador.” (REIK, *apud* VIVÈS, 2012a, p. 54).

Lacan vai “oscilar do estádio oral para alguma coisa que é a voz, e que sustentei mediante sua evocação sob a forma separada, materializada num objeto, o chofar” (LACAN, 1962-3/2005, p. 283). Lacan, ao abordar o chofar, transita entre o vocal e o oral, e isso se deve ao fato de que o chofar é um objeto que remete ao registro da oralidade e também ao estatuto totêmico. Aqui, vale a pena lembrar da circularidade pulsional apontada pelo grafo, em que o objeto da pulsão invocante toca o objeto da pulsão oral.

Brousse enfatiza que, pelo objeto chofar, é possível demonstrar a voz apartada do significante e da fala. “O símbolo, o Shofar, apresenta a voz de forma exemplar,



separada do significante, de toda fala. Trata-se disto: a voz separada da utilização que dela se faz na fala.” (BROUSSE, 2008, p. 72).

Este apontamento nos remete ao célebre texto de Miller: “Lacan e a voz” (1989), onde a voz é situada pelo autor enquanto uma instância inscrita como terceira entre a função da fala e o campo da linguagem. A fala estaria atrelada ao sentido e à significantização. Neste mesmo texto, Miller explica que a fala liga o a-significar e o significante. A fala faz calar a voz.

A voz indica o que não pode ser dito e, portanto, não se confunde nem com a significação, nem com a fala, nem com o significante e sua articulação (CALDAS, 2007). A voz é isso que resta da operação entre significação e significante. A voz estaria no campo do não sentido. É importante enfatizar que, no grafo do desejo, Lacan localiza a voz do mesmo lado da castração e da enunciação. Voz apartada do sentido e do significante, toca o real na sua dimensão gozosa. Trata-se desse “pedaço de gozo que é a voz” (MONRIBOT, 2002, p. 33).

Miller (1989) esclarece que a voz é toda e qualquer dimensão de toda cadeia significante, seja ela sonora, escrita, visual etc., na medida mesma que designa uma posição para o sujeito.

Segundo Vivès (2012a), a dança, com seu jogo de expressão, o canto gestual do surdo e a caligrafia remetem justamente à estrutura e não a uma modalidade sensorial.

Essa voz do gesto gráfico ou da dança, de qual se pode gozar pelo olho e não pelo ouvido, leva-nos a sustentar, de acordo com Lacan, que a voz não decorre exclusivamente do registro sonoro, podendo-se expressar no campo escópico. De fato isso implica que a voz depende menos de uma boca do que de um corpo, sendo tal dimensão incorpórea da voz (...) (VIVÈS, 2012a, p. 15).

São inúmeras as manifestações da voz: seja no enunciado oral, na dança, na música, na escrita. Inclusive, é igualmente possível falar em voz no surdo-mudo. Vivès nos esclarecerá que se trata de “[u]ma voz que tornaria surdo à significação da mensagem aquele demasiadamente atento ao balé gestual” (VIVÈS, 2012a, p. 13).

Vivès (2012a), além de citar o balé gestual no surdo-mudo, também nos apresenta outros exemplos, tais como o sotaque e a entonação no falante. Se atentarmos somente para estas características, ficamos sem entender a mensagem. A voz é o suporte de uma enunciação. Assim é que Lacan formula em “O Aturdido” (1972/2003): “a voz

desaparece por trás do sentido: que se diga fica esquecido por trás do que se diz no que se ouve”.

A voz, entendida como fenômeno, é múltipla: pode recobrir-se de sentido em uma conversa como fenômeno, dissimulada por detrás do que se diz, ou, como nos oráculos antigos, antecipar-se a ele. Pode equivaler a um gesto, dependendo de como se modula, ou, através do sentido, se articular aos diferentes afetos... A voz é sempre múltipla, se considerada em referência ao sentido. Separada dele, é um objeto, ou seja, um resíduo (...) (BARROS, 2004, p. 13-14).

Caldas (2003) nos esclarece que há um hiato entre um querer dizer e o silêncio como avesso do dito. É neste intervalo que se localiza a voz. Assim, apresentamos a dicotomia entre o dito e o dizer. Se apontamos para o real, o sentido perde lugar, pois a ênfase recai sobre o que não pode ser dito. Caldas esclarece que “a voz não está ligada ao que se diz, mas a que se diga, ou seja, à presença real e corporificada de um falasser” (2003, p. 104). Se rompemos a possível relação entre dizer e sentido, é porque aqui se trata de uma posição discursiva.

Suporte da enunciação discursiva, a voz desaparece atrás do sentido. Este fenômeno que tende a apagar a voz atrás do que se diz é facilmente revelado quando alguém fala. De início, podemos ser captados pelas características da voz (seu sotaque, por exemplo), mas muito rapidamente este processo desaparece logo que prestamos atenção àquilo que é dito. A fala vela a voz. (VIVÈS, 2015a, p. 92).

Caldas dirá que “o objeto voz surge no vazio desenhado pela sonoridade transformada em material significante” (CALDAS, 2007, p. 92).

Gostaríamos de destacar a relação entre dois aspectos aparentemente paradoxais da voz, o fônico e o a-fônico. Sobre este ponto, Heloísa Caldas nos oferece um esclarecimento exemplar:

A voz se articula sobre o fônico, mas seu caráter de objeto decorre justamente do fato de que nesse material se produz um vazio, que faz com que o objeto não se confunda com o material com o qual é produzido. Assim, a voz permanece e emerge a-fônica do material fônico de que é feita, tal como o vaso não é o barro, mas o oco que este cria (...) (CALDAS, 2003, p. 102).

Podemos então afirmar que o oco funda o vaso, assim como a voz modela nosso vazio. Citemos Lacan: “A voz, portanto, não é assimilada, e sim incorporada. É isso que pode conferir-lhe uma função que serve de modelo para nosso vazio.” (LACAN, 1962-3/2005, p. 320).

Em sua relação com o vazio, a voz incorporada pelo sujeito comporta uma dimensão de alteridade no que é dito. A voz é o objeto caído do Outro que cava para o sujeito um vazio que lhe é constitutivo (LACAN, 1962-1963/2005). “A voz responde ao que é dito, mas não pode responder por isso. Em outras palavras, para que ela responda, devemos incorporar a voz como alteridade do que é dito.” (LACAN, 1962-3/2005, p. 300).

A voz, enquanto objeto *a*, recebe uma nova leitura com a conceitualização do nó borromeo que entrelaça os registros do real, do simbólico e do imaginário, com a manutenção de um vazio em seu centro. Este espaço vazio é onde se localiza o objeto *a*. Não havendo, portanto, a primazia de nenhum registro sobre os demais.

Por meio do nó borromeo, os três registros – RSI – se articulam de modo a deixar um vazio em seu centro, espaço onde Lacan situa o objeto *a*. Assim, a voz, como objeto *a*, está situada entre essas três dimensões. Nesse sentido, podemos também falar das três dimensões da voz. Sua vestimenta, o som, dimensão imaginária, enoda os três registros. Quando dizemos, com Lacan, que a voz é disjunta do som, estamos enfatizando sua dimensão real, portanto, vazia. A voz é menos o dito que o querer dizer com que identificamos a enunciação, que jamais se esgota ao fim de um enunciado. Como objeto *a*, a voz é o que impulsiona a enunciação, incita-nos a tecer incessantemente significantes sobre o furo Real (CATÃO, 2009a, p. 174).

O sujeito responde ao real recobrando o simbólico com o véu imaginário, os três registros em pé de igualdade. Com a formalização do nó, situamos, no centro do trançamento dos elos, um vazio onde se localiza o objeto *a*.

## **2. 6 – Objeto *a*: o campo do sujeito e o campo do Outro**

No *Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964/1988), Lacan formaliza as operações de causação do sujeito, a saber: a alienação e a separação. Enquanto a primeira operação, a alienação, aponta para a primazia do

simbólico, a separação, que concluirá o tempo lógico da alienação, implica uma “resposta de gozo” (MILLER, 2000, p. 93).

Lacan afirma que “(...) não é concebível nenhuma relação que gere alienação a não ser a do significante” (LACAN, 1960b/1998, p. 854). E para pensar sobre a primazia do campo do significante, Lacan retorna a Freud ao se remeter às formações do inconsciente.

Conferir essa prioridade ao significante em relação ao sujeito é, para nós, levar em conta a experiência que Freud nos descortinou, a de que o significante joga e ganha, por assim dizer, antes que o sujeito constate isso, a ponto de, no jogo do *witz*, do chiste, por exemplo, ele surpreender o sujeito. Com seu flash, o que ele ilumina é a divisão entre o sujeito e ele mesmo (LACAN, 1960b/1998, p. 854).

O significante é o operador que promove a divisão constitutiva do sujeito. “Produzindo-se o significante no lugar do Outro ainda não discernido, ele faz surgir ali o sujeito do ser que ainda não possui a fala, mas ao preço de cristalizá-lo” (LACAN, 1960b/1998, p. 854).

O sujeito se constitui a partir do Outro, mas “não é o fato de essa operação se iniciar no Outro que a faz qualificar de alienação. Que o Outro seja para o sujeito o lugar de sua causa significante só faz explicar, aqui, a razão por que nenhum sujeito pode ser a causa de si mesmo” (LACAN, 1960b/1998, p. 855).

Para abordar a constituição do sujeito, Lacan (1964/1988) busca suporte na teoria dos conjuntos e associa a alienação à propriedade matemática designada por reunião e, para tanto, se vale do termo latino *vel*. “O *vel* é uma palavra oriunda da lógica e que indica a relação entre dois conjuntos através da conjunção ‘ou’.” (BODSKY, 2006, p. 280). Na célebre escolha entre “a bolsa ou a vida”, está em jogo a escolha chamada forçada entre “o sentido e o ser”. É preciso perder a bolsa para ter a vida, ou perde-se os dois, caso a escolha seja pela bolsa. É, portanto, uma escolha forçada, pois não é possível escolher entre um ou outro, já que se perde uma delas ou as duas.

O Outro primordial, muitas vezes encarnado pela mãe, oferece significantes, pela fala, e o sujeito se submete a um dentre os muitos significantes ofertados. “[O] Outro é o lugar em que se situa a cadeia de significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer.” (LACAN, 1964/1998, p. 193-4).

O sentido dado pelo Outro não recobre o ser do sujeito; há sempre algo que se perde. Trava-se uma espécie de luta entre “vida e morte” de modo que, se a escolha for pelo ser, perde-se o sentido, mas, ao se escolher o sentido, perde-se o ser e produz-se a afânise, o desaparecimento do sujeito. “A alienação consiste nesse *vel* que [...] condena o sujeito a só aparecer nessa divisão que venho, me parece, de articular suficientemente ao dizer que ele aparece de um lado como sentido, produzido pelo significante, do outro ele aparece como *afânise*” (LACAN, 1964/1988, p. 199).

Deste modo, o sujeito nasce numa divisão entre sentido e afânise, entre o deslizamento da cadeia que remete um significante a outro, e o desaparecimento, afânise.

[S]e lhes falei do inconsciente como do que se abre e fecha, é que sua essência é de marcar esse tempo pelo qual, por nascer com o significante, o sujeito nasce dividido. O sujeito é esse surgimento que, justo antes, como sujeito, não era nada, mas que, apenas aparecido, se coagula em significante. (LACAN, 1964/1988, p. 188).

A alienação é “nossa única escolha” (SOLER, 1997, p. 59). Um destino inexorável frente à impossibilidade de escapar do campo da linguagem. A alienação, portanto, concerne a todos na medida em que não há como fugir da incidência da linguagem que nos antecipa.

A segunda operação é nomeada de separação e refere-se ao ponto “onde se fecha a causação do sujeito, para nela constatar a estrutura de borda em função de limite, bem como na torção que motiva a invasão do inconsciente” (LACAN, 1960b/1998, p. 856). A separação possibilita a conclusão do tempo lógico da alienação.

Para efetuar a segunda operação de causação do sujeito, para se separar, “[p]ara se enfeitar com o significante sob o qual sucumbe, o sujeito ataca a cadeia, que reduzimos à conta exata de um binarismo, em seu ponto de intervalo” (LACAN, 1960b/1998, p. 857-8). O sujeito é o efeito da separação de uma cadeia de significantes que lhe subscreve. O sujeito se serve da cadeia de significantes para se engendrar, se produzir, se enfeitar e, desta forma, mantém sua filiação à cadeia de significantes.

Com o suporte da teoria dos conjuntos, podemos afirmar que a separação refere-se à interseção de dois conjuntos, o sujeito e o Outro, o ser e o sentido. Trata-se do recobrimento de duas faltas. Uma produzida pela perda do ser do sujeito inerente à alienação. E a outra falta é aquela que o sujeito verifica nos intervalos do discurso do

Outro, de onde se apreende algo do desejo do Outro. O sujeito surge da falta que produz no Outro, o que significa dizer que o sujeito se localiza na falta no campo do Outro.

Mas o que ele assim preenche não é a falta que ele encontra no Outro, e sim, antes a da perda constitutiva de uma de suas partes, e pela qual ele se acha constituído em duas partes. Nisso reside uma torção através da qual a separação representa o retorno da alienação. É por ele operar com sua própria perda, a qual reconduz a seu começo. (LACAN, 1960b/1998, p. 858).

É no ponto de falta da cadeia significante que o sujeito se defronta com o enigma do desejo do Outro: O que queres? O sujeito responde a esta questão enigmática circunscrevendo sua falta-a-ser na falta no campo do Outro. Mas o sujeito se depara com a impossibilidade de o sentido recobrir todo o seu ser. O sujeito desejante surge na divisão, oscilando entre o sentido e o ser. Deste modo, a separação conclui a operação lógica da alienação, o que significa dizer que temos uma configuração de circularidade em que a separação reconduz à alienação.

Para Lacan, as operações lógicas de causação do sujeito apontam para uma hiância na medida em que as faltas se realizam nos dois campos, do sujeito e do Outro. “A relação do sujeito ao Outro se engendra por inteiro num processo de hiância” (LACAN, 1964/1998, p. 196). Este processo é caracterizado por ser circular, dissimétrico e sem reciprocidade no que se refere à relação entre sujeito e Outro.

O que decorre das operações de alienação e separação é uma perda, o objeto *a*, na medida em que “(...) é na relação do sujeito com o Outro que ele [o objeto *a*] se constitui como resto” (LACAN, 1962-3/2005, p. 128).

Este objeto nomeado pequeno *a* resulta, portanto, da operação de “divisão do Outro pelo sujeito” (VIEIRA, 2005b, p. 10). “É nessa terra de ninguém feita de angústia e êxtase, entre eu e o Outro, que Lacan situa o objeto *a*.” (VIEIRA, 2008, p. 77).

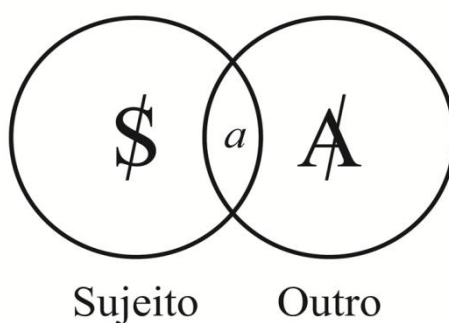
A queda do objeto *a*, objeto causa de desejo, é o que possibilitará a constituição do sujeito enquanto desejante. “Ora, é justamente esse dejetivo, essa queda, o que resiste à ‘significatização’, que vem a se mostrar constitutivo do fundamento como tal do sujeito desejante (...)” (LACAN, 1962-3/2005, p. 193). É preciso que o sujeito consinta em perder algo de si para vir a se constituir. Este objeto perdido e irrecuperável é a função de causa de desejo do sujeito em torno do qual se articula todo circuito pulsional.

Para Miller, haveria um paradoxo em tentar localizar o objeto *a* ou no campo do Outro ou no lado do sujeito. O paradoxo se coloca na medida em que o objeto *a* escapa à significantização. “O objeto *a*, este termo que faz exceção paradoxal — o paradoxo se marca porque não se sabe verdadeiramente de que lado inscrevê-lo entre o sujeito e o Outro” (MILLER, 2005b, p. 24).

No seminário da Angústia (1962-3), é possível verificar que o objeto *a* se localiza ora no campo do sujeito, ora no campo do Outro. Lacan indica a placenta e o seio como vestimentas do objeto *a*. Enquanto o primeiro objeto indica a junção entre o sujeito e o Outro materno, o seio é um objeto que primeiramente será incorporado pela criança e reconhecido como pertencendo a ela, e só depois será representado como objeto externo a ela. Vejamos o que Miller nos diz a esse respeito:

vemos que *a* se encontra ora do lado do sujeito, ora do lado do Outro, ora como amboceptor, cumprindo uma conjunção dos dois. Também se o vê como ectópico ou sob a forma do parasitismo fetal ou inclusive da intrusão do Outro no espaço corporal do sujeito. (MILLER, 2007, p. 107).

Com as formulações das operações lógicas de causação do sujeito (1964), é possível situar o objeto *a* na interseção entre o sujeito e o Outro. Como se trata de duas faltas, a do sujeito e a do Outro, com recurso à teoria dos conjuntos, é uma mesma interseção que representará as duas faltas (Brodsky, 2006).



É possível localizar o objeto *a* no campo da neurose, na interseção entre o sujeito e o Outro, a partir da premissa da queda do objeto. Com a extração do objeto *a*, produz-se uma escansão entre os significantes de modo que o primeiro significante S1 envia a um segundo significante S2 e, assim, institui-se a simbolização do primeiro par de

significantes primordiais. Engendra-se a cadeia de significantes. Com a queda do objeto, a operação de simbolização da falta do Outro se realiza. O Outro é, por definição, estruturalmente inconsistente, mas se trata de verificar se houve para o sujeito a possibilidade de vir a simbolizar esta falta no campo do Outro.

Devemos enfatizar que, enquanto a alienação concerne a todos, o mesmo não se passa com a segunda operação lógica de constituição do sujeito, a separação. Soler nos adverte de que “a separação não é um destino” (SOLER, 1997, p. 62). A separação pode não se efetivar, o que configura o campo das psicoses.

Na psicose, a separação não se realiza e, por consequência, não há a perda fundamental e a queda do objeto *a*. O que não é sem consequências para o sujeito e sua relação com o objeto. Sem a extração do objeto, o psicótico fica demasiadamente próximo a ele.

Se nossa pesquisa tem por objetivo abordar a relação do psicótico com o objeto voz, é fundamental que estejamos avisados da particular relação deste sujeito com o objeto, já que a extração não se realizou.

## 2.7 – A voz na constituição do sujeito

É com Lacan que sustentamos a importância de se pensar a voz na constituição do sujeito:

Tudo o que o sujeito recebe do Outro pela linguagem, diz a experiência comum que ele o recebe como forma vocal. A experiência de casos [...] mostra que existem outras vias que não as vocais para receber a linguagem. A linguagem não é vocalização. Vejam os surdos. [No entanto, há] uma relação que liga a linguagem a uma sonoridade. (LACAN, 2005/1962-1963, p. 298-9).

A linguagem não consegue todo o campo abarcar, algo escapa. Como a voz extrapola ao simbólico, então a linguagem não é vocalização. No entanto, a voz do Outro transmite a linguagem para o *infans*. Devemos, portanto, enfatizar a especificidade inerente ao objeto voz, ele é signo do Desejo do Outro.



Quando se trata da voz, o objeto *a* está diretamente implicado, e isso no nível do desejo. Se o desejo do sujeito se funda como desejo do Outro, este desejo enquanto tal se manifesta no nível da voz. A voz não é apenas o objeto causal [objeto *a* causa de desejo], mas é o instrumento pelo qual se manifesta o desejo do Outro. Este termo é perfeitamente coerente e constituinte, se posso dizer assim, do ponto máximo em relação aos dois sentidos da demanda, seja ao Outro, seja vinda do Outro.<sup>7</sup> (LACAN, 1965-66b, Lição 20 de 01/06/1966).

No *Seminário 24*, em que aborda a pulsão específica do objeto voz, a pulsão invocante, Lacan (1976-7) convida Alain Didier-Weill<sup>8</sup> para falar. Isso se deve ao fato de Lacan reconhecer a importância do trabalho deste psicanalista com a musicalidade presente na relação entre o *infans* e o Outro materno.

Por que será que o campo musical interessa a Lacan? Devemos lembrar que são raros os apontamentos sobre música no ensino de Lacan e por isso mesmo vale destacar que, no *Seminário 20*, quando é abordada a arte barroca, encontramos a seguinte colocação: “Seria preciso, alguma vez – não sei se jamais terei tempo –, falar da música, nas margens.” (LACAN, 1972-1973/1985, p. 158). De que margens se trata é algo que o próprio autor deixa em aberto.

Vejamos, então, o que Alain Didier-Weill tem a nos dizer sobre a música.

Se a música tem por sua conta um real ilimitado que o limite da palavra sequer pode transmitir, significa isto que o homem, quando tomado pela música, cessa radicalmente de estar sob a ascendência da ética transmitida pela palavra? (DIDIER-WEILL, 1976/1997, p. 29).

Assim, retomamos a citação anterior de Lacan, que nos adverte de que a “linguagem não é vocalização”, já que a voz extrapola a linguagem. E a música aponta para este “real ilimitado” que a palavra – e, portanto, a linguagem – não comporta.

---

<sup>7</sup> “O seio é objeto da demanda *ao* Outro, o excremento é o objeto da demanda *do* Outro; o olhar é objeto do desejo *ao* Outro; e a voz é objeto do desejo *do* Outro” (QUINET, 2002, p. 69). O seio e os excrementos se escoram na demanda. O bebê faz uma demanda de seio a sua mãe, é, portanto, do sujeito que parte a demanda que se endereça ao Outro. O que ocorre durante o processo de educação é que a mãe demanda da criança as fezes de presente. Portanto a demanda advinda do Outro vai em direção ao sujeito. Já os objetos olhar e voz situam-se no nível do desejo sem qualquer ligação com o que poderíamos chamar de função fisiológica. É neste sentido que afirmamos que o desejo de olhar aparece em detrimento da necessidade de ver. Já a voz enquanto signo do desejo do Outro aponta para a importância da intervenção do Outro (muitas vezes encarnado pela mãe) na constituição do sujeito.

<sup>8</sup> Alain Didier-Weill foi convidado por Lacan (1976-7) para falar na aula de 21 de dezembro de 1976.

Lacan inclusive anuncia que é pelas margens que devemos falar da música. Penso então que não se trata do campo teórico da música com todo seu rigor conceitual, mas do que a música pode transmitir à psicanálise. Por isso chamaremos de musicalidade em vez de música (Mattos, 2007).

A musicalidade da voz materna opera como via de transmissão da linguagem para o futuro sujeito, pois articula duas funções, a materna e a paterna; trata-se de uma operação que consiste em articular num só golpe o *continuum* e o corte. A musicalidade da voz da mãe foi nomeada de sonata materna por Quignard, lembrando que sonata é um termo do campo musical.

O laço entre a criança e a mãe, o reconhecimento de um pelo outro, depois a aquisição da linguagem materna se criam no seio de uma chocagem sonora muito ritmada datando antes do nascimento, prosseguindo depois do parto, se reconhecendo pelos gritos e vocalizes, depois pelas canções e versinhos, nomes e apelidos, frases repetidas, que coagem, que se tornam ordens. (QUIGNARD, *apud* MATTOS, 2011, p. 71).

Nesta mesma direção, Didier-Weill (1976/1997) afirmará que o bebê recebe a sonata materna pela musicalidade, pelo “canto”, que transmite a continuidade pelas vogais e a descontinuidade através das consoantes, sem qualquer filiação ao sentido ou aos significados.

A música da voz materna faz traço: é ritmo musical que introduz o bebê na alternância presença-ausência do Outro. A primeira manifestação da instância do Outro pré-histórico – *das Ding* – é sua transmissão como ritmo musical. O significante originário é transmitido ao *infans* pelo Outro musical (voz da mãe). Como as palavras da sonata materna não são ainda portadoras de sentido, elas transmitem ao *infans* sua pura significância musical, isto é, uma estrutura sonora feita de diferenças matemáticas diacrônicas e sincrônicas (CATÃO, 2009a, p. 13-14).

Ritmo em que se inscreve a presença e a ausência é a marca do corte que produz descontinuidade no *continuum*. Aí incide a transmissão da linguagem veiculada pela musicalidade da voz da mãe, que também porta a voz do pai.

Devemos, igualmente, nos reportar a Freud (1923/1996), que dirá com contundência que a mãe, enquanto função, dirige a seu bebê os primeiros ditos que são

antes de mais nada marcas acústicas. Em sintonia com esta formulação, Alain Didier-Weill (1976/1997) sustentará a tese de que o traço unário está condicionado à nota da voz da mãe.

Vivès (2012a) enfatiza o papel da voz do Outro materno na constituição do sujeito enquanto transmissor da linguagem, sendo por esta via que ocorre o processo de subjetivação. É desta forma que podemos entender a célebre afirmativa lacaniana de que a pulsão invocante é “a mais próxima da experiência do inconsciente”. (LACAN, 1964/1988, p. 102).

Na esteira da constituição do sujeito, devemos nos reportar à alienação e à separação (LACAN, 1964/1998) para apresentar a tese de Jean-Michel Vivès (2009a) de que, no primeiro tempo, haveria a alienação do bebê à musicalidade da voz da mãe. E o segundo tempo lógico da operação de causação do sujeito, a separação, só seria possível a partir de um ensurdecimento para a voz do Outro, como cicatriz do recalque primário. É o que Jean-Michel Vivès (2009a & 2012a) nomeou de ponto surdo, o qual se obtém a partir de uma metáfora. O ponto surdo é o processo pelo qual o sujeito, ao mesmo tempo, assume e rejeita a voz do Outro, ao longo do processo de recalque originário. Assim nos remetemos aos processos de constituição do psiquismo nos termos freudiano de *Ausstossung e Bejahung*. O sujeito precisa se tornar surdo à voz do Outro para adquirir a própria voz. A constituição da voz enquanto objeto pulsional resultará das operações de alienação e separação, donde se extrai um resto, o objeto *a*.

Num primeiro momento, a musicalidade da voz da mãe convida à alienação, pura continuidade, e, portanto, será necessária outra operação, logicamente posterior, para que se produza um corte donde advirá a separação que resultará na queda do objeto pequeno *a*. Dentre as formas de apresentação do objeto *a*, destacamos a voz .

A voz, enquanto objeto *a*, é este objeto extraído do campo do Outro. (LACAN, 1962-1963/2005). A voz recebe o estatuto de objeto original por se situar no campo da causação do sujeito e, desta forma, remete à relação do sujeito ao próprio âmago do Outro. Por isso se diz que a voz dá notícias de que o Outro não é uma miragem. (LACAN, 1962-1963/2005). Além disso, a voz é considerada objeto essencial na medida em que coloca em cena a relação do sujeito com o desejo do Outro, uma vez que a voz é signo do desejo do Outro.

Na passagem de *infans* a sujeito, há um trabalho. Trabalho que concerne à pulsão invocante de fazer passar de grito à voz, em três tempos: passivo, ativo e reflexivo. O

primeiro tempo é o “ser ouvido”. Momento mítico marcado pela aparição do grito que remete à experiência de desamparo radical. O segundo tempo é o “ouvir”. Momento em que o Outro primordial muitas vezes encarnado pela mãe é convocado a responder ao grito. Aqui nos remetemos ao conceito de “*a posteriori*”<sup>9</sup>, o qual é muito bem aplicado no sentido de que só depois o que houve antes receberá significação. Com a ajuda do tempo verbal futuro do pretérito podemos afirmar que os significantes do Outro terão sido prévios ao sujeito. É a sua própria mensagem de forma invertida que o bebê receberá do Outro. O terceiro tempo é o “se fazer ouvir”. Neste momento da pulsão invocante, é preciso oferecer a voz.

Há algo de radical na pulsão invocante em sua relação com o Outro. O circuito da pulsão invocante exige do sujeito um movimento de ser ouvido, ouvir, e de se fazer ouvir. O terceiro tempo do circuito da pulsão invocante apresenta uma particularidade: seu fechamento não inclui um retorno do trajeto ao sujeito como nas demais pulsões. “Quando abordamos a pulsão escópica, o se fazer ver indica uma flecha que retorna para o sujeito, já o se fazer ouvir se dirige para o outro.” (LACAN, 1964/1998, p. 184). Porge propõe uma leitura muito interessante na qual se inscreve um fechamento que inclui o Outro: “Mais que subscrever a ideia de que ela não se fecha, devido a seu retorno sobre o Outro, proponho dizer que ela se fecha Outramente” (PORGE, 2014, p. 90).

É justamente por incluir o outro, já que não retorna para o próprio corpo do sujeito, que Alain Didier-Weill dirá que a pulsão invocante retorna em pulsão de escuta<sup>10</sup>. Vale apontar que encontramos ressonâncias desta ideia nas afirmativas de Vivès (2009a, 2009b & 2012a) e de Catão (2009a & 2009b) de que a conclusão do circuito pulsional supõe que a criança possa encontrar um Outro não-surdo capaz de escutá-la.

Assoun (1999) dirá que a pulsão invocante supõe *fazer-se voz* para buscar o Outro, enquanto Poizat (1986) destaca a passagem de som puro ao som para. Dito de outro modo, a flecha da pulsão invocante aponta para o Outro na medida em que, para que o grito do bebê tenha endereço, é preciso que alguém o receba e notifique sua

---

<sup>9</sup> Encontramos este esclarecimento acerca da formulação “*a posteriori*” no livro intitulado “*O conceito de sujeito*”, de Luciano Elia (2007).

<sup>10</sup> Esta proposição foi apresentada por Alain Didier-Weill quando foi convidado por Lacan (1976-7) para falar na aula de 21 de dezembro de 1976.

chegada. Desta forma é que, na conclusão do circuito pulsional da invocação, temos uma “voz que procura a voz” (ALENCAR, 1997, p. 354).

A pulsão invocante concerne a dois orifícios do corpo: a boca e o ouvido. Diferentemente do que ocorre com as demais pulsões, que circunscrevem apenas um orifício, qual seja: pulsão oral, a boca; pulsão anal, o ânus; e pulsão escópica, o olho.

É preciso enfatizar a potência dupla dos dois orifícios, do bebê e do outro cuidador. Vivès nos alerta dizendo que: “Ademais, são dois orifícios ‘ao quadrado’, visto que estão implicados a boca e o ouvido do sujeito em devir, mas igualmente o ouvido e a boca daquele que recebe a produção vocal do *infans*”. (VIVÈS, 2015a, p. 87).

Do circuito das pulsões, a invocante apresenta uma peculiaridade. Não há apenas uma zona erógena envolvida, pois engloba o ouvido e o aparelho de produção da voz. Ambos são, por Lacan, denominados de caixa de ressonância. Este aparelho só ressoa em sua nota, em sua própria frequência (LACAN, 1962-1963/2005).

Miller evidencia que “a ressonância é uma propriedade da palavra que consiste em fazer escutar o que ela não diz” (MILLER, 2012, p. 18). Enfatizamos com isso o hiato entre enunciado e enunciação, entre dito e um querer dizer, para articular com a afirmativa lacaniana: “que se diga fica esquecido por trás do que se diz no que se ouve”, (LACAN, 1972, p. 448).

Como a voz se perde por trás da significação atribuída pelo Outro, Laznik (2000) e Vivès (2012a) defendem a tese de que a voz é o primeiro objeto perdido, pois, para que o objeto oral seja de fato objeto, é preciso que se inscreva na formação significante. Desta forma, não seria o seio o primeiro objeto perdido e, sim, a voz.

Para Vivès, a pulsão invocante coloca em cena, além do ouvir, um chamar. É por isso que ele terá como proposta que a pulsão invocante circunscreva um circuito de três tempos entre ser chamado, chamar e se fazer chamar:

*Invocare*, em latim, reenvia a chamamento. O circuito da pulsão invocante declinar-se-á, pois entre um “ser chamado”, um “se fazer chamar” (como ocorre com todos os nomes...) e um “chamar”. Mas para chamar, é preciso oferecer a voz, depô-la, como se depõe o olhar diante de um quadro. Para isso, é preciso que o sujeito a tenha recebido do Outro, que terá respondido ao grito interpretado como uma demanda, depois que a tenha esquecido, a fim de poder dispor de sua própria voz sem estar saturado da voz do Outro. (VIVÈS, 2009a, p. 187).

No que se refere à relação entre o sujeito e sua voz, afirmamos que a constituição do sujeito é resposta à invocação do Outro (CATÃO, 2015). O que está em consonância com a afirmação de Inês Catão (2009a) de que “[é] em torno e a partir da voz do Outro que a criança começa a estabelecer um laço com a alteridade”.

Se abordamos a constituição do sujeito, é necessário afirmar que será a partir da topologia da voz, enquanto êxtima, que aproximaremos o campo da neurose ao da psicose. Jean-Michel Vivès (2015b), em sua Conferência nomeada: “O que é ouvir vozes?”, afirma que podemos verificar, na topologia da voz, o ponto de contato entre a “voz alucinada do psicótico” e a “voz que envenena o neurótico”.

Vivès nos explica que, sobre este ponto, Freud se debruçou no texto “Sobre o narcisismo: uma introdução” (1914) e também em “O estranho” (1919), embora não houvesse ainda a nomeação de instância superegoica, já que esta só aparecerá no texto “O ego e o id” (1923). No entanto, sempre que Freud tentava descrever o superego, era a metáfora da alucinação que se fazia presente.

A esse respeito, vale a pena citar uma passagem do texto freudiano: “Sobre narcisismo: uma introdução”:

Um poder dessa espécie, que vigia, que descobre e que critica todas as nossas intenções, existe realmente. Na realidade, existe em cada um de nós em nossa vida normal.

Os delírios de estar sendo vigiado apresentam esse poder numa forma regressiva, revelando assim sua gênese e a razão porque o paciente fica revoltado contra ele, pois o que induziu o indivíduo a formar um ideal do eu, em nome do qual sua consciência atua como vigia, surgiu da influência crítica de seus pais (transmitida a ele por intermédio da voz) (...) (FREUD, 1914/1996, p. 85-89).

E assim enfatizamos que a topologia da voz aponta para alguma coisa que é interior e exterior ao mesmo tempo.

Em 1939, Otto Isakower trata de forma específica a articulação entre voz e superego à qual Lacan remeterá no *Seminário, Livro 10: a angústia*, na lição específica ao “que entra pelo ouvido”.

Isakower apresenta e explica o estatuto topológico da voz superegoica a partir da experiência realizada por Alois Kreidl (fisiologista vienense e colega de Joseph Breuer) com dáfnias, uma espécie específica de crustáceo que se assemelha a um pequeno

camarão. Trata-se de pensar sobre algo que, vindo de fora, é introduzido no ouvido para que se opere a manutenção do equilíbrio do organismo.

Esse animal, que vive nas águas salinas, tem o curioso hábito, num dado momento de suas metamorfoses, de obturar sua carapaça com minúsculos grãos de areia, os quais ele introduz numa espécie de aparelho estato-acústico reduzido, em outras palavras, em seu utrículo, que não se beneficia de nossa prodigiosa cóclea. Introduzidos esses grãos de areia, pois o camarão de modo algum os produz, o utrículo volta a se fechar, e eis que o animal passa a ter em seu interior os pequenos guizos necessários ao seu equilíbrio, os quais teve de trazer do exterior (LACAN, 1962-3/2005, p. 319).

Isakower fez uma leitura deste fenômeno aproximando-o da formação do supereu. Desta forma é que os pequenos grãos de areia equivaleriam aos fragmentos de injunções parentais introjetadas pela criança, mas que permanecem submetidas a uma instância exterior. Jean-Michel Vivès (2012a) afirma que a criança introjetará sons, mas o fundamental será o laço com o Outro. Assim é que podemos pensar sobre a constituição do sujeito. Citemos Lacan: “A voz de que se trata é a voz como imperativo, como aquela que reclama obediência ou convicção. (...) A voz, portanto, não é assimilada, e sim incorporada” (LACAN, 1962-3/2005, p. 320).

Um paradoxo se instaura na medida em que, quanto mais se tenta satisfazer o supereu, maior será a exigência por ele colocada, nem que seja da geração seguinte. A este caráter feroz e insaciável, Lacan nomeou de gula. “O supereu é imperativo do gozo – *Jouis* [Goza]” Ao que cabe ao sujeito apenas responder: “*J’ouis* [Eu ouço]” (LACAN, 1972-3/1998, p. 10-13). Lacan joga com a homofonia para indicar o caráter vocal do supereu.

Lacan dirá, no *Seminário 10*, particularmente se referindo à estruturação do supereu: “se se fala de incorporação é porque deve se introduzir alguma coisa no nível do corpo” (Lacan, 1962-3/2005, p. 133).

No campo psicanalítico, destaca-se a relação da voz com o corpo. A voz, como objeto *a*, parasita o corpo, produzindo a experiência de *Umheimlich* (estranhamento). É assim que, numa situação em que ocorre uma defasagem entre emissão da própria voz e sua audição, pode-se verificar o descontrole na fala. Referimo-nos à situação de escuta da gravação da própria voz. Ou mesmo numa situação em que a emissão vocal produza eco (o que pode ocorrer nos telefones celulares).

No corpo ecoa e ressoa um dizer da pulsão, mas aí incide uma particularidade na qual se inscreve a pulsão invocante.

(...) as pulsões são, no corpo, o eco do fato de que há um dizer. Esse dizer, para que ressoe (...) é preciso que o corpo lhe seja sensível. É um fato que ele o é. Porque o corpo tem alguns orifícios, dos quais o mais importante é o ouvido porque ele não pode se tapar, se cerrar, se fechar. É por esse viés que, no corpo, responde o que chamei de voz (LACAN, 1975-1976a/2007, p. 18-19).

O aparelho de produção de voz, nomeado de caixa de ressonância, por não se fechar, remete à equívocidade e aponta para sua filiação à *lalangue*.

## 2. 8 – *Lalangue*, linguagem e letra

Lacan nos advertirá enfaticamente que, para o *infans*, a linguagem de início não existe. A linguagem é uma elucubração de saber acerca de *lalangue*. E, para pensar sobre a relação entre inconsciente e *lalangue*, Lacan dirá: “Não é porque o inconsciente é estruturado como uma linguagem que *lalangue* não tenha que ‘jogar’ (*jouer*) contra seu gozar, já que ela é feita desse próprio gozar.” (LACAN, 1974, p. 7). Pode-se afirmar então que o inconsciente é estruturado como uma linguagem a partir das marcas prévias de *lalangue*. Assim é que o inconsciente, com suas leis próprias inscritas na metáfora e na metonímia, seria um saber-fazer com *lalangue*.

O inconsciente é algo do qual a linguagem não consegue todo o campo abarcar. Disso decorre o fato de que o que não foi simbolizado retorna no real. No campo da neurose, temos o testemunho do que comparece nos sonhos, atos falhos, lapsos, chistes, as formações do inconsciente.

O inconsciente é o testemunho de um saber enquanto ele escapa em grande parte ao ser, que dá ocasião de perceber até onde vão os efeitos de *lalangue*. Com efeito, é verdade que esse ser responde por todo tipo de afetos que ficam enigmáticos, o que resulta dessa presença de *lalangue*, pois, no que se refere ao saber, ela articula coisas que vão muito mais longe de tudo o que ele mesmo sustenta a título de saber enunciado. (LACAN, 1972-1973/1998, p. 190).



*Lalangue* são os primeiros significantes passados ao *infans* pelo Outro materno, por isso “*lalangue* é dita materna”. Significantes recebidos do Outro sem que isso resulte numa compreensão (LACAN, 1972-1973/1998). *Lalangue* é um depósito de significantes oriundo do campo do Outro. São os detritos da língua falada pelo Outro, restos que aprisionam e deixam marcas no corpo do sujeito.

Estes primeiros significantes recebidos do Outro não se articulam e não se reduzem a uma unidade. Não se trata de S1-S2, mas sim de uma série de significantes Uns. S1(S1(S1(S1-S2)) é um enxame zumbidor. É interessante destacar que S1 faz homofonia, em francês, com *essaim*. *Lalangue* consiste num enxame (*essaim*) de significantes (S1) que não se encadeiam entre si. (LACAN, 1972-1973/1998, p. 196).

“O Um encarnado de *lalangue* é algo que resta indeciso entre o fonema, a palavra, a frase, mesmo todo o pensamento. É o de que se trata no que chamo de significante-mestre” (LACAN, 1972-3/1998, p. 196). O Significante Um é o significante-mestre a partir do qual a cadeia será articulada. O significante vai trabalhar com *lalangue* para extrair um conceito de linguagem.

É totalmente certo que algo voltará a surgir nos sonhos, em toda a sorte de tropeços, em toda sorte de maneiras de dizer, em função da maneira pela qual *lalangue* foi falada e também escutada por cada um em sua particularidade (LACAN, 1974, p. 126).

Desta citação enfatizo o fato de que *lalangue* foi falada e escutada pelo sujeito na sua singularidade. Isto posto, destaco que Colette Soler dirá que estes significantes são do campo sonoro e são recebidos pelo ouvido (SOLER, *apud* BERNARD & DELAPLACE, 2014).

Em sintonia com esta ideia, é preciso citar Lacan para enfatizar a potência musical do significante enquanto sonoro e acústico:

(...) o ato de ouvir não é o mesmo, conforme vise à coerência da cadeia verbal, isto é, sua sobredeterminação a cada instante pelo *a posteriori* de sua sequência, bem como à suspensão de seu valor, a cada instante, no advento de um sentido sempre pronto à remissão, ou conforme se acomode na fala à modulação sonora, uma dada finalidade de análise acústica: tonal ou fonética, ou até mesmo de potência musical (LACAN, 1955-1956b/1998, p. 538-539).

Em “Excursus”, Lacan (1973/1978) afirmará: “A linguagem é o acúmulo de gozo (...) efeitos de chuva, efeitos de ravinamento (...) e se vocês me permitem um jogo de palavras que o francês permite: é que isso que nós tocamos, isso que a experiência nos deixa nas mãos desde o tempo em que isso se passa, é o escrito-vão (*écrit-vain*), mas em duas palavras.” (LACAN, 1973/1978, p. 83). Podemos pensar que *écrit-vain* abre a uma dupla leitura: escritor e escrito-vão.

A relação sexual, por não existir, torna a escrita vã. É assim que se diz que a escrita do sujeito, sua escrita pulsional, não cessa de tentar se escrever. Por isso e não por outra coisa que a escrita é vã, no entanto, necessária, pois não para de se escrever.

Não é por isso que o que se escuta como chuva de significantes, e que não cessa de não se escrever, impõe ao sujeito uma escrita?

Na Conferência de Genebra sobre o sintoma, Lacan afirma que *lalangue* é “um coador que se atravessa, por onde a água da linguagem chega a deixar algo na passagem, alguns detritos” (LACAN, 1975a/1988, p. 15). E com estes depósitos e detritos cada um terá que se virar. Por isso podemos escutar de uma criança muito pequena palavras como “talvez”, “ainda não”, sem que ela ainda formule uma frase inteira. Estas palavras foram escutadas, mas não compreendidas.

Lacan (1974) também apresenta a formulação de que *lalangue* não é sem letra. Sobre este ponto, Porge (2013) nos aponta que a metáfora do depósito nos indicaria o caminho para a articulação entre *lalangue* e letra.

Para avançar na questão colocada por Lacan de como a *lalangue* pode precipitar a letra, cito Porge:

Talvez a resposta se encontre na Conferência de Genebra sobre o sintoma: Lacan recorre à metáfora do coador (...) que peneira o escoamento da água da língua, depositando os detritos, os pedaços de significantes aos quais a linguagem se amarra, o coador causando as precipitações de letras, de traços unários na língua. A passagem de uma língua a outra, o passe, seria variações do coador da letra, que por seus buracos deixa passar o Um, o S1, o traço unário incarnado na língua e que continua indeciso entre fonema, palavra, frase ou em todo pensamento, este Um que o pedaço de barbante de um nó borromeu suporta. (PORGE, 2013, p. 59).

Segundo Porge (2013), a letra aparece e se apresenta no que resta da chuva de linguagem, nos seus detritos, no que se deposita e se acumula a partir de *lalangue*.

Em “Lituraterra”, Lacan (1971a/2001) dissocia letra de significante. Neste momento teórico, a letra aponta para o real, enquanto o significante remeteria ao simbólico. A metáfora de litoral será apresentada para localizar uma marca entre dois campos heterogêneos, descontínuos, os registros real e simbólico. Lacan nos adverte de que não se trata de uma fronteira, já que os territórios não são de uma mesma natureza. Incidiria aí uma ruptura radical entre estes dois campos.

Lacan indica que letra circunscreve o furo no saber e é desta forma que a letra faz litoral entre o real e o simbólico, entre saber e gozo. Segundo Andrea Guerra: “A letra escreve a radicalidade da diferença de consistências entre saber, elucubração em torno da verdade, e gozo, desfrute do que essa verdade tem de inacessível.” (GUERRA, 2007, p. 81).

Se letra faz borda entre saber e gozo, então a questão que se coloca é como pode a linguagem tocar algo do gozo. Respondemos que esta operação existe e coloca em cena a possibilidade de localizar, reduzir, enxugar o gozo. O banho da linguagem proveniente do campo do Outro possibilitará a chuva de significantes, e a partir disso será necessário que cada um lide com os detritos que restaram desta chuva. É por isso que chamamos de enxugamento de gozo esta operação cunhada pela letra. Letra é cifra de gozo.

(...) a letra pensada como distinta do significante, seria o que, na ordem da linguagem, permitiria apreender a circulação dessa substância, dessa materialidade à qual Lacan gradativamente associa o gozo (...).

A promoção da letra em detrimento do significante vem indicar que este, por si, não responde por tudo que pode estar em jogo na experiência de uma análise. No nível do significante, por exemplo, jamais seria possível perceber a natureza de fetiche das cartas enviadas por Gide a Madeleine, pois sua dimensão de fetiche não estava no conteúdo das cartas, mas no valor que tinham para Gide, para além das mensagens veiculadas. Como, no entanto, articular essas duas dimensões da *lettre*, como associar sua dimensão significante, messageira, àquela que se traduz em sua materialidade, independente do sentido veiculado? (MANDIL, 2003, p. 47-48).

Em “Lituraterra”, Lacan (1971a/2001) define a letra por duas funções: uma escrita lógica e o efeito dos significantes. A letra e o significante são consequências da chuva de linguagem. Litura aponta para resto, dejetivo, lixo. Joyce por equívoco homofônico partiu-se de letra (*letter*) para lixo (*litter*) e Lacan disso se serviu para “literaturar”, no

sentido de apontar para o trabalho de fazer algo com o resto. Resto que cai do que resulta das operações lógicas da constituição do sujeito, objeto lacaniano pequeno *a*.

Em linhas gerais, é importante destacar que cada sujeito terá que se arranjar com o que restou da chuva de significantes e, portanto, será preciso um trabalho de cada sujeito com os significantes e o gozo de *lalangue* na tentativa de produzir uma diferenciação entre os significantes e uma localização de gozo. E é disso que se trata o saber-fazer com *lalangue*. Lacan (1974) afirma que *lalangue* civiliza o gozo. Trata-se de uma operação que produz escoamento do excesso de gozo, localizando-o nos objetos destacados do corpo, os objetos *a*, dentre suas formas de apresentação, a voz.

### CAPÍTULO 3 – A VOZ NA PSICOSE

A especificidade da relação do psicótico com a voz incide no fato de que este objeto não foi extraído. Verifica-se que alguns impasses se colocam para o psicótico frente ao campo da linguagem na medida em que a separação não se efetiva e o objeto não cai. Disso resulta uma demasiada aproximação do objeto, o que faz com que psicótico trabalhe arduamente para mantê-lo afastado.

Para avançarmos em nossa investigação, apresentaremos o trabalho de três escritores com a homofonia e também nos debruçaremos sobre o trabalho analítico com uma menina, o qual incluiu o trabalho de escuta de sua mãe.

Apresentaremos o testemunho do trabalho com a homofonia por parte de três escritores: Daniel Paul Schreber, Louis Wolfson e James Joyce. Por que destacaremos a homofonia? Foi a partir da leitura de David Bernard (2013) e de sua produção teórica em coautoria com Joseph Delaplace (2014) que nos orientamos para sustentar que a homofonia é o modo pelo qual, através do fonema, articulam-se letra e voz com a destituição do sentido.

Se homofonia implica sonoridade e a voz é afônica, seria possível pensar sobre a voz a partir do trabalho que cada um realiza com a homofonia? Qual a relação entre voz e homofonia? Há voz na homofonia? Desde já é possível situar para o leitor que a homofonia tem algo a nos ensinar sobre a voz. E é por isso que o trabalho de Schreber, Wolfson e Joyce com a homofonia tem muito a nos ensinar sobre a voz. Sendo importante enfatizar que delinearemos a homofonia na dupla vertente material e imaterial da voz.

De que trabalho do sujeito se trata na homofonia de Schreber, Wolfson e Joyce? Reconhecemos aí um trabalho do sujeito na tentativa de circunscrever o gozo. Partimos da proposição de que o trabalho com a homofonia aponta para uma articulação entre letra e voz via fonema. Seria correto afirmar que a homofonia consiste em um trabalho em que, a partir de *lalangue*, é possível cunhar um certo saber-fazer com a voz para mantê-la à distância, já que na psicose o objeto está demasiadamente perto?

Além do testemunho dos escritores, também vamos nos dedicar ao trabalho que foi conduzido por mim num serviço público de saúde mental infantil. Fragmentos do trabalho analítico com Leci, que incluiu a escuta de sua mãe, Vera, serão também

apresentados. No entanto, aí incide uma radical particularidade no que concerne à voz, na medida em que este sujeito o retém, o que comparece sob a configuração de mutismo em sua apresentação clínica. O que testemunhamos no decorrer do tratamento psicanalítico é a cessão do gozo vocal até então retido.

É preciso esclarecer que o trabalho com a homofonia comparece nos escritos de Schreber, Wolfson e Joyce, mas não está presente no trabalho com Leci. Inclusive enfatizamos que o foco deste trabalho não é a homofonia, mas sim a voz. Pensar a maneira como cada um trabalha arduamente para manter a voz afastada é o que nos interessa. A partir destes quatro trabalhos, queremos delinear a hipótese de que um certo saber-fazer com *lalangue* possibilitaria ao sujeito a modulação do objeto voz, não extraída na psicose. A partir disso podemos colocar uma questão: será que esta hipótese ofereceria algumas coordenadas para pensarmos uma possível direção de tratamento psicanalítico da psicose?

### **3. 1 – O psicótico tem a voz em seu bolso**

É possível verificar a importância da voz na obra de Freud. Podemos destacar alguns momentos em que o objeto voz se faz presente na obra freudiana de forma intensa, mesmo que em surdina. No primeiro, trata-se da afonia enquanto expressão sintomática da histeria; o segundo, quando da instauração da associação livre, que, dando lugar às manifestações do inconsciente, como os atos falhos, sonhos, por exemplo, rompe com a lógica do sentido e aponta para uma cena Outra. Um terceiro momento refere-se ao manejo da transferência, que, ao incluir na cena analítica o divã, faz cair o olhar para dar lugar à voz. Há também um quarto momento, no “Projeto” (1895), em que podemos verificar indicações importantes sobre a constituição do sujeito e as vozes parentais. (GILLIE, *apud* MATTOS, 2011).

E no que se refere especificamente ao campo das psicoses, Freud, ao abordar a sintomatologia da paranoia, fará uma articulação com a voz do supereu parental. Inclusive, Vivès (2015b) chega a afirmar que, toda vez que Freud aborda o conceito de supereu, reporta-se às psicoses e, especificamente, ao fenômeno da alucinação.

Parece que a voz sai da surdina na teoria psicanalítica de Sigmund Freud a partir da elaboração teórica do supereu que sempre esteve articulado ao fenômeno da alucinação.

Se, para Freud, a voz teve lugar na teoria psicanalítica a partir dos fenômenos clínicos da psicose, o mesmo ocorreu com Lacan que “isolou a voz como objeto *a*, a partir das vozes alucinadas” (PORGE, 2015, p. 23). Devemos inclusive fazer notar que, para Lacan, há uma passagem do plural (vozes enquanto fenômeno) para o singular (voz enquanto objeto), com a inclusão da voz na lista de objetos *a* (PORGE, 2015).

Deste modo, podemos afirmar que as vozes ganham lugar na teoria psicanalítica de Sigmund Freud e Jacques Lacan enquanto fenômenos elementares da psicose.

Vamos agora retornar ao tema da causação do sujeito para colocar em pauta a especificidade do campo da psicose. O destaque dado ao objeto voz para articulá-lo à constituição do sujeito se refere à formulação lacaniana de que “[t]udo o que o sujeito recebe do Outro pela linguagem, diz a experiência comum que ele o recebe como forma vocal”. (LACAN, 2005/1962-1963, p. 298-9). O objeto voz se escora no nível do desejo, a voz é signo do desejo do Outro, e, com isso, circunscrevemos sua especificidade entre os demais objetos da lista dos pulsionais.

A voz do Outro materno transmite a linguagem ao *infans* e põe em curso o processo de subjetivação (Vivès, 2012a). Esta operação é o que constitui a pulsão invocante como “a mais próxima da experiência do inconsciente”. (LACAN, 1964/1988, p. 102).

Mas uma questão se coloca: a linguagem de início não existe. (LACAN, 1972-3/1998). Eis aí a importância de *lalangue* enquanto marcas de um gozo prévio à própria linguagem. Dedicamos uma explicação sobre esta formulação.

Para Lacan, “[a] linguagem, sem dúvida, é feita de alíngua<sup>11</sup>. A linguagem é uma elucubração de saber sobre a alíngua”. (LACAN, 1972-3/1998, p. 190). Portanto, a linguagem é o que se tenta saber concernentemente à função de *lalangue*, configurando-se como uma elucubração de saber sobre *lalangue*. Miller (1996b) afirma que estas elucubrações podem ser igualmente atravessadas pelas fantasias neuróticas, como as elaborações científicas que tentam apreender o real.

A linguagem deixa de ter um lugar originário e passa a ser derivada de *lalangue*. No entanto, devemos esclarecer que o gozo de *lalangue* é prioritário em relação à

---

<sup>11</sup> Mantivemos a versão no português para o termo *lalangue*, pois trata-se de uma citação.

linguagem, mas não em relação aos significantes. Isso se deve ao fato que de *lalangue* é um enxame de significantes que não se encadeiam entre si, com os quais cada um terá que lidar. Por isso é possível escutar de uma criança muito pequena palavras como “talvez”, “ainda não”, mesmo antes que ela chegue a formular uma frase inteira. (LACAN, 1975a/1988).

Sendo os primeiros significantes que o *infans* recebe do Outro, não é por acaso que “*lalangue* é dita materna” (LACAN, 1972-1973/1998). Estes primeiros significantes constituem detritos da língua falada pelo Outro que deixam marcas no corpo do *infans*. Detritos com os quais cada um terá que se arranjar.

A voz é causa e efeito do sujeito, já que “o sujeito não é somente produtor da voz, ele é igualmente produto dela” (VIVÈS, 2012b, p. 70) e, por isso, nos reportamos às operações lógicas de constituição do sujeito das quais pode vir a resultar um produto, a voz. Além disso, também nos remetemos às primeiras marcas de gozo no corpo do *infans*, a “*lalangue* materna” (LACAN, 1972-1973/1998).

A voz é causa e efeito do sujeito na medida em que é pela invocação que o *infans* é chamado a advir como sujeito e a este chamado poderá responder cunhando sua própria voz.

Nas operações lógicas do sujeito, no campo da neurose, o processo resulta na extração do objeto voz. Mas, no campo das psicoses, verificamos impasses decorrentes da não efetivação da separação, de modo que o objeto não cai.

Em sintonia com estas formulações, Maleval afirmará que “[é] certo que a retenção do objeto *a* é comum ao autista e ao psicótico: ambos o levam em seu bolso”. (MALEVAL, 2015, p. 18).

Vivès (2013) esclarece que o neurótico constituiu o “ponto surdo” que se instaura com o recalque originário<sup>12</sup>, promovendo a queda do objeto, ao passo que o psicótico o carrega no bolso. É o mesmo que afirmar que o psicótico mantém uma aproximação maior com o objeto.

Os homens livres, os verdadeiros, são precisamente os loucos. Não há demanda de pequeno *a*, seu pequeno *a*, ele o tem, é o que ele chama de vozes, por exemplo. (...) Ele não se situa no lugar do Outro pelo

---

<sup>12</sup> Freud afirmará que “a essência do recalque consiste simplesmente em afastar determinada coisa do consciente, mantendo-a à distância” (FREUD, 1915b/1996, p. 171).



objeto *a*, o *a*, ele o tem a sua disposição. (...) ele tem a sua causa em seu bolso.<sup>13</sup> (LACAN, 1967b).

A célebre formulação lacaniana (1975a/1988) de que “os autistas escutam a si mesmos” merece destaque aqui na medida em que Bruno (1993) toma esta proposição como antinômica à definição de neurose, já que o neurótico, em função da inscrição do recalque, poderia ser definido como aquele que “não se escuta a si mesmo”. (BRUNO, 1993, p. 30). Acreditamos que esta formulação de Bruno (1993) estaria em sintonia com a formulação de Vivés (2013) de que o neurótico cunha o ponto surdo decorrente do mecanismo do recalque.

Se este objeto está demasiadamente próximo, é preciso um trabalho do sujeito para mantê-lo à distância. Freud, quando se dedicou ao estudo das “Memórias” de Daniel Paul Schreber, afirmou que o tocar piano e o recitar poesias, por exemplo, foram maneiras que Schreber encontrou para dar algum tratamento às vozes (VIVÈS, 2013).

Além dessas estratégias, Schreber recorre a algumas outras, como falar forte e produzir ruídos altos na tentativa de abafar as vozes, além da lembrança de poemas (BERNARD & DELAPLACE, 2014).

O radinho colocado ao ouvido tem a mesma função. Segundo Vivés (2013), trata-se de um artifício para dar, a esta voz sem origem, um lugar específico, alguma possível localização.

Vale inclusive citar que Louis Wolfson, para evitar os efeitos devastadores causados pela audição da língua inglesa, se colocava ao trabalho de tapar seus ouvidos, ler livros em outras línguas, escutar no rádio programas estrangeiros, fazer barulhos com a garganta e grunhidos com os dentes. Estes grunhidos e barulhos provenientes da laringe, ao percorrerem os canais auditivos e chegarem aos ouvidos, para Wolfson, faziam anteparo ao som de uma palavra de língua inglesa.

Wolfson se nomeia inventor de um aparelho que se refere a um estetoscópio que se liga a um gravador portátil, em que é possível manusear os tubos e alterar o volume. Este aparelho, utilizado nos ouvidos, é citado em seu segundo livro e foi inventado em 1976; portanto precedeu o surgimento do *walkman*.

---

<sup>13</sup> Tradução realizada por Núria Muñoz em sua tese (2005).

Em relação a James Joyce, a escrita serviu de escudo para a imposição das palavras. Para realizar seu trabalho, era necessário decompor a língua materna para criar uma nova língua (FREIRE, J. & PEREIRA, M. & SILVA, L., 2014).

Daniel Paul Schreber, Louis Wolfson e James Joyce apresentam construções singulares com um único e mesmo objetivo: cifrar o gozo.

### 3. 2 – A homofonia em Daniel Paul Schreber, Louis Wolfson e James Joyce

Schreber não foi analisando de Sigmund Freud; no entanto, a partir de Memórias do Doutor em Direito Daniel Paul Schreber, Freud pôde formular uma teorização acerca da psicose. O mesmo se deu com Jacques Lacan, que, ao ler James Joyce, reformulou sua teoria sobre o campo das psicoses e cunhou o conceito de *sinthoma*. Além destes dois escritores, acrescento Louis Wolfson, para destacar o trabalho realizado com a homofonia por cada um deles.

David Bernard, em *A letra e a voz*, afirma que Joyce é um autor que se destaca pelo manejo da relação entre letra e voz. Assim Bernard descreve o trabalho de Joyce: “(...) seu manejo do equívoco, de letra e da voz, acaba por quebrar a identidade fonatória da linguagem” (BERNARD, 2013, p. 62).

Em outro artigo, David Bernard, em coautoria com Joseph Deplace (2014), afirma que Schreber foi um joyceano na sua articulação entre letra e voz. “As Memórias demonstram efetivamente que ele foi igualmente joyceano, utilizando-se de um manejo dos fonemas e de seu alcance de equívoco. É o socorro precioso que a homofonia lhe fornece, ‘uma simples analogia de sons’.” (BERNARD & DEPLACE, 2014, p. 565).<sup>14</sup>

A partir da formulação de David Bernard (2013) e também de outro artigo seu em coautoria com Joseph Deplace (2014), sustentamos que a homofonia de Joyce e de Schreber apontam para uma lógica que circunscreve a homofonia enquanto uma articulação entre voz e letra, via fonema, a partir do equívoco. Foi seguindo esta lógica que ousamos também incluir Louis Wolfson na série dos que trabalham com a homofonia, para então pesquisar a importância do que aí se realiza.

---

<sup>14</sup> Cito a versão original: “Les Mémoires démontrent en effet qu’il fut aussi joycien, s’employant à un maniement des phonèmes et de leur portée d’équivoque. C’est là le secours précieux que lui fournit l’homophonie, ‘une simple analogie des sons’ (...)” (BERNARD & DEPLACE, 2014, p. 565).

Se este capítulo será dedicado ao tema da voz na psicose, precisamos justificar e defender o motivo pelo qual nos debruçaremos sobre a homofonia.

Retornemos brevemente ao capítulo anterior, para destacar o tema da voz. Apresentamos a formulação de que há voz, por exemplo, na surdez, na dança e na escrita.

No entanto, devemos esclarecer que também há voz no sonoro. Para defender esta ideia, vamos retomar o *Seminário, livro 22: RSI* (1974), quando Lacan localiza a voz na região de interseção entre os três registros e, com isso, a voz, ao mesmo tempo que mantém um lugar êtimo à cadeia, pode participar dos três registros. Deste modo é possível que a voz, embora pertença ao registro do Real, participe de todos os registros.

É com Inês Catão que apresentamos o som enquanto faceta imaginária da voz. (CATÃO, 2009a). Encontramos correspondência para esta formulação em Brousse, que afirma que o “(...) objeto *a* também é isto: um som” (BROUSSE, 2008, p. 42). E assim defendemos a proposição de que há voz no sonoro; que, portanto, há voz na homofonia.

Deste modo, podemos afirmar que na homofonia está presente a dupla vertente da voz, a material e imaterial.

Outro ponto importante diz respeito ao fato de que a homofonia é o que impulsiona *lalangue* (MILLER, 2003). Segundo Miller, em *lalangue* “os sentidos se cruzam e se multiplicam sobre os sons” (MILLER, 1996a, p. 70).

“(…) *lalangue* permanece indeciso entre o fonema, a palavra e a frase, e até mesmo o pensamento como um todo.” (LACAN, 1972-3/1998, p. 196). Dizer *lalangue* numa só palavra é se referir a *lalangue* do som. (MILLER, 1996b).

Conforme apresentamos no capítulo anterior, Lacan (1974) enfatiza que *lalangue* não é sem letra. Pensamos ser possível formular então a proposição de que o trabalho com a homofonia encontra a letra como cifra de gozo, possibilitando a modulação da voz. Seria um trabalho de produzir um certo afastamento do objeto voz. Não exatamente extraído, o que é próprio ao campo da neurose, mas ocorre aí um destacamento do objeto. Então, estaremos nos referindo a um certo saber-fazer com *lalangue* quando apresentarmos os trabalhos destes escritores com a homofonia.

Vamos apresentar cada um dos escritores. Iniciaremos com Daniel Paul Schreber com suas famosas *Memórias de um doente de nervos* (1984), as quais chegaram às mãos de Freud por Jung. Destacaremos o trabalho realizado por Schreber com a homofonia para o propósito desta tese, embora estejamos avisados de que esta não fôra a única via

de trabalho subjetivo de Schreber, que também elabora uma construção delirante. Assim é que podemos afirmar que Schreber inventou mais de uma solução para o “tratamento de sua psicose” (BERNARD & DELAPLACE, 2014, p. 562).

*As Memórias de um doente dos nervos* demonstram que Schreber inventou não apenas uma, mas soluções para fazer face ao que lhe era imposto. Ele confia, com efeito, ter sido levado a “mudar [...] de sistema” para se defender das vozes, na medida em que os raios divinos encontravam aí, em cada caso, um amparo. Assim, o delírio e seu desencadear de uma significação estabilizadora constituem um modo de tratamento de sua psicose, ao qual são adicionadas, mesmo se de um modo discreto, outras tentativas de solução que se distinguem da primeira. Ao significante, em todo seu peso de revelação e enigma, Schreber replica com efeito de duas maneiras: de uma parte, visando elaborar esta revelação pela via da significação; de outra, se esforçando para abolir seu sentido. Reconheceremos a divisão entre um tratamento da psicose pela linguagem, outro por *lalangue* (...) <sup>15</sup> (BERNARD & DELAPLACE, 2014, p. 562).

Porge (2015, p. 44), ao apresentar o trabalho de Schreber na tentativa de cura, também cita dois recursos utilizados por ele, a construção delirante e a homofonia endereçada aos pássaros. O que David Bernard esclarece sobre esta divisão é que o trabalho da construção delirante de Schreber seria orientado pela significação delirante circunscrevendo um tratamento pela linguagem, enquanto o trabalho com a homofonia dizia respeito ao “manejo dos fonemas, e de seu alcance de equívoco. Trata-se da ajuda verdadeiramente preciosa que a homofonia lhe fornecia para sua defesa” (BERNARD, 2014, p. 62). Esta última maneira pautava-se na demissão do sentido, orientado pela equivocidade de *lalangue*.

Vejam os como Schreber se serve da homofonia para lidar com as vozes dos pássaros miraculosos:

Eu já o disse, os pássaros miraculosos não compreendem o *sentido* das palavras que eles pronunciam; em contrapartida, parece que eles são

---

<sup>15</sup> Cito a versão original: “Les Mémoires d’un névropathe démontrent que Schreber inventa non pas une, mais des solutions pour faire face à ce qui s’imposait à lui. Il confie en effet avoir été poussé à « changer [...] de système » [11, p. 186] pour se défendre des voix, tant les rayons divins ne manquaient pas en chaque cas d’y trouver parade. Ainsi, le délire et son déploiement d’une signification stabilisatrice constituent un mode de traitement de sa psychose, auquel se sont ajoutées, même si de façon plus discrète, d’autres tentatives de solution, à distinguer de la première. Au signifiant lourd de son poids d’énigme et de révélation, Schreber répliqua en effet de deux façons : d’une part, en visant à élaborer cette révélation par la voie de la signification, de l’autre en s’efforçant d’abolir son sens. Où l’on reconnaîtra le partage entre un traitement de la psychose par le langage, l’autre par *lalangue* (...)” (BERNARD & DELAPLACE, 2014, p. 562).

dotados de uma sensibilidade natural à *homofonia*. De fato, se eles percebem – enquanto estão ocupados em debitar suas frases apreendidas de cor – *seja* nas vibrações de meus próprios nervos (meus pensamentos), *seja* nos propósitos que se mantêm em minha proximidade imediata, palavras que produzem um *som* idêntico ou vizinho do som das palavras que eles têm a recitar (a descarregar), isso cria neles, parece, um espanto apropriado para atordoá-los completamente: mediante o que eles vêm, por assim dizer, fornecer o painel da homofonia, o estupor os faz esquecer as frases que lhes restam ainda a debitar, e ei-los repetidamente voltados à expressão de um sentimento autêntico. (SCHREBER *apud* PORGE, 2015, p. 43-44).

Para Schreber, é uma alegria e, de certo modo, um passatempo “perturbar” os pássaros que lhe falam de modo confuso palavras que mantêm entre si uma homofonia. Assim é que Schreber se serve da mesma arma utilizada pelos pássaros: a homofonia. “Não é necessário que a homofonia seja completa, é suficiente que os pássaros discirnam uma analogia nos sons, mais ou menos: Santiago ou Cartago, Chinesenthum ou Jesum-Christum...” (PORGE, 2015, p. 44). E podemos também incluir Abendrot ou Atemnot (BERNARD, 2014, p. 62).

Tendo apresentado a homofonia em Daniel Paul Schreber, passaremos, agora, a outro escritor: Louis Wolfson.

Louis Wolfson<sup>16</sup> (1970), em seu livro *Le schizo et les langues*, apresenta ao leitor seus inúmeros procedimentos linguísticos, os quais Deleuze (1970) nomeou de protocolo de atividade ou de ocupação, referindo-se ao árduo trabalho no qual Wolfson se dedica a fazer na tentativa de se proteger da língua materna. A língua inglesa tem estatuto de ser a própria peste para Wolfson e chega a equivaler ao toque em seu corpo, já que uma palavra em inglês ressoava em seus tímpanos.

Procedimento linguístico é como Wolfson nomeia seu trabalho de produzir uma descoberta científica, a criação de um novo código, transformando as palavras de língua inglesa em outras palavras de outros idiomas. Nas palavras de Wolfson: “(...) sua língua materna, mas ele não queria se servir deste idioma, parecendo preferir fazer assim uma verdadeira original ele mesmo.” (WOLFSON, 1970, p. 221).

Trata-se de um trabalho obstinado de transformar, transmutar, neutralizar e até mesmo destruir as palavras pronunciadas na língua inglesa. Este procedimento seguia o seguinte protocolo: Wolfson devia procurar nos dicionários interlinguísticos uma

---

<sup>16</sup> Lacan aborda os procedimentos linguísticos de Louis Wolfson no *Seminário, livro 02, O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise* (1954-5/1997).

palavra estrangeira com o mesmo som, fonema e sentido que a palavra inglesa que acabara de escutar. Como o próprio Wolfson esclarece, era preciso matar a língua inglesa, transformando-a em uma mistura de restos de outros idiomas. Assim, fica evidente que uma tradução não atingiria o objetivo, na medida em que não era o sentido que estava sendo visado. Era preciso instaurar uma nova relação com os significantes.

(...) uma simples, correta, direta tradução em língua estrangeira, ao contrário, não o satisfaria nos casos em que esta tradução introduzisse no seu espírito apenas uma palavra estrangeira foneticamente diferente da palavra em inglês que lhe fazia mal, isto não lhe proporcionaria então o sentimento de destruir tal palavra do inglês. (WOLFSON, 1970, p. 240).

Prosseguindo como uma verdadeira mania estes estudos, ele buscava sistematicamente não escutar sua língua materna, que era empregada exclusivamente no seu entorno e falada por muitas pessoas. Portanto, como se fosse possível não escutar sua língua natal, ele tentava desenvolver meios de converter as palavras de língua inglesa, quase instantaneamente, em palavras estrangeiras, cada vez que aquelas penetrassem sua consciência (WOLFSON, 1970, p. 33).

Dentre todas as estratégias empreendidas para fazer um anteparo à língua materna, quer dizer, à língua inglesa, Wolfson dará um especial destaque para o procedimento linguístico. Como podemos verificar nas suas palavras:

(...) parecia, felizmente, que à medida que o jovem homem alienado insistia em seus jogos linguísticos baseados nas semelhanças ao mesmo tempo de sentido e de som entre as palavras inglesas e as palavras estrangeiras, sua língua materna, aquela de seu entorno, tornava-se para ele mais e mais suportável. (WOLFSON, 1970, p. 247).

É assim que se nomeia “estudante de línguas esquizofrênico”, “estudante doente mental”, “estudante de línguas demente”. Sendo estudante um lugar diferente daquele completamente subjugado ao Outro. Inclusive, seu primeiro livro escrito na terceira pessoa pode indicar um possível afastamento deste lugar tão apossado pelo Outro, já que tinha por objetivo estudar línguas para ajudar as outras pessoas. Além de ser valorizado por sua família por saber outras línguas, já que esta o considerava um imbecil.

Interrogado sobre seu ofício, Wolfson respondeu: “Eu apenas estudo algumas línguas: francês, alemão, hebreu e russo”, e é possível verificar a importância vital desta ocupação em sua vida: “(...) não me dão nenhum dinheiro por isto (...), mas eu existo!” (WOLFSON, 1970, p. 191-2).

O estudo das línguas é um trabalho árduo, diário e constante do qual Wolfson não pode se furtar de realizar. Há aí impressa uma dimensão de exigência; no entanto, é fundamental apontar outra dimensão que lhe é correlata: tal trabalho lhe é agradável.

Wolfson afirma que “(...) é agradável estudar línguas, mesmo que de uma maneira louca, senão imbecil! (...) muito raramente as coisas na vida seguem deste modo: pelo menos um pouco ironicamente” (WOLFSON, 1970, p. 70).

Vejamos um exemplo de decomposição linguística desenvolvida por Wolfson:

(...) Wolfson modifica a palavra inglesa *tree* (árvore), decompondo-a, pois o som do *t* pronunciado nesta palavra o machuca. Ele trabalha com o *t* e o *r* para transformá-la em *tere*, convertendo-a foneticamente em *dere*, a qual faz surgir a palavra russa *derevo* (árvore). Faz essa conversão porque o som do *t* associado ao *ree*, formando a pronúncia [tri:] (conforme o alfabeto internacional de fonética), o irrita e invade seu espírito, impulsionando-o a se livrar desse som. Wolfson fazia longas pesquisas nos dicionários de línguas, sempre recorrendo ao alfabeto internacional de fonética para fazer suas conversões linguísticas, buscando se apoiar e se servir do código de um contexto mais universal em seu combate às mensagens que se interrompiam ao esbarrar na “palavra como gozo”: aquela que destrói a associação da cadeia significante e, por conseguinte, a unidade corporal se desfaz. (GENEROSO, 2008, p. 278).

Wolfson transforma a palavra inglesa *early* em *urliche*, que é do alemão. Nestes momentos de conversão, ele chega realmente a acreditar que o idioma inglês foi apagado da Terra e, com isso, sente-se brilhante e esplêndido como inventor.

Outra palavra que é um exemplo do procedimento linguístico realizado por Wolfson é a palavra “*MAD*” que significa “louco/a” em inglês. O tratamento dado a ela foi transformá-la em “*MAAlaDe*” cujo sentido é “doente”, na língua francesa.

As armas verbais são, como o estudante de línguas nomeia, sua empreitada de transformar a língua parasita em língua morta e, assim, criar um novo sistema de línguas.

Algumas vezes nas suas reflexões sobre como livrar rapidamente seu cérebro ecomático ou mais precisamente ecolálico de certas palavras

inglesas (...) o estudante de línguas esquizofrênico se dava conta de uma certa generalização de um fenômeno fonético que ele havia suposto estar antes limitado a um ou talvez dois casos (...), e fazendo estas descobertas linguísticas, por assim dizer, ele se sentia muito inteligente, muito capaz, muito dotado, talvez como se ele tivesse feito contribuições verdadeiramente importantes à soma do conhecimento humano. (WOLFSON, 1970, p. 140).

Já apresentamos a homofonia de Louis Wolfson, e agora vamos para o terceiro escritor.

Para abordar o tema da homofonia na obra joyciana, é preciso enfatizar que a musicalidade e a sonoridade são marcas essenciais da obra deste autor. Seu primeiro livro intitulou-se *Música de Câmara*, com poemas elaborados numa estrutura musical. Joyce explicava que seus livros deveriam ser escutados: “É tudo tão simples. Se alguém não entende uma passagem, tudo o que precisa é ler em voz alta” (JOYCE *apud* ELLMANN, 1989, p. 729).

Um exemplo dado por Lacan (1975-6a) referente a Joyce é sobre a transliteração de “sujo assassinato político” para “sujo assistanato político”.

Um exemplo de homofonia translinguística aparece neste trecho de *Finnegans Wake*: “who ails tongue coddeau a space of dumbillsilly”, escrito aparentemente em inglês, (“Kedê kadô, bobinha do meu xodó?”), mas que podemos escutar em francês como “Où est ton cadeau, spèce d’imbécile?” (“Onde está seu presente, seu imbecil?”). Lacan (1975-1976a/2007, p. 162) aponta para o fato de se tratar de um som translinguístico, já que o *who* da língua inglesa se transforma em *où* do idioma francês. Mantém-se o caráter fonemático com a demissão do sentido.

Barulhos, sons, música, ocupam nos textos de Joyce um lugar preponderante, e se fazem ouvir, desde que a leitura de seus textos se façam acompanhar da voz. Letra e voz são, solidamente, ligadas em seu texto. Ler Joyce significa emprestar-lhe a voz, mas não necessariamente, sentido. (BORGES, 2008, p. 351).

Para dimensionar do árduo trabalho de Joyce na elaboração de sua escrita, cito um episódio que mostra claramente a sua intensa dedicação. Encontramos em “A idade moderna” (Pelican Guide da literatura inglesa, nº 7) uma conversa entre Joyce e um amigo. Frank Budgen (1972, p. 20), amigo de Joyce, vai visitá-lo e indaga como vai o trabalho com *Ulysses*. “Estou trabalhando nele o dia todo”, diz Joyce. “Escreveu muito



então?” ao que Joyce responde: “Duas sentenças”. O amigo estranhou e perguntou: “Você está à procura de algum ‘mot juste’?” “Não”, responde Joyce, “As palavras já as tenho todas, apenas não decidi sobre a ordem delas”.

O árduo trabalho não implica necessariamente um sofrimento, pelo contrário. É possível verificar na biografia de Joyce, que Nora Barnacle, sua mulher, tinha dificuldade para dormir, pois Joyce, mesmo na hora de dormir, não parava de rir de seu romance, o *Ulysses*. Palavras de Nora: “Eu vou para a cama e, em seguida, esse homem se senta na sala ao lado e continua rindo de sua própria escrita. E então eu bato na porta e digo ‘Jim, agora pare de escrever ou pare de rir’.” (BOWKER, 2012, p. 401).

Para Joyce, a escrita literária pôde produzir uma escrita do nó borromeano com a modulação do objeto voz, enquanto objeto *a*, situado no centro do nó, no lugar vazio. (LAIA, 2012a). Não se trataria de uma extração do objeto tão próprio à neurose, mas de um possível destacamento deste objeto.

No capítulo 1 apresentamos o conceito de *sinthoma* enquanto uma suplência para a falha na amarração dos três registros, o real, o simbólico e o imaginário. (LACAN, 1975-6a). Segundo Lacan (1975-6a, p. 136), Joyce pôde prescindir do Pai, na condição de dele se servir a partir de sua escrita literária. Deste modo é que a obra teve a função de *sinthoma* para Joyce, sendo esta a via pela qual Joyce inventou uma maneira de articular os três registros. Esta função, a qual a obra veio cumprir, se estabeleceu por duas vertentes, seja pela publicação em que o endereçamento aos universitários vem a corresponder a um sintoma a ser decifrado, seja pela extração de uma forma de gozo que comparecia na própria escrita com a demissão do significante e do simbólico. (GUERRA, 2010, p. 71).

É com Lacan (1971) que podemos situar o valor da escrita como um enxugamento do excesso de gozo, a partir de “Lituraterra”, com a célebre pontuação acerca de ravinamento, um fenômeno que ocorre a partir de uma enxurrada e que produz uma depressão no solo. A escavação do solo é uma metáfora que aponta para o que a escrita promove enquanto corte, marca, fissura.

Se para Joyce sua escrita teve função de *sinthoma*, o mesmo não se pode dizer em relação a Schreber e Wolfson. No entanto, é necessário reconhecer que há aí um trabalho de sujeito com a *lalangue* dita materna, numa tentativa desenfreada de localizar o gozo. Enquanto Joyce e Schreber falam de uma alegria neste trabalho, Wolfson afirma

categoricamente que este trabalho, embora não remunerado, é o que dá lugar à sua existência.

Estamos no campo das construções singulares elaboradas pelo sujeito para tratar o gozo de modo a cifrá-lo. Para tanto, cada um lançará mão de recursos próprios inventando uma solução, uma suplência, ou mesmo um *sinthoma*.

### 3.3 – Uma direção de tratamento psicanalítico

Para pensar sobre o trabalho do analista, cito Lacan: “que é d’alíngua que se opera a interpretação” (LACAN, 1974, p. 52). Foi com o conceito de *lalangue* que surgiu a tese de *lalangue* de transferência na psicose. Desta forma, não seria o sujeito suposto saber o motor da transferência na psicose, e sim, *lalangue*.

“Lalengua de la transferencia en las psicosis” foi tese defendida num artigo contido em *La converstión de Antibes* (MILLER *et al*, 2003). A autora do artigo, Fabienne Henry, afirma que *lalangue* possibilitaria a instauração do laço social. Para argumentar a favor desta ideia, a autora cita um fragmento clínico de uma criança psicótica. Abaixo citaremos na íntegra o diálogo que se inicia pela menina, com o analista.

- Sabe falar em Donald?
- Não.
- Quain, quain, quain...
- O que é preciso ouvir aí?
- A criança aponta para o relógio, quainquonando...
- E o analista responde “quainquonando”:
- São quainze e dez!

A criança e seu analista caem na risada. A língua do Donald foi inventada. Esta língua da transferência começou a ocupar outros espaços da vida desta criança, como a família, por exemplo. Foi o saber-fazer com *lalangue* que forjou o laço social. Assim *lalangue* motivou a transferência, possibilitando um significante fazer signo de algo fora do sentido.

*Lalangue* rompe com a significação e o sentido, apontando para a equivocidade. Lacan, na “Conferência em Genebra” (1975a/1988, p. 11-12), afirma que “[n]ão é absolutamente ao acaso que na *lalangue*, qualquer que seja ela, na qual alguém recebeu

a primeira marca, uma palavra é equívoca”. Em “O Aturdito” (1972/2003), Lacan afirma que a interpretação deve se dar a partir da equivocidade. A equivocidade guarda uma aproximação com a ressonância na medida em que reverbera, desliza e produz ecos.

Vale enfatizar o afastamento do sentido quando da afirmativa lacaniana de que “a interpretação analítica não é feita para ser compreendida; ela é feita para produzir ondas” (LACAN, 1975-1976b, p. 40). Provocar ondas consiste em fazer ecos, ressonâncias e equívocos. Em “L’insu” (1976-7), na lição da aula de 19/04/1977, e também no *Seminário 23: O Sinthoma* (1975-6a/2007), encontramos correspondência para a ideia de que a interpretação deve operar a partir do equívoco, fazendo ressoar algo para além do sentido.

Sobre a formulação lacaniana de que “o significante pode ser reduzido a uma torção de voz, um equívoco” (LACAN, 1975-1976a/2007, p. 92), Maurício Maliska (2015, p. 77) indica que esta “torção” pode apontar para a “*chiffonnage*”, citada por Lacan no *Seminário 24. Chiffoner* seria “amarrotar”, “enrugar”, “comprimir”, “enrugar”, “estropiar”. É preciso torcer a voz para daí extrair um significante novo. Não é mais um significante dentre outros, mas um significante outro que rompe com a cadeia e, portanto, não faz série.

“Esse significante reduzido a uma torção de voz pode ser lido em Joyce, a partir de Lacan, através dos arranjos fonêmicos provocados em seu texto ao invocar uma pluralidade de línguas que não constituem uma produção textual, propriamente dita.” (MALISKA, 2013, p. 115). Não seria esta a própria caracterização do que se passa na homofonia?

Lacan aponta para uma *chiffonnage* quando transforma *Unbewusst* [inconsciente] em *une-bévue* [uma equivocação]. É um belo exemplo de uma operação que resulta num significante radicalmente novo, tendo seu primeiro sentido violado. Neste mesmo seminário 24 (1976-7): *l’insu que sait de l’une bévue s’aile a mourre*, podemos também escutar *l’insuccès de l’inconscient c’est l’amour* (o insucesso do inconsciente é o amor).

Continuando no mesmo seminário, Lacan afirma:

O que enuncio, em todo caso, é que a invenção de um significante é algo diferente da memória. Não é que a criança invente – este significante, a criança o recebe, e é isso mesmo que vale a pena que se faça mais. Nossos significantes são sempre recebidos. Por que não

inventaríamos um significante novo? Um significante, por exemplo, que não tivesse, como o real, nenhuma espécie de sentido?

[...]

Um significante novo, que não tivesse nenhuma espécie de sentido, seria talvez o que nos levaria àquilo que, com meus passos trôpegos, chamo o real. Por que não tentaríamos formular um significante que, contrariamente ao uso que dele se faz atualmente, tivesse um efeito? Tudo isso tem um caráter extremo. Não é sem intenção que fui introduzido nisso pela psicanálise. Intenção quer dizer sentido, não tem outra incidência. Ficamos colados sempre no sentido. Como ainda não se forçaram bem as coisas para provar o que aconteceria se se forjasse um significante que fosse outro? (LACAN, 1976-7, inédito)<sup>17</sup>.

Trata-se de apontar para o furo do significante na linguagem, para sua impossibilidade de significar. Lacan rompe com a identidade fonatória da linguagem e propõe que a interpretação seja poética. Mas de que poesia se trata? Deveria ser o psicanalista um poeta?

(...) a poesia (...) é efeito do sentido, mas igualmente efeito de furo. Não há senão poesia, eu lhes digo, que permite a interpretação, é nisso que chego mais, em minha técnica, a isso que ela tem; eu não sou bastante poeta, eu não sou poeta bastante (LACAN, 1976-7, inédito).

O trabalho psicanalítico inspirado pela poesia se despede do sentido e mantém sua filiação à equivocidade e à ressonância fazendo “entreouvir” a imaterialidade da voz. A poesia faz metonímia, reverbera produzindo ecos. A poesia visa o efeito do furo e não o sentido. “Há tanto mais significância quanto mais o significante funciona como uma letra, separado do seu valor de significação. Esse mais-de-significante é o que podemos chamar de efeito poético” (MILLER, 2012, p. 11).

Miller (2012) cita a experiência de uma criança que fora detalhadamente narrada por Michel Leiris. Trata-se de um menino que brincava com soldadinhos. Um deles cai e, diante da constatação de que não se quebrou, diz: “Flismente!”, sendo corrigido: “É felizmente que se diz” (MILLER, 2012, p. 11).

“Flismente” é uma pura jaculação, alegria, êxtase para este menino. Não se comunica, não se compartilha. Flismente é o mais-de-significante, seu efeito poético. Assim é que este menino nos oferece seu testemunho de que “aonde isso fala, isso goza, e nada sabe” (LACAN, 1972-3/1998, p. 142).

---

<sup>17</sup> Tradução de Jairo Gerbase. Disponível em <[www.campopsicanalitico.com.br](http://www.campopsicanalitico.com.br)>. Acesso em: 18 de maio de 2016.

### 3. 4 – Fragmentos de um caso clínico

Apresento aqui fragmentos do trabalho, por mim conduzido, com uma criança de 6 anos, que chamarei de Leci, e sua mãe, Vera.

Minha posição é aquela que Lacan nos alertou, de secretariar o trabalho do sujeito e sustentar uma “submissão completa ainda que advertida às posições propriamente subjetivas do paciente” (LACAN, 1955-1956b, p. 540), o que me parece estar em sintonia com as coordenadas de Freud em manter a atenção flutuante, senão nada encontraríamos além do já sabido.

Na ocasião em que procurou tratamento para sua filha, Vera se encontrava num momento de extrema dependência de outras pessoas. Relata que não conseguia fazer nada sozinha e explica que necessitava da ajuda de outras pessoas (familiares ou a empregada) para ir ao banco, cuidar da casa e também para ficar com sua filha. Conta que a maternidade foi um grande marco em sua vida e localiza aí o início do que nomeou de “transtorno do pânico”. Explica que, antes da maternidade, era uma pessoa independente, tinha autonomia. “Eu trabalhava e fazia as minhas coisas sozinha.”

Para Vera, a maternidade foi um fracasso: “Se eu pudesse voltar atrás, eu voltava e devolvia Leci.” A filha fazia parte de um grande projeto de vida, daí Vera esperar o “melhor momento para adotá-la”. Inclusive reduziu a carga horária no trabalho, onde exercia a função de assistente social. Dizia que queria fazer a adoção, pois não precisaria da ajuda de ninguém, nem de um homem. Quando se referia às duas relações amorosas que teve, falava com desdém e enfatizava que “um deles até era esquizofrênico”. Em seguida, explicava que não era possível contar com nenhum desses dois homens para seu projeto de maternidade. Além disso, excluía a possibilidade de ser com outra pessoa que não estes dois e enfatizava: “Eu achava que poderia fazer tudo sozinha e agora não faço nada sozinha.”

Nesse momento, Vera precisava da ajuda de outras pessoas para ir ao médico, ao banco e até para ficar em casa com sua filha. Contou também que havia perdido uns 30 kg em poucos meses. E é enfática em dizer que, antes da maternidade, não era assim: “Eu cuidava da casa, tinha meu próprio carro e trabalhava.”

Vera relatava que era muito difícil sair com Leci de casa e que por isso demorou cinco meses para levá-la ao tratamento. Quando Leci chegou, foi para o colo da psiquiatra e fazia um movimento em que parecia se embalar. Também mexeu rapidamente em alguns brinquedos e objetos. Por imaginar que sua filha gritaria, morderia e quebraria as coisas e que sequer entraria na sala, Vera ficou surpresa e disse: “Ela não brinca assim comigo. Aliás, eu também não tenho paciência!... Eu não suporto ela e só brinco com o cachorro de minha irmã.”

Vera contou que não aguentava ficar perto de sua filha, pois Leci gritava, chorava, gemia e a machucava muito. Fiz uma intervenção, interrogando sobre o que se passava com Leci. Vera, intensamente irritada, disse: “Como assim o que está acontecendo com ela? Não faz sentido! Nada do que ela faz tem sentido. Ela ri e chora ao mesmo tempo. É uma esquizofrenicazinha. Ela é um muro! Não tem sentido nada!”

Para Vera, não foi possível supor alguma significação para as manifestações de Leci. O grito, o choro, o gemido não foram articulados a uma demanda.

Se “a fala só é fala na medida em que alguém nela crê” (LACAN, 1953-1954/1986, p. 272), é, portanto, necessário que à criança seja endereçada uma mensagem particularizada. “Isso fala dele, antes que isso se enderece a ele, e é lá que ele se apreende.” (LACAN, 1960, p. 849). Não supor um sentido, qualquer que seja ele, ao que se passa com sua filha é o mesmo que manter a ausência de uma mensagem dirigida à filha que a localize como um sujeito, na sua particularidade.

Se o eixo central desta pesquisa é a voz, vale aqui sublinhar que a temporalidade pulsional da invocação em que o sujeito receberia do Outro sua própria mensagem invertida se coloca como um impasse para Leci.

A irritabilidade de Vera diante da convocação para falar de sua filha é o que promoveu o reposicionamento da analista, por reconhecer nesta irritabilidade um ponto de impasse da mãe.

Tomei outra direção de trabalho, em que legitimava que o ponto de maior incômodo para Vera eram as agressões que sofria da filha e, a partir daí, seria então necessário construir com ela uma maneira de se proteger. Não se tratava mais de convocar Vera a falar sobre qual sentido teria o que se passava com sua filha. E foi realmente importante o que se delineou, pois assim ela teve seu sofrimento reconhecido e pôde, inclusive, explicar que Leci a agredia de forma intensa desde bebê.

Uma menina que desde bebê grita e chora sem parar era o que Vera conseguia falar sobre Leci. Não havia um enunciado que mostrasse as preferências de sua filha, seja na alimentação ou mesmo nas brincadeiras. Não havia uma história a contar sobre esta menina que estava desta forma anônima no desejo de sua mãe. Leci era um “muro” e nada do que fazia tinha sentido, além de gritar e chorar sem parar desde bebê.

Quando a criança satura a falta materna, obtém para si um lugar de horror. A criança se torna um campo estrangeiro para sua mãe, já que o grito, por não ter sido convertido em apelo, não cavou um lugar para esse sujeito.

Segundo Stevens (1996, p. 64), “a consequência desta posição para a criança, na qual o desejo do Outro fica ininterrogável, é a ausência de história, ao menos de uma história quanto ao desejo”.

Um momento fundamental no trabalho com Vera foi quando a instituição onde Leci fazia tratamento fonoaudiológico denunciou-a ao Ministério Público por negligência. Isso se deu porque ela levava a filha para a instituição de táxi e, assim que lá chegava, a menina saía correndo, e sua mãe não conseguia segurá-la. Segundo Vera, de fato poderia acontecer de a menina ser atropelada. Além disso, Vera explicava que tinha “transtorno de pânico”, o que a impedia de cuidar da filha e, por isso, a menina saía do táxi e entrava na instituição enquanto a mãe ainda estava no carro. Vera dizia que o “transtorno do pânico” a deixava muito lenta, o que a impedia de pegar na mão da filha e segurá-la.

Diante de tudo isso, a tia de Leci ligou para o CAPSi e marcou atendimento sem saber que a menina já o realizava. A ideia da tia era procurar outro tratamento para a menina, que não mais podia se tratar no mesmo lugar em que a denúncia foi feita. Convoquei a tia e a mãe de Leci para uma entrevista conjunta. Essa entrevista foi importante, pois Vera falou da dificuldade que era cuidar de Leci, e, em seguida, a tia, Eva, disse que poderia ficar com a guarda da menina, pois, desta forma, Vera não perderia o contato com a filha. Neste momento, perguntei sobre o que Vera gostaria de fazer, e ela respondeu: “Mãe é para sempre. Não tem jeito. Eu sou a mãe. Eu vou ficar com minha filha!”

Depois desse dia, tivemos outra entrevista, mas, desta vez, sem a presença de Eva. Vera falou que havia sido marcada uma audiência no Ministério Público. Perguntei o que ela pensava em falar na audiência, e ela respondeu: “Eu vou falar que não estou bem e penso em matar a minha filha.” Apontei que falar disso no local de tratamento de

Leci era diferente de falar no Ministério Público e perguntei se ela sabia quais seriam os efeitos de falar dessa forma na audiência. Ela respondeu: “Eu perderia minha filha!” Então, me reportei à entrevista em que ela dizia ser mãe de Leci e que ficaria com ela. Nesse momento, Vera se reposicionou e disse: “Eu vou dizer que levo minha filha à escola e trago aqui [no serviço infanto-juvenil]. Mas vou dizer que é difícil ser mãe, pois eles precisam saber.”

Depois da audiência, Vera me agradeceu e disse que fui a única que acreditou que ela poderia ser mãe. A partir desse momento, ela conseguiu se apropriar um pouco mais do lugar de mãe. A transferência comigo e com a instituição ganhou outro colorido, de modo que não mais faltou aos atendimentos, o que não ocorria antes.

Agora vamos nos dedicar ao tratamento de Leci, no qual gostaríamos de destacar quatro tempos de um trabalho com a fala.

Primeiro tempo: Leci mostrava um grande interesse pelo DVD da Xuxa; quando o escutava, balançava-se acompanhando o ritmo. Certa vez não encontrou o DVD e Leci machucou a analista com mordidas e arranhões. Mas foi justamente neste dia que, pela primeira vez, escutamos uma palavra sua: “DVD”. Leci, no desespero, deixou escapar uma palavra. No aperto, uma palavra apareceu (MALEVAL, 2007).

Segundo tempo: Leci colocava na boca tudo o que encontrava pela frente. Giz de cera, bolinha de gude, areia, papel etc. A intervenção pretendeu barrar este movimento, dizendo que algumas coisas, ao serem colocadas na boca, machucavam; e outras não. Para produzir um corte neste gozo, propusemos, então, algo que ela pudesse por na boca sem que se machucasse. Foi oferecido biscoito na cozinha do serviço onde ela se tratava e ela aceitou. Nos atendimentos seguintes, ela passou a levar a analista até a cozinha, onde se procurava biscoito. Num dia em que na cozinha tinha biscoitos de chocolate e biscoitos salgados, Leci foi interrogada sobre qual era a sua preferência e ela respondeu “choco”! Esta foi, portanto, sua segunda palavra no tratamento.

Terceiro tempo: a mãe de Leci decidiu que não mais se submeteria às exigências da filha. Para Vera, não era nem possível aguardar no serviço a conclusão do atendimento de sua filha. “Não vou ficar aqui dentro do serviço esperando até quando ela resolver que vai embora.”

Vera se dirigia à analista e afirmava que iria dar uma volta e depois retornaria para buscar a filha, pois não queria ficar ali à mercê dela. Inclusive, dizia que, se fosse obrigada a ficar, interromperia o tratamento de sua filha. A analista, diante da



agressividade de Vera, não sustentou a importância da presença da mãe no serviço de tratamento da filha naquele momento. Ela não barrou o ato caprichoso da mãe e disso resultou um ato agressivo por parte de Leci, dirigido à analista.

Será que a analista encarnou um Outro gozador para Leci? Diante disso, Leci trabalha para descompletá-lo. Um pedaço de carne que vem a faltar no real do corpo da analista. É então no real que Leci realiza o trabalho que não pôde se efetivar simbolicamente.

Ausentei-me, explicando que precisava fazer um curativo. Outra pessoa da equipe entrou em cena, e pude ter notícias de que com isso a menina se acalmou.

Quando retornei, Leci mostrou-me alguns buracos, como os do ralo, e os que apareciam na parede do serviço. Chegou inclusive a fazer buracos nessa parede. E uma questão se colocou: será que Leci, ao procurar por buracos ou ao construí-los, seja no corpo da analista ou na parede, não estaria realizando um trabalho na tentativa de modulação de objeto? Objeto este que, por não ter caído, está demasiadamente próximo a ela, o que faz com que ela trabalhe arduamente para produzir alguma distância.

Nos atendimentos seguintes, Leci gritou, bateu, mordeu, fez movimentos estranhos num certo frisson de frente para alguns objetos. Se a analista se aproximasse ou falasse ou mesmo olhasse para ela, todo o seu comportamento se intensificava. Entretanto, uma nova produção chamou atenção: ela estava bastante falante. Falava quase sem parar, mas sem que fosse possível entender uma palavra sequer. Tratava-se de significantes grudados desprovidos de significação. Significantes holofraseados. Um acoplamento de significantes sem qualquer sentido compartilhado. Uma falação, uma lalação sem pausa, sem trégua.

Se, por um lado, toda uma série de manifestações que podiam apontar para o fato de que a analista havia encarnado para ela o seu Outro invasor e, por isso, a voz, o olhar, e mesmo a presença, seria da ordem do horror; por outro, sua produção sonora chamava muita atenção. Uma fala que não era endereçada. Uma comunicação que não comunicava nada. O que fazer diante disso? Foi feita uma aposta, com a seguinte intervenção: “Você está bastante falante hoje, o que será que você quer me dizer?” Diante disso, ela foi até o muro do serviço, apontou para uma imagem desenhada, e disse: “*Mar!*”

Notificar o recebimento de uma mensagem foi tarefa da analista: secretariar e testemunhar o trabalho que Leci já estava realizando. Esta mensagem, que não era

possível entender, pois não comportava um sentido compartilhado socialmente, foi tomada como tendo endereço. E isso trouxe consequências importantes para o tratamento.

Leci foi até o muro do serviço e produziu uma palavra, um som. Neste ponto, é importante destacar que Vera situava sua filha num lugar de horror, que nomeava de “muro”, sem qualquer possibilidade de construir algum sentido, alguma história para esta menina. Assim, Leci permanecia anônima no desejo da mãe.

O interessante é apontar que foi ali mesmo, no “muro”, que Leci apontou para um desenho e falou. No discurso da mãe, “muro” é o lugar onde a filha se localiza. E foi no muro do serviço o lugar onde Leci produziu um som, e sorriu. Foi exatamente no ponto de tormento, o “muro”, que Leci produziu um reviramento.

“Muro” nos dá notícias da *lalangue* materna que visava Leci. *Lalangue* é a marca no corpo de um depósito de significantes oriundos da fala materna. *Lalangue* visa o sujeito e, por não ter sido subjetivada, é da ordem de puro horror.

Esta menina transforma algo da *lalangue* materna que a visava como sujeito numa possibilidade de algum laço com o Outro. Assim podemos inclusive destacar que houve um deslocamento de Leci deste lugar devastador que satura a falta materna.

Para Maleval (2007), fazer uso da função da fala implica em ceder o objeto do gozo vocal. Sendo assim, será que poderíamos, a partir do testemunho do trabalho com Leci, afirmar que esta menina pôde flexibilizar e tornar menos rígida sua estratégia autística? Pôde operar alguma perda de gozo? Ou, pelo menos, alguma perda do objeto vocal pôde se realizar?

Respondemos que sim, pois, de uma posição em que se empanturrava com tudo que tivesse à sua volta, passou a colocar apenas objetos comestíveis na boca, além de poder escolher um tipo de biscoito e não outro. Ora, estes acontecimentos apontam para uma posição de sujeito com uma maior abertura para o Outro. Estamos nos referindo a um trabalho do sujeito cuja direção apontou para a localização de gozo, com consequências para o laço social; assim, podemos afirmar que todos os acontecimentos que nos apontam para a possibilidade de algum laço social são decorrentes de uma posição de sujeito que pôde ceder do objeto de seu gozo vocal.

“DVD”, que foi sua primeira palavra no CAPSi<sup>18</sup>, comparece numa situação crítica; a segunda se dá a partir da demanda do Outro, quando a menina aponta para o biscoito de chocolate e diz: “choco”. Já a terceira palavra acontece quando ela aponta para o “muro” e fala “mar”, o que consistiu num momento crucial no seu tratamento, radicalmente diferente dos anteriores.

Assim, chegamos ao quarto tempo: Leci realizava um novo trabalho, que consistia em entrar numa sala de atendimento e deixar a analista do outro lado. A analista batia na porta, chamava por ela e entrava. Assim que a encontrava, dizia “Achei você!”, e ela saía correndo, e a analista a seguia. Ela se divertia bastante e não parava de rir. Muitas vezes ela levava a analista para uma sala e depois saía e fechava a porta. Ela deixava a analista do outro lado. A analista esperava um pouco, ia procurá-la e, quando a encontrava, dizia: “Achei você!” Ela gargalhava e saía correndo.

Certa vez ela passou pela televisão que estava desligada. Foi um olhar rápido, mas depois passou a olhar para a televisão com bastante atenção. O que aconteceu foi que, com a televisão desligada, a sua imagem ali se refletia. Então a analista disse: “Olha só... quem está ali é a...!” E falou seu nome. Depois foi perguntado a ela quem estava ali, e ela, olhando para analista, fixamente, respondeu dizendo seu nome.

Este foi um tempo de trabalho em que sua fala era endereçada e se prestava à comunicação. As palavras iniciais de Leci foram “DVD”, “Choco” e “Mar”. E agora incluía outras, como o próprio nome, e, no momento em que concluimos o atendimento, dizia: “Tchau, Nanda.”

É preciso enfatizar que o trabalho que Leci pôde construir não é sem relação com o trabalho de escuta de Vera. Testemunhamos que Vera pôde reconhecer e legitimar quando sua filha a chamou de mãe. Vera pôde dar significados a atitudes de sua filha, como em um dia em que Leci chorou em casa e Vera nos disse que achava que a menina estava com saudades do CAPSi. Esses não seriam alguns exemplos de como Vera pôde se apropriar mais do lugar de mãe?

---

<sup>18</sup> CAPSi é a sigla para Centro de Atenção Psicossocial infanto-juvenil, serviço onde foi realizado o trabalho clínico com Leci e sua mãe.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo investigar a relação entre o psicótico e a voz, tendo como foco o trabalho realizado pelo sujeito na tentativa de manter a voz afastada, na medida em que a extração não se operou.

Nossa pesquisa seguiu as coordenadas de Sigmund Freud e Jacques Lacan. De modo que iniciamos com a apresentação acerca da estrutura clínica da psicose e, para tanto, nos debruçamos sobre o conceito de foraclusão do Nome de Pai.

Foi a partir da noção de *Verwerfung* de Freud que Lacan desenvolveu o conceito de foraclusão do Nome-do-Pai. Por isso nos dedicamos à apresentação destes dois conceitos.

Na década de 50, a psicose foi definida por apresentar um furo no simbólico. Com a formulação teórica do objeto *a*, houve uma modificação na abordagem acerca da psicose, já que o furo passou a ser um fato de estrutura. Com o advento do objeto *a*, o conceito de Nome-do-Pai sofre reformulação e passa por uma pluralização, já que “a inconsistência do Outro já não permite conceber o Pai como universal” (MALEVAL, 2002, p. 97).

A inconsistência do Outro se coloca para todos, neuróticos, psicóticos e perversos. Deste modo, a ênfase recai sobre a resposta de cada um frente à inconsistência do Outro.

Assim, encontramos na formulação lacaniana de que toda formação humana tem por objetivo refrear o gozo ([1968/1980] & [1967/2003]) um entendimento de que as ricas fenomenologias que testemunhamos na clínica da psicose referem-se às tentativas de criar mediações e balizamentos para ordenar a existência.

Abordamos o trabalho árduo, incansável e diário do psicótico na busca de uma localização de gozo. É preciso circunscrever algumas particularidades dentro do campo das psicoses. No que se refere ao trabalho específico do autista, Strauss (1993) dirá que, sem os recursos à norma fálica, como o neurótico, ou à metáfora delirante, própria à paranoia, os autistas se empenham em se fazerem, a si mesmos, ordenadores do mundo. Por isso, testemunhamos na clínica a relação singular com o corpo, a ausência de fala, a ecolalia, a verborragia, o não endereçamento do olhar, os chamados distúrbios alimentares, a necessidade de regular sequencialmente algumas tarefas, entre outros.

As últimas formulações de Lacan nos autorizam a defender a proposição de que, na psicose, não se trata de um defeito no simbólico, mas, antes, da carência de uma operação que resulte numa regulação de gozo. O que se coloca em primeiro plano é o trabalho do sujeito nas suas produções singulares que visam regular este gozo.

Trata-se, portanto, de uma posição de sujeito frente ao Outro e, para abordar este campo, ainda no primeiro capítulo dedicamos uma seção, intitulada “O psicótico e o Outro”. Foi quando especificamos que a relação do psicótico com o objeto decorre do fato de que, na psicose, não se operou a extração de objeto. Na psicose, o objeto estaria demasiadamente próximo do sujeito.

No segundo capítulo, abordamos o tema do objeto voz. Na primeira parte deste capítulo, acompanhamos as coordenadas de Sigmund Freud para conceitualizar o objeto perdido do desejo e os diversos objetos da pulsão. Isso se mostrou importante na medida em que o objeto freudiano é o antecedente cronológico e lógico do objeto *a*.

Na segunda parte deste capítulo, abordamos o objeto *a*, incluindo o seu panorama histórico no ensino de Lacan, sua definição e suas formas de incidência. Também tratamos da constituição do sujeito para localizar o objeto *a* como resto desta operação. Dentre as formas de incidência do objeto *a*, destacamos a voz na medida em que este objeto apresenta uma radical particularidade. A voz é causa e efeito do sujeito, uma vez que “o sujeito não é somente produtor da voz, ele é igualmente produto dela” (VIVÈS, 2012b, p. 70). Vivès (2012a) também nos oferecerá coordenadas para o entendimento acerca do papel da voz na constituição do sujeito. O autor enfatiza o papel da voz do Outro materno na constituição do sujeito enquanto transmissor da linguagem, sendo por esta via que ocorre o processo de subjetivação. Assim encontramos respaldo para um melhor entendimento acerca da aproximação entre pulsão invocante e a experiência do inconsciente. (LACAN, 1964/1988, p. 102).

Como a linguagem não está dada, fomos impelidos a trabalhar acerca de *lalangue*. Por isso, também, nos reportamos às primeiras marcas de gozo no corpo do *infans*. Referimo-nos a *lalangue* que é dita materna (LACAN, 1972-1973/1998).

No terceiro e último capítulo, mostramos que a especificidade da relação do psicótico com a voz incide no fato de que este objeto não foi extraído. Verifica-se que alguns impasses se colocam para o psicótico frente ao campo da linguagem, na medida em que a separação não se efetiva e o objeto não cai. Disso resulta uma demasiada aproximação do objeto, o que faz com que psicótico trabalhe arduamente para mantê-lo

afastado. Não foi nossa proposta pensar a particularidade deste acontecimento em cada tipo clínico das psicoses. Reconhecemos que há diferença entre a voz que retorna no real e aquela que fica retida de tal modo que o sujeito permanece em seu mutismo; no entanto, ainda assim, há algo em comum: a não extração do objeto, sendo este o ponto por nós privilegiado. Nossa proposição é a de que, diante desta demasiada aproximação do objeto, o sujeito trabalha arduamente para produzir alguma distância.

E como seria o trabalho do sujeito? Formulamos a hipótese de que um certo saber-fazer com *lalangue* possibilitaria ao sujeito a modulação do objeto voz, não extraída na psicose.

Dedicamos uma seção do terceiro capítulo para investigar o trabalho do sujeito com a voz e, para tanto, apresentamos o testemunho do trabalho de três escritores com a homofonia: Daniel Paul Schreber, Louis Wolfson e James Joyce. Se nosso objeto de pesquisa é a voz, por que escolhemos estudar a homofonia? Partimos da formulação de David Bernard (2013) de que a homofonia é o modo pelo qual, através do fonema, articulam-se letra e voz com a destituição do sentido.

Reconhecemos, na homofonia, um trabalho do sujeito na tentativa de circunscrever o gozo. Sendo assim, formulamos uma hipótese: a homofonia consiste em um certo saber-fazer com *lalangue* que possibilitaria ao sujeito a modulação do objeto voz, não extraída na psicose.

Na seção seguinte, que nomeamos de “Uma direção de tratamento psicanalítico”, apresentamos a formulação da “*lalangue* da transferência” como o motor da transferência na psicose, já que, na psicose, não é o sujeito suposto saber que a condiciona. Inclusive vale a pena citar Pierre Bruno, que diz com todas as letras que “o autista está plenamente na transferência (...) já que seu mutismo é determinado por sua relação com o Outro” (BRUNO, 1991, p. 23).

*Lalangue*, ao romper com o sentido, aponta para a equivocidade, ressonâncias, ecos. Seguindo as coordenadas de Lacan de que a interpretação deve operar a partir do equívoco, fazendo ressoar algo para além do sentido, é que nos encontramos com a formulação de que o “significante pode ser reduzido a uma torção de voz, um equívoco” (LACAN, J. 1975-1976a/2007, p. 92).

Também seguimos as coordenadas de uma proposição apresentada por Maliska (2013): “Esse significante reduzido a uma torção de voz pode ser lido em Joyce, a partir de Lacan, através dos arranjos fonêmicos provocados em seu texto ao invocar uma

pluralidade de línguas que não constituem uma produção textual propriamente dita.” (MALISKA, 2013, p. 115). Agora vale lembrar dos trabalhos dos escritores com a homofonia. Pensamos, então, que a homofonia reduz o significante a uma torção de voz.

Será então que a homofonia nos permitiria testemunhar o que Aubert (1975-1976) nomeou de “efeitos de voz sobre o significante”?

Lacan rompe com a identidade fonatória da linguagem e propõe que a interpretação seja poética. Deste modo, o trabalho psicanalítico inspirado pela poesia se despede do sentido e mantém sua filiação à ressonância e à equívocidade, fazendo “entreouvir” a imaterialidade da voz.

A última seção deste capítulo é dedicada aos “fragmentos de um caso clínico”, o qual consistiu na apresentação do trabalho analítico com Leci, que incluía a escuta de sua mãe, Vera. Leci é uma menina que, no decorrer de seu tratamento, pôde vir a ceder de seu gozo vocal e, com isso, submeter a voz à palavra. É importante apontar o reposicionamento de Vera diante da filha e, com isso, enfatizar que o efeito do trabalho com Leci não é sem relação com o trabalho de escuta de sua mãe, Vera.

No entanto, aí incide uma radical particularidade no que concerne à voz, na medida em que o sujeito a retém, o que comparece sob a configuração de mutismo em sua apresentação clínica. O que ocorre no decorrer do tratamento psicanalítico é a cessão do gozo vocal até então retido; e com isso o sujeito não continua mais em seu mutismo. Este acontecimento clínico foi o que provocou o nosso interesse pelo tema da voz em psicanálise.

É preciso esclarecer que o trabalho com a homofonia comparece nos escritos de Schreber, Wolfson e Joyce, mas não está presente no trabalho com Leci. Inclusive enfatizamos que o foco deste trabalho não é a homofonia, mas sim a voz.

A partir destes quatro trabalhos, pudemos testemunhar que um certo saber-fazer com *lalangue* possibilitou ao sujeito a modulação do objeto voz, não extraída na psicose.

Tendo apresentado o percurso da pesquisa, é preciso dizer quais questões restam em aberto para trabalhos futuros.

Uma questão específica se fez mais presente: trata-se do lugar da voz na clínica psicanalítica, não apenas no campo clínico das psicoses.

A voz enquanto objeto *a* mantém em relação ao sujeito uma exterioridade, sendo ao mesmo tempo o que há de mais íntimo. Não à toa o objeto *a* é sinal de angústia e

condiciona um modo de gozar do sujeito. Daí a importância deste objeto para a clínica psicanalítica. Dentre os objetos, a voz se destaca por ser causa e efeito do sujeito. Inclusive foi surpreendente verificar a partir da leitura de relatos de passes que o objeto voz foi o produto/resto de uma análise. Deste modo circunscrevemos que uma questão central que restou desta pesquisa é o lugar da voz na clínica psicanalítica.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, M. (1997). “Da voz à música: o grão e o resto. Os destinos da pulsão: sintoma e sublimação”. In: *Kalimeros: Escola Brasileira de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. pp. 353-357.
- ASSOUN, P-L. (1999). *O olhar e a voz: lições psicanalíticas sobre o olhar e a voz*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- ALBERTI, S. (1999). *Esse sujeito adolescente*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.
- BAÏO, V. (1993). “L’autiste: un psychotique en travail”. In: *Preliminaire* n. 5, Bruxelas: Revue de l’Anthénne 110.
- BARANGER, W. (1994). “Sobre o conceito lacaniano de objeto” In: BARANGER, W. (Org.). *Contribuições ao conceito de objeto em psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- BARROS, R. (2004). “A voz fora do corpo no cinema”. In: GUIMARÃES, Dinara. *A voz na luz: psicanálise e cinema*. Rio de Janeiro: Garamond.
- BASTOS, A. (2003). “Entre o ser e o sujeito: a alienação – Interrogações acerca do autismo”. In: PINHEIRO, T. (org). *Psicanálise e formas de subjetivação contemporâneas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- BASTOS, A; FREIRE, A.B. (2006). “Sobre o conceito de alíngua: elementos para a psicanálise aplicada ao autismo e às psicoses”. In: *Psicanalisar hoje*. BASTOS, A. (org.) Rio de Janeiro: Contra capa livraria.
- BASTOS, A; ROTSTEIN, E. (2011). “A Concepção Freudiana de Experiência”. *Revista de Psicologia: Teoria e Pesquisa*. jul-set. vol. 27. n. 3.
- BASTOS, A. (2004). “Segregação, gozo e sintoma”. In: *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. IV - n. 2. p. 251-265, set.
- \_\_\_\_\_. (2008). “O sinthoma: uma questão de escrita”. In: *Revista Ágora*. Rio de Janeiro. v. XI n. 2 jul/dez. p. 349-356.
- \_\_\_\_\_. (2014). “A voz na experiência psicanalítica”. *Revista Ágora*. Rio de Janeiro. v. XVII. n. 1 jan/jun.
- BENTATA, H. (2001). “Sirènes et chofar: incarnation mythique et rituelle de la voix”. In: *Quand la voix prend corps: entre la scène et le divan*. Paris: Hartmattan.
- BERNARD, D. (2013). “A letra e a voz”. *Revista Trivium*. Estudos Interdisciplinares: arte e psicanálise. Ano V. Edição II. 2º semestre de 2013. Disponível em: <<http://www.uva.br/trivium/edicoes/edicao-i-ano-v/artigos/a-letra-e-a-voz.pdf>>. Acesso em: 17 de maio de 2016.

- BERNARD, D.; DELAPLACE J. (2014). “Schreber et la musique”. In: *L'Information psychiatrique* v. 90. n. 7. pp. 561-566.
- BRODSKY, G. (2006). *L'argument – Commentaire du Séminaire XI de Lacan*. Navarin, Diffusion Seuil.
- BROUSSE, M-H. (2008). *Conferências de Marie-Hélène Brousse*. Rio de Janeiro: Editora Arquivos da Biblioteca/Escoa Brasileira de Psicanálise. n. 5. junho.
- BRUNO, P. (1991). Autismo e psicose infantil. *Revista do Corte Freudiano*, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. (1993). “Schizophrénie et Paranoia”. In: *Preliminaire* nº 5. Bruxelas: Antenne 110.
- \_\_\_\_\_. (1999). “O dito sobre a esquizofrenia”. In: ALBERTI, S. (org.). *Autismo e esquizofrenia na clínica da esquizo*. Rio de Janeiro: Marca d'água Editora. p. 177-196.
- CALDAS, H. (2003). “A voz em quatro notas”. In: *Latusa*. n. 8. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Psicanálise.
- \_\_\_\_\_. *Da voz à escrita: clínica psicanalítica e literatura*. Rio de Janeiro: Conta Capa Livraria. (2007).
- CALLIGARIS, C. (1989). *Introdução a uma clínica possível das psicoses*. POA: Artes Médicas.
- CATÃO, I. (2006). “O gozo do Outro materno e o papel da voz na incorporação da linguagem.” In: *Revista: O campo do gozo*. Rio de Janeiro. Escola Letra Freudiana. Ano XXV. n. 37.
- \_\_\_\_\_. (2009a). *O bebê nasce pela boca: voz, sujeito e clínica do autismo*. São Paulo: Instituto Langage.
- \_\_\_\_\_. (2009b). “Pulsão invocante: a experiência clínica psicanalítica com bebês e crianças autistas”. In: *Da experiência psicanalítica*. Revista da Escola Letra Freudiana. Rio de Janeiro: 7Letras.
- \_\_\_\_\_. (2015). “O corpo como resposta à invocação da mãe”. In: *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*. Salvador. 4 (1).
- CATÃO, I. VIVÈS, J-M. (2011). “Sobre a escolha do sujeito autista: voz e autismo”. *Estudos de Psicanálise*. Belo Horizonte. n. 36. p. 83–92. Dezembro.
- COUTINHO JORGE, M. A. (2008). *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan: as bases conceituais*. vol. 1; Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2ª Edição.
- DIDIER-WEILL, A. (1976/1997). *Nota azul*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- EIDELSZTEIN, A. (1995). *El grafo del deseo*. Buenos Aires: Manantial.
- ELIA, L. (1992). *Para além da sexualidade: a psicose na psicanálise*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia Clínica, IP/ PUC, Tese (Doutorado).

- \_\_\_\_\_. (2007). *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- FINK, B. (1998). *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- FREIRE, A. B. (1999). “Considerações sobre a letra: a psicose em questão”. In: *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Número especial: Pesquisa em psicanálise. vol. 12, n. 3.
- \_\_\_\_\_. (2005). “Autismo e o objeto a partir do seminário X”. In: SOUZA, N.; HANNA, M. S. (Org.). *O objeto da angústia*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras. vol. I, pp. 136-151.
- FREUD, S. (1895/1996). “Projeto para uma psicologia científica”. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. vol. I. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_. (1900/1996). “A Interpretação dos Sonhos” In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. vol. IV e vol. V. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_. (1905/1996). “Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade” In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. vol. VII. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_. (1911/1996). Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. vol. XII. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_. (1912/1996). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. vol. XII. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_. (1913/1996) “Totem e tabu”. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. vol. XI. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_. (1914/1996). “Sobre o Narcisismo: uma introdução”. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_. (1915a/1996). “As pulsões e suas vicissitudes”. In: *Edição Standard Brasileira das obras Psicológicas Completas*. vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_. (1915b/1996). “O Recalque”. In: *Edição Standard Brasileira das obras Psicológicas Completas*. vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_. (1918[1914]/1996) “História de uma neurose infantil”. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_. (1919/1996). “O Estranho”. In: *Edição Standard Brasileiras das Obras Psicológicas Completas*. vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_. (1920/1996). “Além do princípio do prazer” In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_. (1923/1996). “O ego e o Id”. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_. (1925a/1996) “A negativa”. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_. (1925b/1996) “Inibição, Sintoma e Angústia”. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. vol. XX. Rio de Janeiro: Imago.

- GARCIA-ROZA, L. A. (1995). *Introdução a Metapsicologia Freudiana* vol. 3 – Artigos de Metapsicologia: narcisismo, pulsão, recalque e inconsciente (1914-1917). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- GUERRA, A. (2007). *A estabilização psicótica na perspectiva borromeana: criação e suplência*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, IP/UFRJ, Tese (Doutorado).
- \_\_\_\_\_. (2008). “A clínica psicanalítica das soluções borromeanas a partir de James Joyce”. *Revista Tempo Psicanalítico*. Rio de Janeiro. vol. 40.2.
- \_\_\_\_\_. (2010). *A psicose*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- GUERRA, A. et al. (2008). “Sujeito e invenção: a topologia borromeana na clínica das psicoses”. *Revista Ágora*. Rio de Janeiro. vol. XI n. 2 jul./dez. p. 283-297.
- HENRY, F. (2003). “Lalengua de la transferencia em las psicosis”. In: MILLER, J-A. et al. *La psicosis ordinária*. Buenos Aires: Paidós.
- HIDALGO, L. (1996). *Arthur Bispo do Rosário: o senhor do labirinto*. Rio de Janeiro, Rocco.
- LACAN, J. (1931/1975). “Écrits inspirés: Schizographie”. In: *De la psychose paranoïaque dans ses rapports avec la personnalité*. Paris, Seuil.
- \_\_\_\_\_. (1932/1987). *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade, seguido de Primeiros Escritos sobre a paranoia*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- \_\_\_\_\_. (1933a/1987). “Motivos do crime paranoico: o crime das irmãs Papin”. In: LACAN, J. (1932/1987). *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade, seguido de Primeiros Escritos sobre a paranoia*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- \_\_\_\_\_. (1933b/1987). “Exposição geral de nossos trabalhos científicos”. In: LACAN, J. (1932/1987). *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade, seguido de Primeiros Escritos sobre a paranoia*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- \_\_\_\_\_. (1933c/1987). “O problema do estilo e a concepção psiquiátrica das formas paranoicas da experiência”. In: LACAN, J. (1932/1987). *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade, seguido de Primeiros Escritos sobre a paranoia*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- \_\_\_\_\_. (1938/1985). *Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1946/1998). “Formulações sobre a causalidade psíquica”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1948/1998). “A agressividade em psicanálise”. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1953/1998). “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1953-1954/1986). *O seminário, livro 01: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- \_\_\_\_\_. (1954a/1998). “Introdução ao comentário de Jean Hyppolite sobre a ‘Verneinung’ de Freud”. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1954b/1998). “Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a ‘Verneinung’ de Freud”. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1954-1955/1997). *Seminário, Livro 02: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. In: Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1955/1998). “A coisa freudiana”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1955-1956a/1988). *O seminário, livro 03: As psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- \_\_\_\_\_. (1955-1956b/1998). “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose”. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- \_\_\_\_\_. (1956/1998). “Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956”. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1956-1957/1995.). *O Seminário, Livro 04: A relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- \_\_\_\_\_. (1957/1998). “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud”. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1957-1958/ 1999). *O Seminário, Livro 05: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- \_\_\_\_\_. (1958/1998). “A significação do falo”. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1958-1959). *Seminário, Livro 06: O desejo e sua interpretação*. Inédito.
- \_\_\_\_\_. (1959/1998). “À memória de Ernest Jones: Sobre sua teoria do simbolismo”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1959-1960/1997). *O Seminário, Livro 07: A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- \_\_\_\_\_. (1960a/1998). “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1960b/1998). “Posição do inconsciente”. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1960-1/1992). *O Seminário, Livro 08: A transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1961-1962). *O seminário, Livro 09: A identificação*. Inédito, aula 18. 02/05/62.
- \_\_\_\_\_. (1962-3/2005). *O Seminário, Livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1963/2005). *Nomes do Pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1964a/1998). *O seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1965-66a/1998). “A ciência e a verdade”. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. p. 869-892.
- \_\_\_\_\_. (1965-66b). *O Seminário, Livro 13: O objeto da psicanálise*. Inédito.
- \_\_\_\_\_. (1966a/2001). “O lugar da psicanálise na medicina” In: *Opção Lacaniana*. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise; n. 32, Dezembro.
- \_\_\_\_\_. (1966b/2003). “Apresentação das Memórias de um doente de nervos”. In: LACAN, J. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1966c/1998). “Seminário sobre ‘A carta roubada’”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- \_\_\_\_\_. (1967/2003). “Alocução sobre as psicoses da criança”. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- \_\_\_\_\_. (1968 [1980]). “Discurso de clausura de las jornadas sobre psicosis infantil”. In: MANONNI, M et al. *Psicosis infantil*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- \_\_\_\_\_. (1968-9/ 2008). *O Seminário, Livro 16: De um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1969/2003). “Nota sobre a criança”. In: LACAN, J. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. p. 369-370.
- \_\_\_\_\_. (1969/1987). “Deux notes sur l’enfant”. In: *Ornicar?* n. 37. Paris: Navarin, p. 13-14.
- \_\_\_\_\_. (1969-70/1992) *O Seminário, Livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1970/2003). “Radiofonia” In: LACAN, J. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1971a/2001.). “Lituraterra”. In: LACAN, J. *Outros Escritos*, Campo freudiano do Brasil. Rio de Janeiro, Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1971b). *Seminário. Livro 18. D’un discours qui ne serait pas du semblant*. (inédito). Cópia reprográfica.
- \_\_\_\_\_. (1971-2). *O Seminário, Livro 19: ...Ou pior*. (Inédito).
- \_\_\_\_\_. (1971-2/2016.). *Le Séminaire, Livre 19bis: Le Savoir du psychanalyste*. Disponível em: <<http://gaogoa.free.fr/>>. Acesso em: 18 de maio de 2016.
- \_\_\_\_\_. (1972/2003) “O aturdido”. In: LACAN, J. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- \_\_\_\_\_. (1972-1973/1998). *O seminário, Livro 20: Mais, Ainda 2*. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- \_\_\_\_\_. (1973/2003). “Televisão”. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1973/1978.) “Excursus”. In: LACAN, J. *Italia. (Italie)*. Sic transcrição do discurso registrado por Lomberto Boni e Sciana Loaldi. Milão: Editora Salamandra.
- \_\_\_\_\_. (1973/74 [1981]) *Les non-dupes errent*. Notes intégrales du séminaire proferé à la Faculté de Droit, Paris, Humilitas.
- \_\_\_\_\_. (1974). “A Terceira”. In: LACAN, J. *Intervenciones y textos 2*. Buenos Aires. Manantial.
- \_\_\_\_\_. (1974-1975). *O seminário, Livro 22: R. S. I*. (Inédito).
- \_\_\_\_\_. (1974-75/ 1975-76) “Le séminaire livre 22, RSI”. *Ornicar?*, n. 2-5.
- \_\_\_\_\_. (1974/1978) “Conférence donnée au Centre culturel français le 30 mars”. In: *Italie Lacan*. Milan: La Salamandra, p. 104-147.
- \_\_\_\_\_. (1975a/1988.) “Conferencia en Ginebra sobre el Sintoma”. In: LACAN, J. *Intervenciones y textos, n. 2*, Buenos Aires: Manantial.
- \_\_\_\_\_. (1975a/1991). “Conferencia en Ginebra sobre el Sintoma in Intervenciones y textos”, n.º 2, Buenos Aires, *Manantial*, 1988. Tradução de Rogina Dias Coelho dos Santos e Viviane Antunes. In: Escola de Psicanálise Letra Freudiana, Rio de Janeiro. (Mimeo).
- \_\_\_\_\_. (1975b/2007). “Joyce, o sintoma”. In: *O Seminário, Livro 23: Le Sinthome*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1975-1976a/2007). *O seminário, Livro 23: O Sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- \_\_\_\_\_. (1975-1976b). “Conference et entretiens dans des universités nord-américaines”. In: LACAN, J. *Scilicet*. n. 6/7, Paris, Seuil.

- \_\_\_\_\_. (1976-77) *O Seminário, Livro 24: l'insu que sait de l'une-bévue s'aile à mourre*. Lição de 15/03/1977. Inédito.
- \_\_\_\_\_. (1976-77). *O Seminário, Livro 24: l'insu que sait de l'une-bévue s'aile à mourre*. Lição de 15/03/1977. Inédito. Tradução de Jairo Gerbase. Disponível em: <www.campopsicanalitico.com.br>. Acesso em: 18 de maio de 2016.
- LAIA, S. (1995). “Psicanálise e crítica literária: algumas considerações sobre o escrito, o significante, a letra e a voz”. (Mimeo).
- LAZNIK, M-C. (2000). “A voz como primeiro objeto da pulsão oral”. In: *Estilos da Clínica*. Revista sobre a infância com problemas: dossiê Clínica com bebês, vol. V. n. 8.
- LAURENT, E. (1991). “O gozo do débil”. In J. Miller. (Org.). *A criança no discurso analítico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. pp. 131-135.
- \_\_\_\_\_. (1992). Discussion. In: *L'autisme et la psychanalyse*. Presses Universitaires du Mirail.
- \_\_\_\_\_. (2000a). *Los objetos de la pasión*. Buenos Aires: 2000.
- \_\_\_\_\_. (2000b). “Psicanálise e saúde mental: a prática feita por muitos.” In: *Curinga*; n. 14. EBP: Belo Horizonte (p. 168-9).
- LEGUIL, F. (2008). “Falo”. In: *Sicilicet: os objetos a na experiência psicanalítica*. Associação Mundial de Psicanálise. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- LIMA, F. (2009). *Sobre um tratamento psicanalítico da psicose na clínica institucional*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Pesquisa e Clínica em Psicanálise, IP/UERJ, Dissertação (Mestrado).
- MALEVAL, J-C. (1998). *La lógica del delirio*. Barcelona: Ediciones del Serbal.
- \_\_\_\_\_. (2002). *La forclusión del nombre del padre: El concepto y su clínica*. Buenos Aires: Paidós.
- \_\_\_\_\_. (2007). “Quel traitement pour le sujet autiste?” In: *ORNICAR?* Digital Nova Época, n. 307. setembro.
- \_\_\_\_\_. (2009). “Qual o tratamento para o sujeito autista?” In: *Inter-Ação - Revista da Faculdade de Educação da UFG*. Goiás: UFG, vol. 34, n. 2. pp. 405-452. Tradução de Paulo Sérgio de Souza Jr.
- \_\_\_\_\_. (2015). “Por que a hipótese de uma estrutura autística?” *Opção Lacaniana online* nova série. Ano 6. n. 18. Novembro.
- MALISKA, M. (2013). “Psicanálise pós-joyceana: o conceito de *sinthome* em Lacan a partir das contribuições de Joyce”. In: *Revista Graphos*, vol. 15, n. 2.
- \_\_\_\_\_. (2015). *A voz na psicanálise*. Curitiba: Juruá.
- MANDIL, R. (2003). *Efeitos da letra: Lacan leitor de Joyce*. RJ/BH. Contra capa. UFMG.
- MATTOS, R. (2007). *Vestígios do impossível: refletindo sobre música a partir da psicanálise*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem, IP/UENF, Dissertação (Mestrado).

- \_\_\_\_\_. (2011). *A voz e a invocação para musicar a vida: ressonâncias entre música e psicanálise*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Pesquisa e Clínica em Psicanálise, IP/UERJ, Tese (Doutorado).
- MELMAN, C. (2009). *Para introduzir à psicanálise nos dias de hoje*. Porto Alegre: CMC.
- MENDES, D. (2015). (org) *A voz na experiência psicanalítica: III Jornada seminário fundamentos da clínica psicanalítica das psicoses*. 1. ed. São Paulo: Zagodoni.
- MILLER, J-A. (1989). “Jacques Lacan y la voz”. In: *La voz: atas de colóquio de Ivry* organizado por el CMPP (Centro Médio Psico-pedagógico) de Ivry. Paris: La lysimaque.
- \_\_\_\_\_. (1992). *Comentario del seminario inexistente*. Buenos Aires: Manantial.
- \_\_\_\_\_. (1996a). “Produzir o sujeito?” In: *Matemas I*. Rio de Janeiro: Campo Freudiano do Brasil. Jorge Zahar Editora.
- \_\_\_\_\_. (1996b). “Teoria d’alíngua (rudimento)” In: *Matemas I*. Campo Freudiano no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- \_\_\_\_\_. (1996-97/1998). “O monólogo da apparola”. In: *Opção Lacaniana*. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise n. 23. São Paulo: Editora EOLIA, Dezembro.
- \_\_\_\_\_. (2000). “Os seis paradigmas do gozo”. In: *Opção Lacaniana*. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise, n. 26/27, São Paulo: Edições Eolia. pp. 87-105.
- \_\_\_\_\_. (2003a). “O último ensino de Lacan”. In: *Opção Lacaniana*. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise, n. 35. São Paulo: Eolia.
- \_\_\_\_\_. (2003b). “A invenção psicótica”. In: *Opção Lacaniana*. n. 36. maio.
- \_\_\_\_\_. (2005b). “Introdução à leitura do Seminário da Angústia de Jacques Lacan”. In: *Opção Lacaniana* 43.
- \_\_\_\_\_. (2005c). “Peças Avulsas”. In: *Opção Lacaniana*. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise, n. 44, São Paulo: Eolia.
- \_\_\_\_\_. (2005d). “Nota passo a passo” In: LACAN, J. (1975-6). *O Seminário, Livro 23: Le Sinthome*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
- \_\_\_\_\_. (2005e). “La invención del delírio”. In: MILLER, J. A. [et al]. *El saber delirante*. Buenos Aires: Paidós.
- \_\_\_\_\_. (2007). *La angustia lacaniana*. Buenos Aires: Paidós.
- \_\_\_\_\_. (2009). *Perspectivas do Seminário 23 de Lacan: o sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 165.
- \_\_\_\_\_. (2012). “O escrito na palavra”. In: *Opção Lacaniana on line*: Revista Brasileira Internacional de Psicanálise. Ano 3. n. 8. Julho.
- \_\_\_\_\_. (2005a). “Preâmbulo” In: LACAN, J. *Nomes-do-Pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- MILLER, J-A. et al. (2003). *La psicosis ordinária*. Buenos Aires: Paidós.
- MONRIBOT, P. (2002). “De viva voz”. In: *Opção Lacaniana*. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise, n. 33, São Paulo: Eolia. pp. 31-33.
- MONTEIRO, K. (2015). *O autista e seus objetos*. Rio de Janeiro: 7Letras.



- OLIVEIRA, R. (2010). *A invenção do corpo nas psicoses: impasses e soluções para o aparelhamento da libido e a construção da imagem corporal*. São Paulo. Ed. Biblioteca 24X7.
- PENOT, L.M.C. (1997). *Rumo à palavra: três crianças autistas em psicanálise*. São Paulo: Escuta,
- POIZAT, M. (1986). *L'Opéra ou le Cri de l'ange. Essai sur la jouissance de l'amateur d'opéra*. Paris: Métailié;
- PORGE, E. (2013). "O inapanhável objeto do savoir-faire na análise". In: *Estudos da psicanálise*. Belo Horizonte/MG. n. 40. dez. pp. 49-62.
- \_\_\_\_\_. (2014). *Voz do eco*. Campinas, S.P. Mercado de Letras.
- \_\_\_\_\_. (2015). "As vozes, a voz". In: MALISKA, M. *A voz na psicanálise*. Curitiba: Juruá.
- QUINET, A. (2000). *Teoria e Clínica da Psicose*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_. (2002). *Um olhar a mais: ver e ser visto na psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- RECALCATI, M. (2003). *Clínica del vacío: anorexias, dependencias, psicosis*. Madrid: Editorial síntesis.
- RIBEIRO, J. (2005). *A criança autista em trabalho*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- RUEDA, F. (2008). "Objetividade" In: *Silicet: Os objetos a na experiência psicanalítica*. Publicação da Associação Mundial de Psicanálise. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- SKRIABINE, P. (2006). "La clinique différentielle du sinthome". *Quarto-Revue de psychanalyse*, n. 86.
- SOLANO-SUAREZ, E. (2006). "Gozo e Nome-do-Pai" In: *Scilicet dos Nomes do Pai*. Publicação da AMP.
- SOLIMANO, (2008). "Gadget". In: *Silicet: Os objetos a na experiência psicanalítica*. Publicação da Associação Mundial de Psicanálise. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- SOLER, C. (1991). *Artigos Clínicos*. Salvador: Fator.
- \_\_\_\_\_. (1997). "O sujeito e Outro II". In: FELDSTEIN, R., FINK, B., JAANUS, M. (orgs.). *Para ler o Seminário 11 de Lacan: os quatros conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (2002). *O inconsciente a céu aberto na psicose*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- SOUZA, N. S. (1991). *Psicose: um estudo lacaniano*. Rio de Janeiro: Revinter.

- STRAUSS, M. (1993). “Pour une spécificité de l’autisme”. In: *Revue de l’école de la cause freudienne*. Paris. n. 23.
- TENDLARZ, S. (2006). “Complexo de Édipo e Nome-do-Pai” In: *Scilicet dos Nomes do Pai*. Publicação da AMP.
- VIEIRA, M. A. (2005a). “O objeto e o desejo em tempos de superexposição” In: *Ágora*. Rio de Janeiro, V. 8, n. 1.
- \_\_\_\_\_. (2005b). “Os dois corpos da escrita”. *Comentário apresentado no Seminário do Conselho da EBP-Rio*, em 15 de agosto de 2005. (Inédito).
- \_\_\_\_\_. (2008). *Restos: uma introdução lacaniana ao objeto da psicanálise*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- VIVÉS, J-M. (2009a). “Pulsion invocante et destins de la voix”. In: *La Voix*. In: Paris: Navarrain. Tradução de Francisco R. de Farias. Revisão de Denise Maurano.
- \_\_\_\_\_. (2009b). “O silêncio das sereias de Kafka: Uma aproximação literária da voz como objeto pulsional”. *Revista da Pós-Graduação em Literatura Portuguesa da UERJ: O MARRARE*. n. 11.
- \_\_\_\_\_. (2012a). *A voz na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Corpo Freudiano Seção Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. (2012b). *La voix sur le divan. Musique sacrée, opéra, tecno*. Paris: Aubier.
- \_\_\_\_\_. (2013). *A voz na psicanálise*. Reverso. Belo Horizonte. vol. 35. n. 66. Dez. Disponível em:  
<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01027395201300020000](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01027395201300020000)>. Acesso em: 04/12/2016.
- \_\_\_\_\_. (2015a). “A melo-mania ou a voz objeto de paixões”. In: MALISKA, M. (org). *A voz na psicanálise: suas incidências na constituição do sujeito, na clínica e na cultura*. Curitiba: Juruá.
- \_\_\_\_\_. (2015b). “O que é ouvir vozes?” *Preparatória para Trabalho apresentado no V Encontro Nacional & V Colóquio internacional – Belém (PA) - O inconsciente a céu aberto: as psicoses na psicanálise – Esta apresentação foi realizada no Corpo Freudiano Seção RJ – Inédito*.
- ZENONI, A. (2000). “A psicose fora do desencadeamento” In: *Abre Campos – Revista de Saúde Mental do Instituto Raul Soares - Psicanálise e Instituição: A Segunda Clínica de Lacan*. Ano I, n. 0, Belo Horizonte: FHEMIG, pp. 51-69.
- ZUCCHI, M. A. e COELHO DOS SANTOS, T. (2007). “Estrutura e gozo: os novos sintomas como solução na neurose e nas psicoses” In: FREIRE, A. B. (org.) *Apostar no sintoma*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- WOLFSON, L. (1970). *Le schizo e les langues*. Paris, Gallimard.
- \_\_\_\_\_. (1975). *Ma mère, musicienne, est morte de maladie maligne mardi à minuit au milieu du mois de mai de mille977 ao mouroir Memorial à Manhattan*. Paris, Navarin editeur.